



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

SUELEN SANTOS BEZERRA

**TURISMO RURAL E SUSTENTABILIDADE: uma análise de múltiplos casos no
Estado de Roraima**

BOA VISTA, RR
2017

SUELEN SANTOS BEZERRA

**TURISMO RURAL E SUSTENTABILIDADE: uma análise de múltiplos casos no
Estado de Roraima**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Recursos Naturais.

Área de Concentração: Manejo e conservação de bacias hidrográficas.

Linha de Pesquisa: Manejo e Dinâmica de Recursos Naturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Geórgia Patrícia da Silva Ferko

Boa Vista, RR
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

B574t Bezerra, Suelen Santos.

Turismo rural e sustentabilidade: uma análise de múltiplos casos no Estado de Roraima / Suelen Santos Bezerra. – Boa Vista, 2017.

121 f. : il.

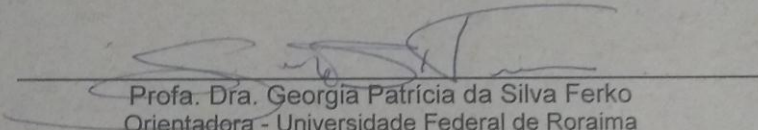
Orientador: Profa. Dra. Geórgia Patrícia da Silva Ferko.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais.

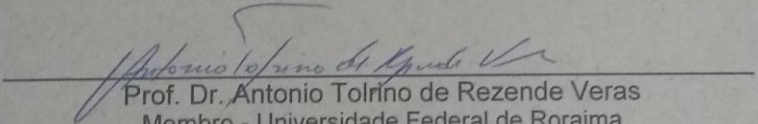
Suelen Santos Bezerra

**"TURISMO RURAL E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DE MÚLTIPLOS
CASOS NO ESTADO DE RORAIMA"**

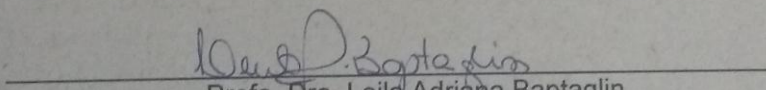
Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima, defendida em 11 de agosto de 2017 e avaliada pela seguinte Banca Examinadora:



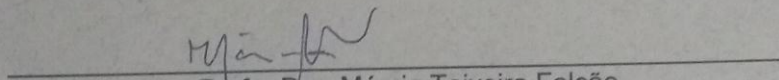
Prof. Dra. Georgia Patrícia da Silva Ferko
Orientadora - Universidade Federal de Roraima



Prof. Dr. Antonio Tolrino de Rezende Veras
Membro - Universidade Federal de Roraima



Profa. Dra. Leila Adriana Baptaglin
Membro - Universidade Federal de Roraima



Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão
Membro - Universidade Estadual de Roraima

DEDICATÓRIA

À Maria Cecília que, ainda em meu ventre, já é a razão de tudo em minha vida. Aos meus pais, irmã, sobrinha e ao meu esposo que são meus maiores presentes de Deus.

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos dedicando a Deus, o Todo Poderoso, essa vitória. Sem as mãos do Senhor jamais poderia ser possível essa conquista. Sua graça, seu amor, suas bênçãos são inexplicáveis em minha vida. Obrigada Deus!

Aos meus familiares, amores, presentes de Deus. Meus pais, Francisco de Assis e Maria do Socorro Bezerra, que são minha base, meu alicerce, meus heróis. À minha irmã Suenia e minha sobrinha Sophia, que com amor e afeto, torceram por mim.

Ao meu amado esposo, Ricardo Veras, pelo carinho, paciência, incentivo e inspiração; por torcer por mim e me mostrar que é possível conseguir tudo aquilo que desejamos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PRONAT), na pessoa do coordenador Prof. Dr. Marcos José Salgado Vital, à CAPES pela concessão da bolsa e à Universidade Federal de Roraima pela oportunidade de realizar meu mestrado.

À Profa. Dra. Geórgia Ferko, pela acolhida como sua orientanda, desde antes mesmo de ser aprovada, quando me respondeu gentilmente o e-mail se propondo a me ajudar no novo desafio que eu escolhia viver. Sou muito grata pela confiança, seus inesquecíveis ensinamentos, sua orientação, paciência, amizade e todo o incentivo.

Aos meus amigos de jornada do PRONAT Turma 2015, em especial à Djenane, Ciclene, Andréa e Sewbert, compartilhamos momentos importantes no decorrer do curso. Aos poucos amigos que possuo fora do programa, que torceram pela realização dessa etapa. Amigos queridos que pretendo levar comigo por toda a vida; amizades sinceras que foram permitidas por Deus.

Aos professores Dr. Antônio Veras e Dra. Márcia Falcão, pelo material cedido que muito contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos queridos professores do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PRONAT), que tanto contribuíram com seus conhecimentos fazendo despertar cada vez mais interesse em cada disciplina estudada durante o mestrado.

Ao Sebrae-RR, na pessoa de Graciela Missio, à SEPLAN, na pessoa de Ricardo Peixoto, e ao Hélio Zenona pela disponibilidade de material e realização de parte das entrevistas realizadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

“Hoje eu só quero dizer: obrigada meu Deus, por me provar que sou capaz de conquistar tudo aquilo que eu desejar.”

“Os nossos sonhos são como pequenas e frágeis sementes. Que devem ser cultivadas com suor, dedicação e muitos cuidados. Só assim é possível a colheita dos merecidos frutos. Tudo na vida é possível com fé em Deus e o alimento da sua palavra. O desejo de vencer é o alimento do sucesso”.

RESUMO

O turismo vem sendo difundido em várias partes do mundo por ser visto como uma alternativa de complementação de renda ou como oportunidade de negócios. A inclusão dessa atividade para melhorar a renda familiar e, ao mesmo tempo, aproveitar o espaço de suas propriedades vem aumentando a prática do turismo rural em pequenas e médias propriedades no espaço rural. A questão ambiental, atualmente no cenário do turismo rural, ganha extrema importância já que a manutenção dos recursos ambientais faz parte do ambiente rural que os visitantes buscam, fazendo da conservação ambiental uma das estratégias fundamentais para a difusão do turismo rural no Estado. Com o objetivo principal de realizar um panorama do turismo rural em Roraima e suas implicações com o meio ambiente, foi realizada uma pesquisa em oito propriedades que praticam a atividade de Turismo Rural no Estado de Roraima. Para tanto, buscou-se analisar a potencialidade dos empreendimentos que promovem o Turismo Rural em Roraima, mapear os atrativos turísticos que impulsionam o turismo rural no Estado e analisar a inter-relação entre o turismo rural e a sustentabilidade, no âmbito ambiental. A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista com questões semiestruturadas, aplicadas aos proprietários e gestores de dois projetos de Turismo Rural no Estado; também, foi realizada pesquisa bibliográfica e observação direta, para cruzamento das informações obtidas. Observou-se que há apenas uma propriedade que pratica o turismo rural, na medida em que disponibiliza passeios a cavalos, trilhas, comidas típicas do ambiente rural e a preocupação em manter as raízes familiares no local, bem como as atividades agropecuárias e agrícolas. Nas demais propriedades pesquisadas, algumas não estavam funcionando no momento da pesquisa e as demais não caracterizaram suas atividades na modalidade de turismo rural. Concluiu-se que o turismo rural em Roraima é incipiente, mesmo apresentando grande potencialidade. Quanto à dimensão ambiental da sustentabilidade, verificou-se que, das oito propriedades observadas, apenas uma delas pratica o turismo rural, sendo que o restante das propriedades possui potencial, porém a conclusão é que elas produzem turismo no espaço rural. Contudo, no turismo, os impactos devem ser levados em consideração, visto sua extrema importância com a proteção ao meio ambiente.

Palavras-Chave: Turismo rural. Turismo rural em Roraima. Propriedades. Dimensão ambiental.

ABSTRACT

Tourism has been diffused in many parts of the world by being seen as an alternative to supplementing income or as a business opportunity. The inclusion of this activity to improve the family income and, at the same time, to take advantage of the space of its properties has been increasing the practice of rural tourism in small and medium properties in the rural area. The environmental issue, currently in the rural tourism scenario, is extremely important as the maintenance of environmental resources is part of the rural environment that visitors seek, making environmental conservation one of the key strategies for the diffusion of rural tourism in the State. With the main objective of realizing a panorama of the rural tourism in Roraima and its implications with the environment, a research was carried out in eight properties that practice the Rural Tourism activity in the State of Roraima. In order to do so, we sought to analyze the potential of the enterprises that promote Rural Tourism in Roraima, to map the tourist attractions that drive rural tourism in the State, and to analyze the interrelation between rural tourism and sustainability in the environmental scope. The research is exploratory and descriptive, with a qualitative approach. Data were collected through interviews with semi - structured questions, applied to owners and managers of two projects of Rural Tourism in the State; also, a bibliographic research and direct observation were done, to cross the information obtained. It was observed that there is only one property that practices rural tourism, as it offers tours to horses, trails, typical foods of the rural environment and the concern to keep the familiar roots in the place, as well as agricultural and agricultural activities. In the other researched properties, some were not working at the moment of the research and the others did not characterize their activities in the modality of rural tourism. It was concluded that rural tourism in Roraima is incipient, even though it has great potential. Regarding the environmental dimension of sustainability, it was verified that of the eight properties observed, only one of them practices rural tourism, and the rest of the properties have potential, but the conclusion is that they produce tourism in the rural space. However, in tourism, the impacts must be taken into account, given its extreme importance with the protection of the environment.

Key Words: Rural tourism. Rural tourism in Roraima. Properties. Environmental dimension.

LISTA DE ABREVIATURAS

EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FETEC	Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESTUR	Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural
OMT	Organização Mundial do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Integração da comunidade rural com o campo.	30
Figura 2 – Tripé da Sustentabilidade (<i>Triple Bottom Line</i> – TBL).....	39
Figura 3 – Localização da área de estudo.	43
Figura 4 – Municípios do Estado de Roraima.....	55
Figura 5 – Roteiros regionais de acordo com sites de pesquisa.	62
Figura 6 – Imagens da entrada da Fazenda D.	78
Figura 7 – Piscina, restaurante e casa com apartamentos para hospedagem.....	81
Figura 8 – Pedalinho, charrete guiado pelo quadriciclo, rio e área de jogos.	82
Figura 9 – Placas indicativas de educação ambiental.....	83
Figura 10 – Entrada da propriedade.....	87
Figura 11 – Casa de apoio e área para camping.	88
Figura 12 – Espaço verde para camping e observação da natureza.	88
Figura 13 – Extenso lago artificial.	92
Figura 14 – Área verde para camping e lazer.	93
Figura 15 – Placa indicativa de valores na entrada da fazenda.	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de população rural e suas definições particulares.....	19
Quadro 2 – Características do espaço rural.....	20
Quadro 3 – Espaço geográfico e espaço turístico.....	23
Quadro 4 – Modalidades de turismo predominantes no espaço rural.	24
Quadro 5 – Detalhamento do turismo rural e seus conceitos.....	28
Quadro 6 – Indicadores de sustentabilidade (econômico, social e ecológico).	37
Quadro 7 – Efeitos positivos da atividade turística na dimensão ambiental e econômica.....	38
Quadro 8 – Relação entre os objetivos específicos e os instrumentos de coletas de dados.	48
Quadro 9 – Dimensão ambiental, descritores e indicadores.	50
Quadro 10 – Propriedades que praticam o turismo rural no Estado de Roraima.	51
Quadro 11 – Roteiros contidos no inventário proposto pelo Ministério do Meio Ambiente.....	57
Quadro 12 – Municípios e principais atrativos turísticos.	58
Quadro 13 – Identificação das propriedades e o município de sua localização.	66
Quadro 14 – Datas e ações desenvolvidas nas propriedades durante o projeto.	68
Quadro 15 – Resultados do projeto “Turismo Rural em Roraima”.	69
Quadro 16 – Promoção do roteiro pelo site de agência nacional de turismo.	70
Quadro 17 – Atrativos encontrados nos empreendimentos rurais.....	73
Quadro 18 – Dimensão ambiental, descritores e indicadores analisados em cada propriedade.....	74
Quadro 19 – Dimensão ambiental da Fazenda E.....	84
Quadro 20 – Dimensão ambiental da Fazenda F.....	89
Quadro 21 – Dimensão ambiental da Fazenda G.	94
Quadro 22 – Dimensão ambiental propriedade H.	99

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Referencial Teórico	17
1.1.1 Espaço rural e urbano: pontos relevantes e interseções	17
1.2 Turismo Rural como uma Oportunidade de Novos Negócios	21
1.3 Impactos Ambientais e Sustentabilidade Ambiental em Função do Turismo	32
2 OBJETIVOS	41
2.1 Objetivo Geral	41
2.2 Objetivos Específicos	41
3 MATERIAL E MÉTODOS	42
3.1 Delineamento da Área de Estudo	42
3.1.1 Características fisiográficas dos municípios estudados na pesquisa	44
3.2 Seleção da Pesquisa	45
3.3 Instrumentos de Coleta de Dados	46
3.4 População e Amostra	51
3.5 Análise dos Dados	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
4.1 Roraima e as Modalidades de Turismo	53
4.2 Turismo Rural em Roraima	63
4.3 Propriedades Envolvidas com o Turismo Rural no Estado	71
4.4 Descrição das Propriedades	73
4.4.1 Bloco 1	74
4.4.2 Bloco 2	79
5 CONCLUSÕES	102
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	118

1 INTRODUÇÃO

O turismo ao redor do mundo vem recebendo atenção pelo crescente prisma econômico e sua alta potencialidade de movimentação de divisas. No Brasil, é possível identificar a atenção dos governantes e demais autoridades responsáveis quando criam políticas para fomentar essa prática, enaltecendo o efeito benéfico sobre a geração de emprego e renda. Segundo Barbosa (2005, p. 108), “o turismo é uma força econômica das mais importantes do mundo. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura encontram-se”.

Ao redor do mundo, o turismo rural vem ganhando uma proporção significativa para o público que busca descanso, atividades interioranas junto à natureza e à essência da vida no campo. Assim, aos poucos, as pessoas começaram a se interessar por essa atividade, já que “a sociedade vem descobrindo a importância ambiental e o valor estratégico de manutenção da paisagem rural para a própria vida do planeta” (BRASIL, 2008, p. 13).

Na Europa, é bem comum encontrar ofertas dessa modalidade: na França, é bastante representativo, já que muitas propriedades se dispõem a desenvolvê-lo; na Espanha, o setor público incutiu nas zonas rurais e nos povoados a possibilidade de construção de alojamentos em casas particulares; em Portugal, o turismo rural ocorre em propriedades de famílias, onde os turistas se hospedam apenas “em casas cadastradas e licenciadas de um órgão governamental” (ALMEIDA, 2012, p. 61).

Um dos motivos que aumentou a influência para a implantação do turismo rural, destacado por Silva (2007), é a possibilidade de uma atividade produtiva que estimula a conservação ambiental, bem como o resgate e a preservação dos valores culturais existentes em cada empreendimento.

O turismo rural em propriedades está associado à valorização de serviços gerados nas propriedades agrícolas e em empreendimentos rurais, envolvendo uma dinâmica social e econômica dos territórios rurais (BRASIL, 2008). Associando turismo e desenvolvimento, leva-se em consideração o pressuposto de que as atividades turísticas têm capacidade e potencial para a geração de emprego e de

renda e a minimização das desigualdades sociais (ARAÚJO; LOPES; TINÔCO, 2012).

Além dos benefícios, ressalta-se que o turismo é uma atividade que também pode desenvolver consequências negativas. Não obstante, a atenção deve ser levada em consideração nas questões ambientais ligadas à degradação ambiental e paisagística e à descaracterização do meio que a prática do turismo rural pode acarretar pelo elevado número de visitantes e veículos nas estruturas rurais (BRASIL, 2008).

Até por que é importante destacar que o turismo rural não atinge de forma homogênea todos os estratos sociais do meio rural e, mesmo apresentando características voltadas ao convívio com a natureza, é necessária a preocupação com a expansão da atividade rural, destacando sua preocupação com a degradação ambiental intensa observada desde o século XX, quando se inicia a Revolução Verde (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008).

Ruschmann (1999) considera que os impactos podem não ser relevantes em alguns casos, mas em outros comprometem as condições de vida ou a atratividade das localidades receptoras do turismo. Para que o turismo proporcione efeitos favoráveis nas localidades implantadas, exige-se a conscientização e a sensibilização dos turistas e um planejamento dos governos, além do apoio das empresas e das comunidades envolvidas. Esse planejamento deve estar associado à visão de sustentabilidade dos projetos e das ações turísticas, fundamentais para a minimização dos impactos da atividade.

Quando se fala em desenvolvimento, é importante levar em consideração as práticas sustentáveis que ligam as atividades no meio ambiente e os recursos naturais. No caso do turismo rural, “o futuro e a sustentabilidade dessa atividade dependem da qualidade do produto oferecido, pela promoção dos valores locais e da estabilidade da autenticidade cultural e da proteção ambiental” (RUSCHMANN, 2000, p. 73).

Já em relação ao planejamento do turismo, Molina (2005, p. 46) destaca que “o planejamento do turismo é um processo racional cujo objetivo maior consiste em assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico”. Para tanto, o desenvolvimento possui uma importância significativa, pois pode ser entendido, também, como uma estratégia para promover o conhecimento público em relação a

determinados locais, permitindo assim o desenvolvimento local, além de satisfazer as necessidades de uma determinada região.

Em Roraima, no ano de 2013 foi desenvolvido o projeto Turismo Rural, promovido pelo SEBRAE a partir da procura de alguns empreendedores locais que desejavam aprimorar o turismo rural em suas propriedades. Estes empreendimentos já funcionavam com a prática do turismo rural, porém necessitavam de um maior conhecimento para melhorar a atividade e conquistar potenciais novos turistas.

A partir da procura dessas propriedades, o SEBRAE iniciou o projeto e buscou atender as necessidades dos empreendimentos, com o objetivo de dar apoio aos empresários e promover o turismo rural no Estado que, ainda, é considerado uma prática incipiente. Ao mesmo tempo, foi criado o primeiro roteiro de turismo rural que está contemplado no Plano Plurianual do Governo do Estado, denominado “Vivendo Roraima pelos Cavalos Lavradeiros”, resultado de uma parceria entre o Departamento de Turismo da SEPLAN (Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento) juntamente com a empresa Brasil Turismo (FOLHAWEB, 2015).

Em Roraima, o turismo rural tem sido uma prática já recorrente em determinadas propriedades que buscam atrair pessoas que têm o interesse do contato com a natureza e a tranquilidade permitida pelas atividades no campo e, todavia, não existem, de maneira institucionalizada, monitoramentos sistematizados dessas ações, pergunta-se: qual o atual panorama do turismo rural em Roraima e suas implicações com o meio ambiente?

Esse questionamento surge devido ao turismo ser uma atividade que vem ganhando ênfase entre suas diversas modalidades que estão sendo, cada vez mais, praticadas e estudadas no Estado de Roraima. O turismo rural, em particular, desperta um olhar mais cuidadoso quanto aos aspectos que envolvem o meio ambiente por ocorrer em um espaço verde, aberto e que proporciona um lazer diferenciado e totalmente voltado às atividades rurais.

Para isso, os cuidados com o meio ambiente precisam ser redobrados, assim como o conhecimento a respeito dos impactos e das implicações das atividades antrópicas no meio ambiente, tanto para a conservação do ambiente onde o turismo rural está sendo desenvolvido, quanto para que o objetivo desta modalidade de turismo, para os proprietários que o desenvolve, seja alcançado.

A prática do turismo rural pode favorecer economicamente propriedades que adotam os princípios básicos dessa atividade, visando a uma maneira de manter

natural a origem do ambiente. Por outro lado, a má gestão dessa atividade pode ocasionar a degradação do meio ambiente, além da perda de características naturais do ambiente que é peculiar. Para evitar isso, é indispensável um diagnóstico da atividade turística em espaços rurais. Desse modo, os indicadores de sustentabilidade auxiliam no planejamento e no monitoramento de destinos locais, por meio de conceitos técnicos e científicos para um maior embasamento, credibilidade e confiabilidade nas atividades que são desenvolvidas.

Optou-se pela inclusão da dimensão ambiental no modelo de análise da sustentabilidade do turismo rural para que, a partir do conhecimento sobre a prática correta de preservação e de conservação do ambiente natural, e das áreas já exploradas para a atividade de turismo, seja possível manter a riqueza natural do meio ambiente. Cada empreendimento necessita, além dessa consciência, mostrar na prática que o conceito de sustentabilidade pensa nas gerações atuais e futuras, e que acontece no dia a dia da propriedade.

Uma das intenções deste trabalho é contribuir, sob o prisma do indicador de sustentabilidade, com a dimensão ambiental para que essa atividade se desenvolva de forma sustentável. Como Roraima é o primeiro Estado da região Norte a ser integrado na Associação Brasileira de Turismo Rural, o mapeamento da sustentabilidade do turismo rural pode contribuir para isso com vistas a beneficiar as comunidades receptoras e, quiçá, os resultados da pesquisa possam servir de referências para novos estudos.

Devido à incipiente preocupação nos impactos do turismo pelos planejadores e empreendedores do setor, e poucos registros de efeitos negativos em localidades que promovem o turismo (DANTAS; MELO, 2008; BETTI; DENARDIN, 2013), busca-se contribuir nesse sentido.

Andrade e Van Bellen (2006) consideram que os recursos naturais consumidos pela atividade turística incluem a utilização de água e os recursos minerais, entre vários outros elementos que, utilizados de forma direta ou indireta, representam a prestação de serviços e fabricação de produtos para atender a atividade de turismo. No caso do turismo rural, este deve se desenvolver de forma que os critérios socioambientais, que deverão conduzir à sustentabilidade, sejam respeitados.

1.1 Referencial Teórico

Neste tópico, é apresentada a revisão de literatura abordando as discussões sobre o espaço rural e urbano, o turismo rural, o desenvolvimento sustentável e os indicadores de sustentabilidade, a qual é considerada pertinente para o desenvolvimento deste trabalho.

1.1.1 Espaço rural e urbano: pontos relevantes e interseções

É comum na literatura encontrar discussões sobre as diferenças entre o espaço rural e o urbano. Tais diferenças estão relacionadas à ideia de campo e de cidade, ou seja, a área urbana e a área rural, contudo a distinção entre elas não é nada fácil (RODRIGUES, 1999). Fala-se, em termos gerais, que o espaço urbano é considerado o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si; tal uso define áreas, como: o centro da cidade, o local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão, as áreas industriais e as áreas residenciais. A este conjunto de usos e ocupação da terra é definida a organização espacial da cidade ou, como mais conhecido, o espaço urbano (CORRÊA, 1995).

Desta forma, o espaço urbano, fragmentado e articulado, é reflexo e está sujeito às condições sociais, representando mudanças e conquistas alcançadas com o decorrer dos tempos. A dita “cidade capitalista” é o lugar que privilegia uma série de processos sociais, entre os quais pode haver acumulação de capital e a reprodução social com total importância básica. Estes processos criam atividades e suas materializações, cuja distribuição de espaço constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1995).

Neste sentido, muito comum se referir à área urbana a relação de concentração de habitação, com a presença de um maior número de pessoas residentes em casas, existência de pontos comerciais, grandes centros, indústrias, prédios, fábricas, hospitais e acesso com maior facilidade à educação, assistência médica, entre outros, e maior desenvolvimento. Já sobre a área rural está ligada a ideia de produções agrícolas, propriedades voltadas à criação de animais e pouco espaço desenvolvido.

No caso do espaço rural, é comum se limitar a apenas uma característica única: “o rural não se resume às formas de produção agropecuária. O rural é um lugar de produção e também um lugar de vida e de moradia” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 417). Nessa classificação, o espaço rural vai corresponder a tudo aquilo que não é urbano, sendo definido, muitas vezes, pela carência encontrada e não evidenciada pelas suas próprias características. Até porque, o rural e o urbano são definidos e dependentes das limitações impostas pelos poderes municipais e por seus interesses fiscais.

Veiga (2002) enfatiza que este critério leva a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas podendo ter população inferior a 2.000 habitantes, o que causa distorções que levariam a denominar de cidade o que, na realidade, deveriam ser aldeias, povoados e até pequenas vilas. O autor ainda especifica como “anacrônica e aberrante” a fronteira inframunicipal entre o rural e o urbano estabelecida por esta classificação (VEIGA, 2002, p. 112).

É importante considerar a interdependência entre o espaço rural e o espaço urbano, as suas relações e as suas complementaridades. Na visão dos autores Delgado *et al.* (2013), há enfoques tradicionais associados ao meio rural quanto a presença, muitas vezes exclusivas de agricultura; ainda na visão destes autores, quando se considera o rural como “resíduo” ou “aquilo que sobra das cidades” fica apenas para o espaço urbano a centralização das ações do Estado, o que deixa a desejar o desenvolvimento do espaço rural e isso impossibilita o desenvolvimento do rural.

Grabois (2001) afirma que não é feita qualquer referência às funções dos diferentes aglomerados que podem constituir um fator fundamental que diferencie o espaço rural e o espaço urbano. Endlich (2006) afirma que cidade e urbano são conceitos distintos; o campo e o rural também o são, e sobre o urbano estende-se para além da cidade. Sendo assim, o urbano é um modo de vida que ultrapassa as fronteiras da cidade, podendo atingir o campo e superar o rural.

Em um aspecto pessoal voltado as suas experiência e vivência na infância neste ambiente, o autor Williams (1989, p. 13) afirma que:

para mim a vida rural tem diversos significados. São os olmos, os pilriteiros, o cavalo branco no campo que vejo pela janela enquanto escrevo. São os homens na tarde de novembro, voltando para casa depois da poda, as mãos enfiadas nos bolsos dos casacos cáqui; e as mulheres de lenço na cabeça, paradas às portas das casas, esperando pelo ônibus azul que as

levará para o campo, onde trabalharão na colheita durante o horário escolar. É o trator descendo a estrada, deixando a marca denteada dos pneus na lama; é a luz acesa na madrugada, na criação de porcos do outro lado da estrada, no momento de um parto; o caminhão lerdo na curva fechada, repleto de carneiros amontoados na carroceria; o cheiro forte do melão na forragem.

O espaço rural corresponde a um meio específico, com características mais naturais se comparadas com o espaço urbano, que é produzido a partir de multiplicidades em seus espaços, onde a terra ou o chamado “espaço natural” são fatores primordiais, o que muitas vezes têm resultado na criação e podem ser recriadas novas formas sociais de territorialidade intensa (MARQUES, 2002).

De acordo com o Quadro 01, de acordo o IBGE (2000), é possível distinguir o perfil voltado à população rural. No quadro é possível observar as tipologias de população rural e suas definições para melhor compreender as diferenças entre o aglomerado de extensão urbana, o povoado, o núcleo, outros aglomerados e a área rural exceto aglomerado.

Quadro 1 – Tipos de população rural e suas definições particulares.

População Rural	
1. Aglomerado de extensão urbana	São os assentamentos situados em áreas fora do perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir da expansão de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua expansão. Por constituírem uma simples extensão da área efetivamente urbanizada, atribui-se, por definição, caráter urbano aos aglomerados rurais deste tipo. Tais assentamentos podem ser constituídos por loteamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ditas subnormais ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços.
2. Povoado	É o aglomerado rural isolado que corresponde a aglomerados sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculados a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústrias, usinas, etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias (extrativismo vegetal, animal e mineral, e atividades agropecuárias), terciárias (equipamentos e serviços) ou, mesmo, secundárias (industriais em geral), no próprio aglomerado ou fora dele. O aglomerado rural isolado do tipo povoado é caracterizado pela existência de serviços para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas. É, assim, considerado como critério definidor deste tipo de aglomerado a existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos.
3. Núcleo	É o aglomerado rural isolado vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), dispendo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados. É considerado, pois, como característica definidora deste tipo de aglomerado rural isolado, seu caráter privado ou empresarial.

4. Outros aglomerados	São os aglomerados que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados, e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.).
5. Área rural exceto aglomerado	São as áreas não classificadas como urbanas ou aglomerados rurais.

Fonte: Adaptado de IBGE (2000).

De acordo com Veiga (2002), o rural é território e não setor como costumam considerar muitos dos programas governamentais. É necessário considerar a relação entre espaços mais urbanizados e espaços onde os ecossistemas são bem menos artificiais, o que quer dizer que os espaços rurais, para uma definição realista de desenvolvimento, devem ser baseados numa articulação horizontal de intervenções.

O espaço rural é, de forma descritiva, como um modo particular de utilização do espaço e da vida social que pode apresentar características específicas, na visão de Kayser (1990), consoante o observado no Quadro 02. O espaço rural e as suas características podem variar de acordo com a densidade, o uso econômico e o modo de vida dos habitantes, assim como estar, também, relacionado à cultura no campo.

Quadro 2 – Características do espaço rural.

(a) uma densidade relativamente fraca de habitantes e de construções, dando origem a paisagens com preponderância de cobertura vegetal;
(b) um uso econômico predominantemente agro-silvo-pastoril;
(c) um modo de vida dos habitantes caracterizado pelo pertencimento a coletividades de tamanho limitado por sua relação particular com o espaço; e,
(d) uma identidade e uma representação específicas, fortemente relacionadas à cultura camponesa (acredito que esta característica decorre da anterior).

Fonte: Adaptado de Kayser (1990).

Para o autor Wanderley (2009), as características do meio rural podem ser encontradas em formas distintas que se completam, sendo elas como um lugar que se vive, um espaço físico que possui uma dimensão com a habitação de pessoas.

O que distingue a região urbana da rural, onde normalmente há produção agrícola vai ser caracterizada pela quantidade, densidade e multidimensão do espaço receptivo, em que “a noção de oposição cidade-campo torna-se, desse modo, nuançada, para dar lugar à noção de complementaridade e seu exercício sobre uma porção do espaço” (SANTOS, 1985, p. 70).

Quanto a urbanização do campo e a ruralização da cidade, na urbanização do campo foram incrementadas ocupações não agrícolas no campo, os meios de comunicação em massa (rádio, televisão, telefone, rádio de ondas curtas) chegando até as regiões mais distantes o alcance às redes sociais e à reconstrução das comunidades camponesas. Já em relação a ruralização da cidade, algumas cidades têm aparência com “grandes fazendas” devido a “falta de desenvolvimento urbano”, como por exemplo a migração aumentada de camponeses e de indígenas em bairros mais periféricos onde, facilmente, se estabelecem (GRAMMONT, 2005).

Apesar de o campo ser considerado uma mercadoria capaz de produzir outras mercadorias pela ação do trabalho e, assim, gerar renda também pelas atratividades encontradas no campo, são consideradas mercadorias valiosas. Este não deve ser considerado o sentido de um “novo rural”, e sim um novo sentido de oportunidades providas pelas imagens deste espaço “que mantém a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e rural e entre a cidade e o campo” (RUA, 2006, p.85).

A ideia de “novo rural” começa a surgir com práticas voltadas à busca pelo crescimento e pelo desenvolvimento das áreas rurais, prevalecendo as várias atratividades que podem ser encontradas nessas áreas. Sendo assim, ocorre a inserção da atividade turística na área rural, predominando a oportunidade que os moradores e os proprietários de pequenas propriedades enxergam de adotar esta atividade como um meio de auxiliar na complementação da renda familiar.

É comum encontrar novas práticas de turismo voltadas à busca pelas atividades rurais, o que representa uma das características marcantes do turismo rural. Algumas dessas atividades possuem fortes padrões de consumo e de características urbanas (RODRIGUES, 1999).

1.2 Turismo Rural como uma Oportunidade de Novos Negócios

A discussão envolvendo o turismo inicia no século XX, quando diversos autores passam a estudá-lo e o conceituá-lo. Um dos pioneiros foi o economista austríaco Hernan von Schullard, em 1910, definindo o turismo como “a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com

a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região” (IGNARRA, 2001, p. 23).

Em seguida, por volta de 1942, Hunziker e Krapf, suíços, definiram a atividade como sendo “a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionado a nenhuma atividade remunerada” (BENI, 2003, p. 36).

A EMBRATUR (2006) definiu que o turismo é considerado a partir do momento que gera um deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que as mesmas têm residência fixa, sendo por qualquer motivo, com o objetivo de exercer alguma atividade que promova renda ao local que visitam.

Neste sentido, Wahab (1977, p. 21) conceitua que “o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local, formando exportações invisíveis”. Sendo uma atividade humana que serve como meio de comunicação, é capaz de integrar pessoas tanto dentro de um mesmo país, como fora dos limites geográficos dos países. Envolve, ainda, o deslocamento temporário de pessoas para alguma outra região ou país, divergente de sua origem, visando satisfação e geração de remuneração (WAHAB, 1977).

Das diversas definições de turismo, é notório observar que os autores concordam e se referem ao termo “turismo” como uma atividade que envolve deslocamento, tendo o intuito de despertar em seu público o interesse em conhecer um lugar novo e favorecendo a promoção de emprego e renda. Além disso, possui diversas modalidades da atividade que atrai um público diversificado.

Como atividade econômica, Rodrigues (1997) aponta que o turismo se transformou numa atividade econômica importante no mundo contemporâneo, recebendo cada vez mais atenção e, também, seriedade no seu tratamento científico e técnico. Isso porque a geração de renda nos locais onde se pratica o turismo implica em aperfeiçoamento e em investimento voltados à captação de potenciais turistas, assim como aperfeiçoamento das atividades deste segmento.

Para Barbosa (2005, p. 107), “o turismo está relacionado com as viagens, porém não são todas as viagens que são consideradas como turismo. O conceito de turismo implica a existência de recursos naturais e/ou culturais e infraestrutura”.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011) trata o turismo na sua forma mais concebível de realização, enfatizando o desenvolvimento socioeconômico na intenção de reduzir a pobreza humana.

O turismo é um dos setores econômicos que mais está crescendo em diversos países do mundo. Trata-se de um setor intensivo em mão-de-obra e uma importante fonte de desenvolvimento e empregos, especialmente para grupos com acesso limitado ao mercado de trabalho, como mulheres, jovens, trabalhadores migrantes e populações rurais. Ele pode contribuir muito para o desenvolvimento social e econômico e para a redução da pobreza (OIT, 2011, p. 3).

Ressalta-se que há, porém, algumas diferenças entre o turismo e o espaço, mas na literatura é possível encontrar definições básicas que permitem uma melhor compreensão das diferenças entre o espaço geográfico e o espaço turístico. No Quadro 03 é possível encontrar as implicações do espaço geográfico no espaço turístico quanto a população, empresas, instituições, infraestrutura e meio ecológico.

Quadro 3 – Espaço geográfico e espaço turístico.

ESPAÇO GEOGRÁFICO	ESPAÇO TURÍSTICO
População/Sociedade	Demanda de turistas Moradores locais Representantes de instituições públicas e privadas ligados ao turismo
Empresas	Hospedagem Restaurantes Agências de turismo Transportadoras turísticas Espaços para eventos Serviços de lazer e entretenimento Empresas de marketing e publicidade
Instituições	Superestrutura turística – instituições reguladoras da atividade (OMT – Organização Mundial do Turismo, Ministério do Turismo, Embratur – Instituto Brasileiro do Turismo, Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo, Entidades da Classe Turística)
Infraestrutura	Serviços públicos Transporte Comunicação Segurança Educação Saúde
Meio Ecológico	Base física do trabalho humano Turismo sustentável

Fonte: Adaptado de Albach (2010).

Cury (2012) afirma que a paisagem do espaço está relacionada com o tipo de solo, relevo, clima, fauna e flora do lugar. Quanto às paisagens rurais, estas se classificam como: paisagens naturais (onde não há ação humana), paisagens com ação antrópica limitada, paisagens com presença de agricultura tradicional (podendo ser agricultura para subsistência ou para fins comerciais) e paisagem de uso agrário intensivo.

É possível analisar os aspectos que caracterizam o espaço geográfico, pois ele diz respeito à população, às empresas, às instituições, à infraestrutura e ao meio ecológico, pelos quais, no espaço turístico, é possível observar que são os itens que compõem cada espaço geográfico, cada um com sua respectiva característica.

Dentro do espaço rural, as pequenas propriedades passam a buscar novas alternativas de complementação de renda, tendo em vista a necessidade de aumentar seu negócio. Surge, então, a alternativa do turismo, que passa a ser visto como oportunidade de buscar novos caminhos de crescimento e de aumento de renda das pequenas propriedades. O fato é que a nova escolha de vida das pessoas e as rotinas cada vez mais cansativas proporcionam um aumento de busca por novas alternativas de lazer. Essa necessidade de vivências mais autênticas para conhecer espaços que tenham uma paisagem não construída, que remetem ao verde, ao meio ambiente e à natureza é mencionada por Beni (2003).

Atualmente, observa-se uma tendência de crescimento relacionada a prática do turismo com o contato com a natureza e o encontro com patrimônios histórico-étnico-culturais, os quais vêm se desdobrando em algumas nomenclaturas, tais como: Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo Rural, entre outras.

Diversas modalidades de turismo no espaço rural podem existir, assim como é conceituado por Zimmermann (1996). No Quadro 04 são especificadas as modalidades e as características das modalidades de turismo que ocorrem no espaço rural, sendo elas o Turismo Rural, o Agroturismo, o Turismo de Aventura, o Turismo Cultural e o Ecoturismo.

Quadro 4 – Modalidades de turismo predominantes no espaço rural.

Turismo Rural	É o segmento do turismo que é desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com a convivência e com o alojamento na sede da propriedade, onde os turistas podem participar das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas neste espaço. Oferecem algumas atividades
----------------------	---

	de lazer, produtos turísticos naturais de origem local ou regional, gastronomia típica e o conhecimento da cultura local.
Agroturismo	Ocorre quando há o deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem a dormida no local. Destacam-se dois aspectos que distinguem esse segmento do turismo rural: o primeiro é a produção agropastorial em escala econômica, que representa a maior fonte de rendimento da propriedade, e o turismo como receita complementar, e o segundo é que as próprias atividades agropastoris constituem em si mesmas o principal diferencial turístico.
Turismo de Aventura	Nesta modalidade de turismo é utilizado o entorno rural ou o meio natural como recurso para produzir nos participantes sensações de descobrimento e de emoção, ocorrendo em espaços pouco explorados. Utilizam, também, nestes espaços rurais ou naturais: vela, tiros com arco, canoagem, <i>rapel</i> , balonismo, entre outros.
Turismo Cultural	Atividade turística voltada para a preservação, embasada na utilização dos recursos culturais de um território em área rural, recursos artísticos, históricos e costumes.
Ecoturismo	Tem como objetivo principal a integração dos visitantes no meio humano natural. É a modalidade de turismo em áreas rurais e/ou naturais, em que a paisagem é o principal componente, como ponto de encontro entre fatores ambientais e antrópicos.

Fonte: Adaptado de Zimmermann (1996).

Quanto ao turismo rural, o Ministério do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2008, p. 18) o define como um “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Se observado em um sentido mais amplo, o turismo rural, geograficamente falando, é aquele que acontece no espaço rural; se visto antropologicamente, oferece ao visitante a vivência da cultura rural. No sentido socioeconômico, representa um complemento às atividades agropecuárias e, também, pode atender às expectativas de evasão da rotina urbana e de conhecer e vivenciar outras experiências de vida (PORTUGUEZ *et al.*, 2006). Afirma-se, ainda, que há um descobrimento de diferentes formas de turismo, de maneira ambiental e culturalmente voltadas a produtos de qualidade, com opções de viagens mais curtas desde que mais frequentes, sendo essas e outras as razões pelas quais os europeus escolhem o campo como destino turístico preferido.

Em relação ao turismo rural, em termos históricos, no Brasil, Zimmermann (1996) afirma que o município pioneiro desta prática é o de Lages, no Estado de

Santa Catarina, onde na região, conhecida como capital nacional de turismo, por ser um local de parada do Planalto Serrano Catarinense para o Estado do Rio Grande do Sul, tinha como base econômica a pecuária e a exploração de madeira. O início das atividades turísticas se deu a partir da escassez da madeira, foi quando algumas propriedades abriram suas portas para visitação de pessoas passarem o final de semana e conhecer e ao mesmo tempo vivenciar o dia a dia da fazenda. Os visitantes chegavam pela manhã, tomavam café e permaneciam até o anoitecer, podendo participar de atividades da rotina das fazendas, como tosa de ovelhas, doma de potros entre outras atividades.

Embora sua expansão tenha ocorrido principalmente no Sudeste do país, pela diversidade e pela expansão do Brasil, o turismo rural, independentemente da época e da localidade, desenvolveu-se absorvendo as características de cada região (ALMEIDA, 2012). Entretanto, há de se ressaltar que a atividade do turismo chega a ser considerada incipiente quando comparada a outras modalidades, embora a visitação a propriedades rurais seja uma prática conhecida em algumas regiões, passando a ganhar status de atividade econômica apenas na década de 1980 (BRASIL, 2008).

O turismo rural já é uma prática recorrente no Brasil, observadas as primeiras atividades trazidas da Europa e adaptadas à realidade local que, com o passar do tempo, foi sendo adaptada e ganhando maiores espaços, admiradores e praticantes desta modalidade. Os estudos comparados entre a atividade praticada na Europa e no Brasil mostram que são atividades adaptadas à realidade local, e que as pesquisas realizadas pelos autores servem de base de conhecimento para a compreensão desta atividade que se diferencia, na prática, de um país para outro, assim como entre regiões.

Acrescenta-se, também, o que diz respeito à busca por antigas práticas sociais e culturais. O turismo rural “fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade” (BRASIL, 2010, p. 17). Corroborando, Dias e Aguiar (2002, p. 112) consideram a conceituação de turismo rural como diretamente “ligado a atividades humanas desenvolvidas prioritariamente no meio ambiente natural, a existência de uma cultura de relacionamento do homem com atividades produtivas vinculadas à produção rural”.

Trigo (2011, p. 339) aponta que o turismo rural pode envolver diferentes segmentos nas áreas rurais, tais como: “agricultura intensiva, familiar ou orgânica; *agro-business*; produção artesanal de alimentos e bebidas [...]; comunidades rurais convencionais, étnicas ou alternativas; hospedagem e alimentação”. Os estudos de Lane (2014) indicam, ainda, que o desenvolvimento do turismo rural moderno compete as pequenas propriedades, que buscaram nestas novas atividades novas oportunidades e opções de inserir novos recursos na propriedade, assim como alternativa para a permanência na vida do campo. Ou seja, a oferta do turismo rural “originou-se de vários pequenos agricultores e empreendedores rurais interessados em ‘sobreviver’ face aos retornos descendentes da agricultura e de outras pequenas empresas rurais” (LANE, 2014, p. 18).

A prática do turismo em áreas rurais não se limita apenas a buscar atividades no meio rural, lazer ou simplesmente para descanso. Apesar de ser evidenciada há algum tempo como “fuga da rotina pelos moradores urbanos”, a ruralidade em si possibilita influência nas transformações sociais e de espaço que enfatizam a vida urbana, evidenciando os valores tradicionais locais e as antigas práticas sociais e culturais que promovem maiores significados que o termo “fuga” já tentou explicar por muito tempo (ALMEIDA, 2009, p. 56).

É possível com esses novos contextos, ao turista, encontrar novos habitantes neorrurais, recém-chegados, que se deslocam ao rural à procura de uma melhor qualidade de vida, quando falamos de turismo rural e desenvolvimento sustentável, pois observa-se uma mistura complexa de agentes sociais que reconstroem e ressignificam os tradicionalmente chamados espaços rurais.

Neste sentido, tudo que está inserido no meio ambiente, como as florestas, os rios, os animais, inclusive os patrimônios culturais locais aos poucos ganham maior valorização, pois o contato com a natureza proporciona ao visitante uma sensação única de tranquilidade que só é possível a partir do momento em que se chega ao ambiente rural. O “turismo rural é aquele que, do ponto de vista geográfico, acontece no espaço rural; do ponto de vista antropológico, oferece ao visitante a possibilidade de vivências da cultura rural” (PORTUGUEZ *et al.*, 2006).

Isso só é possível pela tradição que é mantida em comunidades rurais, que vivem com simplicidade e possuem uma imensa e diversificada forma de manutenção de vida e, principalmente, diferentes formas de lazer. Assim, a partir da valorização dos produtos agrícolas tradicionais, o desenvolvimento da agricultura

orgânica, da promoção do turismo rural e da natureza com diversas atividades de lazer e de exploração de fontes energéticas alternativas, quando possível a valorização das práticas culturais e dos patrimônios locais.

O sentido da ruralidade contempla relações do rural tradicional, que abrange lógicas e estruturas ligadas às práticas do campo tradicional, ao trabalho camponês e à rusticidade que despertam questões relativas à imagem atribuída pelos turistas que buscam as paisagens rurais e o sentido do “novo” rural que é criado para atrair esses turistas (ALMEIDA, 2009).

No Quadro 05 observa-se o detalhamento do turismo rural feito pelo Ministério do Turismo, que definiu cinco aspectos abordados com a respectiva caracterização sobre: atividades turísticas no meio rural; meio rural; comprometimento com a produção agropecuária; agregação de valor a produtos e serviços; e, resgate e promoção do patrimônio cultural e natural, o que nos permite entender como o turismo rural está diretamente ligado ao meio ambiente e ao resgate pelas atividades no ambiente natural.

Quadro 5 – Detalhamento do turismo rural e seus conceitos.

1. Atividades turísticas no meio rural	As atividades de turismo rural constituem-se da oferta de serviços, equipamentos e produtos, como: operação e agenciamento; transporte; hospedagem; alimentação; recepção à visitação em propriedades rurais; recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural; e, eventos.
2. Meio rural	A concepção de meio rural aqui adotada baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação da terra e na valorização da ruralidade. Assim, considera-se território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. Nos territórios rurais, tais elementos manifestam-se, predominantemente, pela destinação da terra, notadamente focada nas 20 práticas agrícolas e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural. Tal valor contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificados pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária e a identificação com os ciclos da natureza.

3. Comprometimento com a produção agropecuária	É a existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Dessa forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato e pelo modo de vida considerados típicos de cada população rural.
4. Agregação de valor a produtos e serviços	A prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambiente rural faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida campestre, como manejo de criações, manifestações culturais e a própria paisagem passam a ser considerados importantes componentes do produto turístico rural e, conseqüentemente, valorizados por isso. A agregação de valor também se faz presente pela possibilidade de verticalização da produção em pequena escala, ou seja, beneficiamento de produtos <i>in natura</i> , transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista sob a forma de conservas, embutidos, produtos lácteos, refeições e outros.
5. Resgate e promoção do patrimônio cultural e natural	O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os costumes, as festas, os “causos”, a gastronomia, etc.) e primar pela conservação do ambiente natural, da paisagem e da cultura (o artesanato, a música, a arquitetura, etc.).

Fonte: Brasil (2008, p. 19).

Se analisado no ponto de vista cultural e patrimonial, o turismo rural pode ser apontado como influenciador de desenvolvimento, porém o turismo rural também pode ser visto como fator que faz perder as características culturais locais, como afirmam Schneider e Fialho:

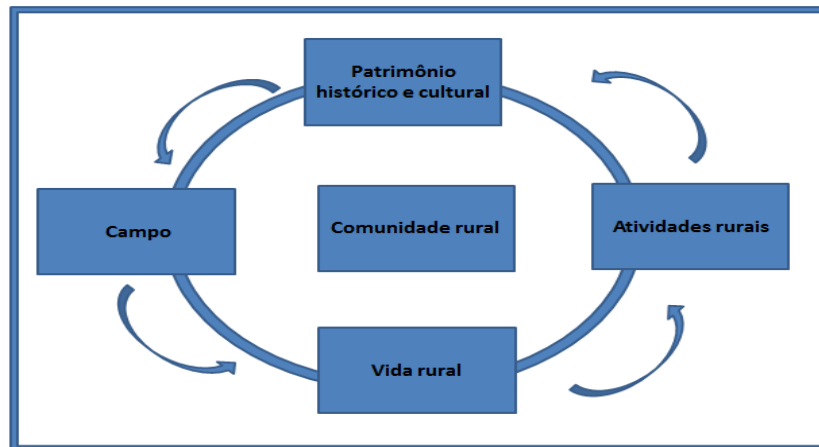
o turismo rural pode ter a função de indutor de desenvolvimento e de preservação, pois tem papel de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico-cultural e natural da região onde está sendo explorado, mas em contrapartida, ele pode trazer transtornos à comunidade através da influência dos turistas, como por exemplo, os impactos sobre o meio ambiente, o aumento de custos de vida e a descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local (SCHNEIDER; FIALHO 2000, p. 46).

O turismo rural pode ser medido a partir de algumas características básicas: quanto à escala, quanto à localização, quanto às atividades agropecuárias e quanto à qualidade da paisagem, podendo variar entre conservação dos recursos naturais, conservação de características e utilização dos materiais construtivos típicos da

região e cuidados com as instalações e lidas agropecuárias; também, quanto aos aspectos culturais, quanto à diversificação dos serviços oferecidos, quanto à distribuição dos benefícios, quanto ao empoderamento das comunidades e quanto à sustentabilidade (BRASIL, 2008).

Segundo a OMT (2004), é possível entender o turismo no espaço rural a partir da integração da comunidade rural com o campo, das atividades rurais, do patrimônio histórico e cultural e da vida rural, como pode ser observado na Figura 01.

Figura 1 – Integração da comunidade rural com o campo.



Fonte: Adaptado da OMT (2004).

Observa-se que diferentes formas são usadas para classificar o turismo no espaço rural como, por exemplo, em relação à sua quantidade e intensidade não somente quanto ao espaço onde ocorre (ALMEIDA, 2012). O fato é que o turismo rural vem sendo descoberto e cada dia mais procurado, principalmente porque busca disseminar a essência que a vida no campo proporciona para aquelas pessoas que têm uma vida urbana agitada, com tendência ao estresse que o meio rural sabe como lidar.

Com a crescente demanda, existe um número considerável de propriedades rurais que vêm agregando estratégias para promover essa atividade. Contudo, nem sempre é mantido um controle e ordens seguras para que os princípios dessa atividade não sejam perdidos, e que o seguimento continue sendo uma opção de lazer para aqueles que buscam no turismo rural uma opção agradável e continue sendo oportunidade positiva de renda para os empreendedores rurais (BRASIL, 2010).

O meio rural passa a absorver novas funções para além da produção de alimentos e para além das atividades primárias. No entanto, é possível observar que algumas das principais transformações no campo estão relacionadas com o crescimento dos espaços não agrícolas e com a aceleração da mecanização e da industrialização na agricultura, assim como com a ampliação do papel do rural como moradia e lazer (DELGADO *et al.*, 2013).

No meio rural brasileiro, segundo Campanhola e Graziano da Silva (1999, p. 145), uma modalidade de turismo rural característica é o agroturismo, o qual é definido por estes autores como:

atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas. Exemplos: fazenda hotel, pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas diretas do produtor, artesanato, industrialização caseira e outras atividades de lazer ligadas à vida cotidiana dos moradores do campo.

O meio rural brasileiro ganhou novas funções além das atividades ligadas à agropecuária. A descoberta de “novas” atividades rurais, tanto agrícolas quanto as não agrícolas, vem proporcionando outras oportunidades para muitos produtores que não podem mais serem chamados de agricultores ou pecuaristas, e que, muitas vezes, não são nem mesmo produtores familiares visto a dispersão dos membros da família para atividades que não estão mais ligadas ao meio rural (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

É interessante que no ponto de vista de Campanhola e Graziano da Silva (1999, p. 12), “o turismo no meio rural deve ser uma atividade essencialmente difusa, diretamente relacionada com aspectos ambientais, e com especificidades inerentes a cada local”. Vista como uma fonte de oportunidade e alternativa na complementação de renda, Rameh e Santos (2011) ressaltam que, mesmo sendo considerada uma alternativa para atividades de lazer, surgem algumas promessas de emprego para os moradores locais, como uma possibilidade de diminuir o êxodo rural dos jovens e como estratégia de estímulo a uma série de atividades produtivas – agrícolas e não-agrícolas – que se inserem ao contexto rural.

Algo comum de se encontrar nas propriedades que praticam o turismo em áreas rurais, é a presença da mão de obra familiar, em que parentes se unem para permitir a continuidade das atividades nas propriedades e agregar, com o turismo rural, a renda familiar, facilitando, assim, a reintrodução de pessoas da própria

família que já residiram na cidade e retornam ao campo. A forte presença do caráter familiar permite envolver os irmãos que poderiam migrar para a cidade e demais familiares, além de empregados, causando um envolvimento coletivo para promover a mão de obra no processo de produção. “É o caráter familiar da propriedade e da produção que define esse trabalho como ‘ajuda’ e permite lhe atribuir um sentido de remuneração distinto da do mercado” (CARNEIRO, 1999, s/p).

O turismo rural não surge no setor privado bem organizado, com capital definido interessado apenas em causar desenvolvimento imobiliário. Para Lane (2014, p. 18), ele “origina-se de vários pequenos agricultores e empreendedores rurais interessados em ‘sobreviver’ face aos retornos descendentes da agricultura e de outras pequenas empresas rurais”.

No meio rural, pode-se afirmar que algumas modificações significativas na paisagem podem ocorrer, de acordo com Dias (2011), quando há grande urbanização de áreas rurais sem planejamento adequado, o aumento dos resíduos, a dispersão da fauna e os impactos de diminuição de sua capacidade reprodutiva, além de modificações significativas na paisagem.

1.3 Impactos Ambientais e Sustentabilidade Ambiental em Função do Turismo

Falar de homem e de natureza é um assunto cada vez mais complexo e preocupante, uma vez que a ação da humanidade tem tomado proporções cada vez mais ameaçadoras para a continuidade da vida humana e da permanência da vida na natureza. Desde que se iniciou o diálogo entre homem e natureza, foi possível ao homem conhecer três fases: a interação, a intervenção e, por último, a agressão (BOFF, 2012).

Sendo assim, com o passar do tempo, o homem foi adaptando suas necessidades e, aos poucos, foi usufruindo daquilo que a natureza podia lhe oferecer. A grande questão é o consumo crescente dos recursos naturais, sendo que os problemas que o crescimento populacional desencadeou estão em ritmo diferenciado dos recursos da natureza, que possuem um determinado tempo para se recompor.

Sabe-se, então, a importância da natureza e, ao mesmo tempo, a riqueza dos recursos naturais nela encontrados, o que possibilita o aumento do desejo do

consumismo e exploração desses recursos. O consumo cada vez mais acelerado da população, em nível mundial, acelera essa exploração, visto que “os padrões de produção e consumo de nossa civilização ameaçam a sustentabilidade dos ecossistemas e criam um círculo vicioso entre ecossistema natural e social” (ARAÚJO, 2008, p. 24).

Desta forma, a crescente necessidade de consumo dos recursos, desde os tempos passados, passa pelo processo de extração de forma descontrolada da natureza, trazendo a consciência dos riscos significativos a curto, médio e longo prazos. Antigamente, a humanidade dependia da natureza, mas a sua formação natural ocorreu por meio de longas eras geológicas e biológicas e em curto espaço de tempo. As bases desse consumo desenfreado, fomentadas pela lógica da racionalidade econômica, entraram em pautas de discussões em diversos países em função de seu esgotamento e de sua impossibilidade de assegurar para as gerações futuras condições de sobrevivência, cunhando o termo desenvolvimento sustentável.

Desse modo, discutir sobre desenvolvimento é, antes de tudo, conciliar crescimento e desenvolvimento, sendo que “o tipo de desenvolvimento desejável propõe uma conciliação entre o desenvolvimento e o crescimento econômico, sendo, simultaneamente, sensível à dimensão social, ambientalmente prudente e economicamente viável” (SILVA; CÂNDIDO, 2010, p. 57).

Neste sentido, Fonseca (2011, p. 430) afirma que,

historicamente, o conceito de “desenvolvimento sustentável” representa um avanço sobre a ideia de ecodesenvolvimento (emanado da Conferência de Estocolmo em 1972) com esse novo paradigma exigindo a construção de uma nova relação homem-natureza e cujas interpretações, muitas vezes conflitantes, vêm atrasando a implantação do novo modelo.

No Relatório *Brundtland*, quanto ao termo desenvolvimento sustentável, defende a ideia de que o desenvolvimento é dito sustentável quando parte da necessidade humana em satisfazer novas necessidades, desde que não ultrapasse os limites com o meio ambiente. Pode ser considerado desenvolvimento sustentável a utilização dos recursos naturais pelo uso consciente das atividades que serão desenvolvidas para se obter determinado resultado. Neste sentido, esse conceito enfatiza a preocupação com o meio ambiente e com a melhoria da população em condições socioeconômicas. E, por se tratar de um processo evolutivo, visa ao crescimento econômico e a melhorias na qualidade do ambiente e da sociedade,

pensando sempre nas gerações atuais e futuras (FURLANETTO; CÂNDIDO; MARTINS, 2010).

Magalhães, Andrade e Dias (2005, p. 19) afirmam que o desenvolvimento sustentável é definido como uma “modalidade de desenvolvimento que se preocupa com a satisfação das necessidades atuais das populações, sem comprometer as necessidades das gerações futuras”. Isso remete à ideia do equilíbrio ecológico, socialmente justo e economicamente viável para todas as gerações. É possível, então, promover o desenvolvimento sustentável por meio do conhecimento sobre a área, a região e a situação local de onde se deseja produzir, evitando, assim, a superexploração de locais inadequados para o desenvolvimento de atividades – o que pode ocorrer de acordo com a integração da comunidade com o meio ambiente.

Portanto, o desenvolvimento sustentável está relacionado à integração dos fatores sociais, econômicos, ambientais e institucionais que permeiam a sociedade, não comprometendo as gerações futuras e visando a conservação do meio ambiente (SOUZA; ANDRADE; CÂNDIDO, 2010). Em se tratando de desenvolvimento local e sustentável, é possível concordar com os autores Cândido, Vasconcelos e Souza (2010, p. 93) quando afirmam que

o desenvolvimento local sustentável pode ser entendido como uma via estratégica que tem como objetivo viabilizar o tão ambicionado crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento, buscando melhorias efetivas na qualidade de vida da população, através da criação e inclusão de mercados locais em contextos mais amplos com inclusão das esferas sociais e política.

No setor turístico, houve o aumento da preocupação com a sustentabilidade, bem como com as pesquisas com vistas a garantir o equilíbrio e a igualdade de recursos disponíveis para as gerações futuras (SCÓTOLO; NETTO, 2015). Assim, atingir o desenvolvimento sustentável por meio das atividades turísticas pode ocorrer por intermédio de incentivos às ações que são desenvolvidas também por organizações e instituições (ALMEIDA; LACERDA, 2015).

Embora a atividade turística seja uma alternativa que pode ser desenvolvida em vários locais, é preciso que ela seja praticada de forma sustentável, e com a responsabilização de todos os atores envolvidos para que não haja a degradação do meio ambiente e venha a ser pivô de problemas na comunidade receptora. Essa preocupação passa a ser real na medida em que houver uma tendência de aumento

da demanda por áreas naturais. O turismo ecológico, naturalista, personalizado e realizado em grupos pequenos tende a caracterizar os fluxos turísticos do futuro (RUSCHMANN, 1999).

As boas práticas de sensibilização ambiental por parte dos visitantes e turistas precisam ser incentivadas pelos gestores, proprietários e funcionários das propriedades rurais como um todo, levando em consideração que o ambiente deve permanecer dentro das condições adequadas para a conservação e preservação do patrimônio natural e cultural, destacando-se entre essas práticas a coleta seletiva do lixo e sua compostagem, o tratamento de efluentes e resíduos, o reflorestamento, a utilização de fontes alternativas de energia e a conservação e gestão do uso da água (BRASIL, 2010).

De acordo com Irving e Camphora (2005, p. 311), “no turismo, a busca de sustentabilidade equivale à oportunidade de redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e serviços, gerando benefícios de ampla escala”. No caso das propriedades rurais, a motivação para promover o seu “produto” de forma sustentável é obtida por meio de atividades com práticas e exercícios do campo, tais como passeios a cavalo, passeios ciclísticos, trilhas, cultivo de hortas, cuidados com animais de criação, gastronomia, locais de lazer como lagos e piscinas naturais, entre muitas outras atividades.

O grande segredo do turismo rural está na sua essência, ou seja, naquilo que o turista quer ver, podendo ser a partir da oferta de uma gastronomia típica, da oferta de uma ou mais atividades produtivas que enfatizem as características da propriedade, da sua beleza natural, das opções de atividades para os turistas acompanharem a rotina do empreendimento, do contato com a cultura e a tradição local e, principalmente, do acesso fácil (CURY, 2012).

O turismo ocorrendo de modo sustentável apresenta vários benefícios para o ambiente natural, ao estimular a compreensão dos impactos do turismo no ambiente natural, na cultural e no humano, permitindo, assim, incorporar planejamento e zoneamento, garantindo o desenvolvimento do turismo adequado visto à capacidade de carga do ecossistema, além de enfatizar a importância dos recursos naturais e culturais que precisam ser priorizados (SWARBROOKE, 2000).

Para Irving *et al.* (2005, p. 6),

educar para o turismo é, portanto, condição para iniciativas duradouras e para a repartição de benefícios no desenvolvimento turístico. Assim, pensar sustentabilidade no turismo implica em idealismo e visão estratégica de longo prazo, mas também pragmatismo, a partir de experiências capazes de transformar utopia em possibilidade, discurso em prática cotidiana.

As atividades ecológicas somam-se à ideia de desenvolvimento sustentável e podem servir de auxílio no convite e na transmissão de novos conhecimentos a respeito de atividades rurais. A utilização de um conjunto de indicadores com seus respectivos critérios, possibilita a compreensão das dimensões da sustentabilidade em relação à atividade turística de um determinado destino (FALCÃO; GÓMEZ, 2012).

Como o conceito de desenvolvimento sustentável abrange uma diversidade de aspectos com enfoques diferenciados a partir de diferentes dimensões, isso também é refletido nos sistemas de indicadores (SOUZA; ANDRADE; CÂNDIDO, 2010). Os indicadores de sustentabilidade têm uma real importância, pois auxiliam no acompanhamento de resultados em relação aos impactos causados ao meio ambiente. Nas ciências ambientais, sustentabilidade significa

a qualidade de um sistema que é sustentável; que tem a capacidade de se manter em seu estado atual durante um tempo indefinido, principalmente devido à baixa variação em seus níveis de matéria e energia; desta forma não esgotando os recursos de que necessita (LIMA-E-SILVA *et al.*, 2002, p. 223).

Com isso, faz-se necessário o acompanhamento por meio de programas de monitoramento do quesito sustentabilidade, para que, a partir disso, possa ser realizado um planejamento estratégico eficaz e capaz de corrigir os erros. “Os envolvidos nesse processo devem buscar adequar as ações, visando ao desenvolvimento, considerando as oportunidades e os desafios regionais. Por isso, sistemas de indicadores adaptados à própria realidade devem ser visados” (FALCÃO; GÓMEZ, 2012, p. 308).

Definindo claramente os indicadores de sustentabilidade e a ligação do assunto com o desenvolvimento sustentável, os autores Souza, Andrade e Cândido (2010, p. 157) afirmam que “os indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável”. Os indicadores, cujo objetivo pode ser a compreensão e análise, em determinadas

proporções, e entendimento de sustentabilidade, ajudam no acompanhamento e na avaliação de um determinado local de estudo que pode ser medido em dimensões. Alguns indicadores são criados e adaptados, quando necessário (ALMEIDA; LACERDA, 2015).

Consoante a ideia dos autores Cândido, Vasconcelos e Souza (2010), é possível reconhecer a fundamental importância dos indicadores de sustentabilidade para sua concretização em um processo de desenvolvimento realmente sustentável, podendo ser iniciada por meio de metas e objetivos a serem cumpridos para sua realização. Além de identificar pontos determinantes para que o local possa desenvolver as atividades de forma sustentável, Falcão e Gómez completam a ideia afirmando que

a avaliação das dimensões da sustentabilidade possibilita identificar quais os pontos fortes e fracos em relação ao desenvolvimento sustentável do local, quais as melhorias devem ser realizadas e quais os aspectos devem ser levados em consideração para que o destino siga em direção ao desenvolvimento sustentável e não ocorram desequilíbrios entre os estágios do ciclo de vida e a sustentabilidade do local (FALCÃO; GÓMEZ, 2012, p. 310).

Nos estudos de Boff (2012), o desenvolvimento sustentável é medido pelos indicadores econômico, social e ecológico, e, a partir deles, é possível mensurar como a sustentabilidade ocorre no determinado objeto que se deseja estudar, levando-se em consideração os níveis relacionados a cada indicador, conforme exposto no Quadro 06.

Quadro 6 – Indicadores de sustentabilidade (econômico, social e ecológico).

Indicadores Econômicos	Indicadores Sociais	Indicadores Ecológicos
Consumo atual de energia por habitante	Taxa de mortalidade infantil	Controle de substâncias agressivas para o ozônio
Consumo de energia renovável	Esperança de vida ao nascer	Emissão de gases de efeito estufa
Gastos de proteção do meio ambiente como porcentagem do PIB	Participação no gasto nacional da saúde no PIB	Consumo de água por habitante
Ajuda pública ao desenvolvimento como parte do PIB	Taxa de desemprego	Reutilização e reciclagem de resíduos
	Número de mulheres empregadas por cada 100 homens	Conservação ou resgate da cobertura vegetal

	Níveis de transparência da coisa pública e de ética social	Nível de cuidado consciente do capital natural e de responsabilidade socioambiental
--	--	---

Fonte: Boff (2012, p. 140).

Cada objeto de pesquisa, em particular, recebe adaptação própria que cada indicador pode proporcionar para o alcance da mensuração. A partir da situação real do ambiente que se pretende explorar, serão escolhidas as dimensões levando-se em consideração o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade. A adaptação dos indicadores às realidades locais ocorre pela complexidade de mensurar o desenvolvimento de uma atividade turística, sem que ocorra degradação do meio físico, social, histórico e cultural (SCÓTOLO; NETTO, 2015), uma vez que é notória uma considerável dificuldade em sua elaboração (ALMEIDA; LACERDA, 2015).

O turismo pode gerar uma série de efeitos positivos e negativos e, de acordo com Peres Júnior e Rezende (2011), são pontuadas algumas características positivas nas dimensões ambientais e econômicas, tais como incentivos, aperfeiçoamento, efeitos multiplicadores, estímulos, recuperação de áreas, entre outras, conforme demonstradas no Quadro 07.

Quadro 7 – Efeitos positivos da atividade turística na dimensão ambiental e econômica.

DIMENSÃO AMBIENTAL
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Incentivo à preservação e à recuperação de áreas naturais (um dos principais atrativos turísticos); ➤ Arrecadação financeira direta (ingressos em unidade de conservação e doações para preservação); ➤ Aperfeiçoamento do planejamento e do gerenciamento ambiental; ➤ Disseminação da conscientização ambiental; e, ➤ Geração de empregos alternativos (substituição de atividades predatórias – caça, por exemplo – por funções turísticas (guias).
DIMENSÃO ECONÔMICA
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Efeito multiplicador (de renda, emprego e arrecadação governamental); ➤ Contribuição para superávits no balanço de pagamentos; ➤ Estímulo a investimentos internos e externos; ➤ Geração de empregos (diretos e indiretos); ➤ Redistribuição regional de renda; ➤ Aumento da arrecadação (direta e indireta) governamental (impostos, taxas, etc.); e, ➤ Recuperação de locais com economias decadentes.

Fonte: Peres Júnior e Rezende (2011, p. 241).

A **dimensão ambiental** da sustentabilidade está relacionada à preservação ambiental e denota, claramente, o conjunto de indicadores relativo em que são percebidos elementos pertencentes a vários ecossistemas (CAPRA, 2002) e relacionado a aspectos ambientais (fauna, flora, solo, água). Sendo assim, uma metodologia que pode ser utilizada para mensurar a sustentabilidade por meio de três indicadores específicos (ambiental, social e econômico) é a ferramenta *Triple Bottom Line*.

O termo que vem sendo utilizado no intuito de facilitar o entendimento sobre a sustentabilidade é o *Triple Bottom Line* (TBL), desenvolvido por John Elkington, nos anos 1990, refere-se ao desenvolvimento sustentável em três âmbitos: social, econômico e ambiental (DIAS, 2011).

O Triple Bottom Line funciona a partir de três pontos de vista diferentes, campos econômicos, ambientais e sociais, que na verdade é a responsabilidade que qualquer empresa, instituição ou organização deve render, como sustentabilidade, hoje em dia (FONS; FIERRO; PATIÑO, 2011, p. 551, tradução nossa).

A análise da sustentabilidade, por meio do modelo *Triple Bottom Line*, como pode ser observado na Figura 02, gera maior suporte e credibilidade aos indicadores de sustentabilidade quando analisados nos âmbitos econômicos, sociais e ambientais, dando apoio e sustentando a responsabilidade de adequação que os ambientes de visitação pelos turistas precisam ter para garantir a satisfação e a imagem positiva, a fim de despertar o interesse de novos visitantes e, principalmente, as melhores condições possíveis de recepção do público nos locais que praticam atividades turísticas.

Figura 2 – Tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line* – TBL).



Fonte: Adaptado de Elkington (2012).

É indicativo que a atividade turística pode ser adotada em quaisquer de suas modalidades, tais como o turismo de aventura, o turismo rural, o turismo ecológico, entre outros, trazendo vários benefícios como alguns citados no Quadro 04 e representados pelas dimensões ambiental e econômica, resultando, assim, na dimensão social que visa ao desenvolvimento das pessoas que residem na localidade de prática do turismo ou até mesmo aquelas que procuram emprego e se aperfeiçoam nesse segmento e, conseqüentemente, no desenvolvimento local.

Considera-se que, “além de sustentabilidade social, deve haver também a sustentabilidade ambiental, como o turismo requer, um ambiente que deve ser atraente o suficiente para ser visitado” (FONS; FIERRO; PATIÑO, 2011, p. 553, tradução nossa). O que afirma a condição de que quanto mais adequado ao visitante for o local turístico escolhido para passeio, maior será o grau de satisfação do turista e, conseqüentemente, aumentarão as chances de divulgação positiva e de retorno ao lugar.

Quanto aos critérios que levam à sustentabilidade ou insustentabilidade, é possível afirmar, na visão de Irving *et al.* (2005, p. 7), que

nas estatísticas do turismo, não é possível a distinção entre o 'sustentável' e o 'insustentável'. O discurso político tende a privilegiar o 'sustentável', da mesma forma em que o pulveriza, em sentidos e significados diversos, capazes de banalizá-lo, transformando-o em utopia contemporânea. Mas existe uma direção possível que transcende os imediatismos políticos e busca consolidar a participação cidadã, em escalas local e global. É nesse movimento cidadão que o turismo poderá se consolidar como veículo de transformação social, que transcende fronteiras políticas e atinge o campo da ética global.

A dimensão ambiental será explorada para atender aos objetivos da pesquisa que se desenvolve, assim como o propósito de melhor compreender as implicações do turismo rural e o meio ambiente como estão dispostos nos objetivos desta pesquisa que se encontram na próxima sessão.

2 OBJETIVOS

Para melhor responder ao questionamento desta pesquisa, foram idealizados os seguintes objetivos.

2.1 Objetivo Geral

Realizar uma análise do turismo rural em Roraima e suas implicações com o meio ambiente.

2.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar a potencialidade dos empreendimentos que promovem o Turismo Rural em Roraima;
- Mapear os atrativos turísticos que impulsionam o turismo rural no Estado; e,
- Analisar a inter-relação entre o turismo rural e a sustentabilidade no âmbito ambiental.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o alcance dos objetivos desta pesquisa, sendo subdivididos na seguinte ordem: delineamento da área de estudo; seleção da pesquisa; instrumentos de coleta de dados; população e amostra; e, análise dos dados.

A realização da pesquisa *in loco* ocorreu no período entre os meses de maio a julho de 2016, em que foram visitadas as propriedades, porém algumas não foram possíveis de visita por motivos decorrentes das condições climáticas no período. Existem, na região, dois períodos: o seco, que ocorre entre os meses de outubro a março, e o período chuvoso que inicia em abril e vai até o mês de setembro. Assim, foi feita a comunicação com os proprietários e os mesmos informaram que as propriedades não estavam abertas ao público devido a essas condições e outros motivos que serão descritos nos resultados desta pesquisa.

3.1 Delineamento da Área de Estudo

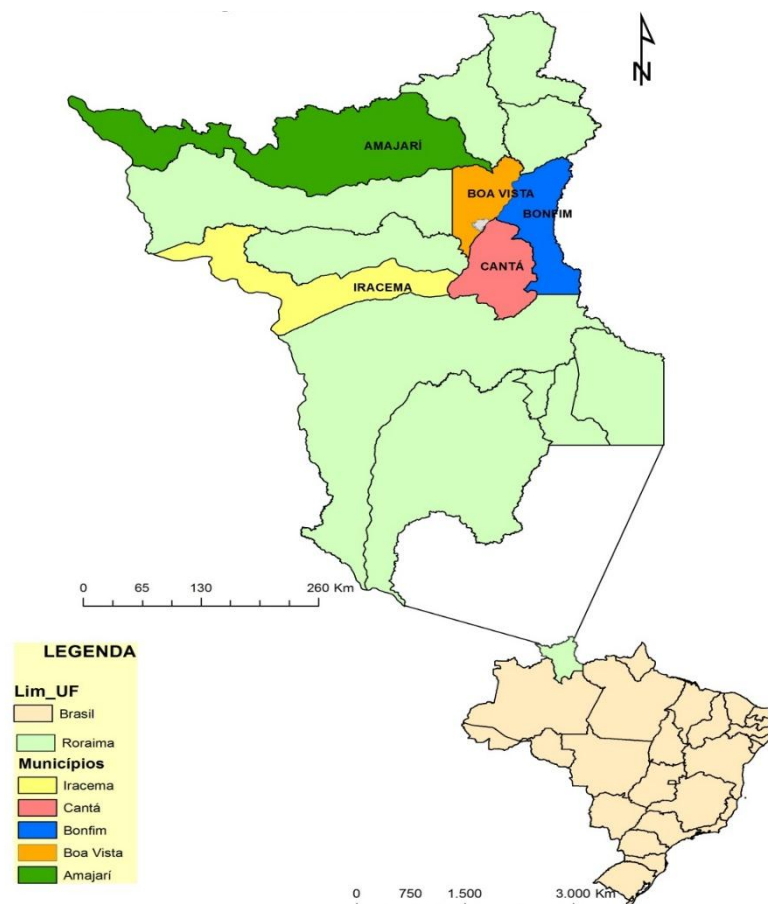
O Estado de Roraima está situado na Região Norte do país. O último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que o Estado possui uma área territorial de 5.687,037 km². Situado numa região periférica da Amazônia Legal, predomina em Roraima a floresta amazônica e uma enorme faixa de savana. Com uma população estimada de 284.313 pessoas, tem por limites a Venezuela ao norte e noroeste, a Guiana ao leste, o Pará ao sudeste e o Amazonas ao sul e oeste (IBGE, 2010).

A temperatura média durante o ano varia de 20°C em pontos de relevos com maiores altitudes a 38°C em áreas de relevo suave ou plano. Quanto a sua economia, é baseada principalmente no setor terciário, por meio do qual registra uma alta taxa de crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB). Ainda, está dividida em 15 municípios, sendo eles: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista (capital do Estado), Bonfim, Cantá, Caracará, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz e Uiramutã (IBGE, 2010).

Dentre vários aspectos de visitação no Estado, um dos locais bastante frequentado é o Rio Branco. A bacia do Rio Branco é caracterizada por um período de cheia e outro de seca; entre março e setembro, as proximidades das margens são geralmente alagadas. No período de seca, quando as águas baixam, ocorre a diminuição das navegações, e surgem as famosas praias e bancos de areia, bastante frequentadas pelos moradores da região (FREITAS, 2009).

O mapa da Figura 03 mostra a distribuição dos 15 municípios encontrados no Estado de Roraima, destacando-se os cinco municípios que foram estudados nesta pesquisa, onde estão situadas as propriedades que praticam o turismo rural no Estado e que foram objeto de estudo; são eles: Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá e Iracema.

Figura 3 – Localização da área de estudo.



Fonte: Dados disponibilizados pelo IBG (2010), organizado por Suelen/2017 e elaborado por Vivian Rodrigues/2017.

3.1.1 Características fisiográficas dos municípios estudados na pesquisa

Nesta seção estão descritas as características fisiográficas dos municípios em que se encontram as propriedades rurais que compõem os objetos de estudo desta pesquisa, de acordo com Freitas (2009) e IBGE (2010).

3.1.1.1 Amajari

O Amajari é um município localizado ao norte do Estado de Roraima, tendo população estimada, em 2010, de 9.327 habitantes e sua área de 28.598,40 km². Está distante da capital Boa Vista 155,1 km e possui como característica oito Terras Indígenas, com um total de 18 comunidades indígenas, sendo que a maioria pertence aos povos **macuxi** e **wapichana**. A temperatura média do município é de 26°C e os principais rios que cortam o município são: Uraricoera, Parimé e Amajari (FREITAS, 2009; IBGE, 2010).

3.1.1.2 Boa Vista

É a capital de Roraima, com cerca de dois terços dos habitantes do Estado, localizada na margem direita do rio Branco. Tem como população, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 326.414 habitantes, sendo a única capital estadual localizada totalmente ao norte da linha do Equador. Quanto ao relevo, é um município plano em quase sua totalidade, o que favorece seu status de organização, tendo 10% de suas terras uma pequena inclinação. Os principais rios que compõem sua hidrografia são: Branco, Tacutu, Uraricoera, Amajari e Cauamé. Boa Vista está localizada na Zona Climática Tropical, com clima tropical úmido, ou seja, inverno seco e verão chuvoso; sua temperatura varia de 22°C a 34°C (FREITAS, 2009; IBGE, 2010).

3.1.1.3 Bonfim

Bonfim é um dos municípios de Roraima, sendo o quinto maior em população no Estado, de acordo com o IBGE. A sede do município faz fronteira com a cidade de Lethem, e possui cerca de 3.711 habitantes. Está localizada a 119 km da capital Boa Vista, com acesso pela BR 401 (FREITAS, 2009; IBGE, 2010).

3.1.1.4 Cantá

O Cantá é um município do Estado de Roraima e está integrada à Região Metropolitana de Boa Vista, possuindo 13.903 habitantes em uma área de 7.691 km². A temperatura média anual é de 27,5°C, e é o município mais próximo da capital estadual, distante apenas 38 km (FREITAS, 2009; IBGE, 2010).

3.1.1.5 Iracema

Iracema é um município do Estado de Roraima, possuindo 8.696 habitantes em uma área de 14.403 km². Está distante 91,2 km da capital Boa Vista e localizada às margens da BR 174 (FREITAS, 2009; IBGE, 2010).

3.2 Seleção da Pesquisa

Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) apontam que “a pesquisa é a atividade nuclear da Ciência, pelo fato de possibilitar uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar”. Gil (2008) refere, ainda, que a pesquisa se desenvolve por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até apresentação e discussão dos resultados. Trata-se de uma investigação realizada por meio de métodos e que tem por objetivo um estudo mais aprofundado sobre o objeto que se deseja investigar (BASTOS, 2014).

O método é um conjunto de atividades fundamentais que permitem o alcance dos objetivos, traçando o caminho para a pesquisa, identificando os erros e

facilitando a tomada de decisões do pesquisador durante a pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Quanto ao método, que consiste na escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição das propriedades que praticam o turismo rural, utilizou-se a pesquisa qualitativa. Na pesquisa qualitativa, Malhotra (2006) afirma ser o tipo que se baseia em pequenas amostras para a compreensão do problema que está sendo estudado, em que, independentemente do tipo de pesquisa, os resultados dependem do uso adequado dos instrumentos para captação dos dados.

Dalfovo, Lana e Silveira (2008) referem que a pesquisa qualitativa pode ser mensurada por análises e observações diretas. Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) corroboram ao afirmar que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. No entanto, é necessária a interpretação dos dados, que precisa ser expressa de maneira descritiva e atender aos objetivos da pesquisa.

A estratégia de definição desta pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, sendo aplicada em múltiplos casos. Esse tipo de estudo é definido como um “objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos” (SANTOS, 2006, p. 27). O estudo de múltiplos casos, segundo Yin (2005), permite o estudo de mais de um caso, possibilitando a comparação entre os que foram estudados para obtenção de resultados. O georreferenciamento dos locais de pesquisa estava inserido na programação da pesquisa, porém, no decorrer da mesma, as propriedades não informaram os números necessários para a validação dos dados.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

No caso desta pesquisa, as dimensões que serão analisadas no turismo rural englobam o âmbito ambiental, sendo respeitada a rotina das propriedades e sem interferir ou causar influência sobre o que acontece em cada empreendimento. A pesquisa pretendeu mensurar os níveis de sustentabilidade das propriedades do Estado de Roraima que praticam o turismo rural.

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, já que foi “feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (FONSECA, 2002, p. 32). A “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Quanto aos fins, é de natureza descritiva, sendo realizada com o objetivo de descrever as características de um fenômeno (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Durante o levantamento documental, nesta pesquisa, foram identificadas oito propriedades que praticam o turismo rural no Estado de Roraima, de acordo com informações fornecidas pelo Sebrae-RR. É possível que haja outras propriedades que praticam o turismo rural, porém, nesta pesquisa, foram evidenciadas as propriedades que participaram do projeto “Turismo Rural em Roraima” e algumas das que estão inclusas no roteiro “Vivendo Roraima pelos cavalos lavradores”, que serão esclarecidos no decorrer da seção resultado e discussão.

Para a escolha do instrumento que foi utilizado, levou-se em consideração o tempo disponível, os recursos humanos e financeiros, a complexidade do tema em questão e a habilidade e experiência do pesquisador. Assim, os procedimentos para a realização da coleta de dados são diversos e podem variar conforme as circunstâncias ou o tipo de investigação. Os instrumentos de coleta de dados, para Bardin (2009, p. 44), são

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Em linhas gerais, as técnicas de pesquisa ocorreram da seguinte maneira:

- As entrevistas foram realizadas com os proprietários ou responsáveis dos empreendimentos que praticam o turismo rural no Estado de Roraima. A gestora do Sebrae, o gestor que participou de todo o projeto “Turismo Rural em Roraima” e um proprietário de empresa-agência de turismo do Estado. Para o auxílio das entrevistas, utilizou-se um gravador com a devida autorização do participante da entrevista;

- A observação direta teve como objetivo de, durante as entrevistas, analisar o planejamento das atividades que ocorrem nas propriedades, a interação com os turistas e a infraestrutura do local, além dos registros fotográficos que foram anexados na descrição de cada propriedade na seção a qual pertencem os resultados da pesquisa. Tais observações acompanharam como cada processo ocorre nas propriedades, desde o momento que o turista chega ao local e como cada procedimento é realizado, até a saída do turista das propriedades que praticam de forma ativa o turismo rural; e,
- Análise documental que visa a coleta de dados restrita a documentos. As principais fontes de documentos utilizadas foram: arquivos públicos, arquivos particulares, fontes estatísticas (IBGE), iconografia, fotografias, objetos (etnográficos) e relatórios disponibilizados pelo Sebrae. A partir do contato com a Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), foi possível obter, diretamente com o diretor do Departamento de Turismo, um informe institucional que continha algumas informações das propriedades que praticam o turismo rural no Estado de Roraima. A partir dessas informações, foi possível fazer o reconhecimento dos locais para a pesquisa e construir um roteiro lógico de visita. Em seguida, o Sebrae disponibilizou os relatórios do projeto com os objetivos e as ações que ocorreram durante o projeto “Turismo Rural em Roraima”, e, a partir do cruzamento das informações, foi possível montar um roteiro de estudo e foram realizadas as pesquisas nas propriedades que foram possíveis participar da entrevista.

No Quadro 08, é possível observar a relação entre os objetivos específicos e os instrumentos de coletas de dados, dando ênfase à pesquisa bibliográfica e à entrevista, além da pesquisa documental e a observação direta nos processos para o melhor alcance de todos os objetivos.

Quadro 8 – Relação entre os objetivos específicos e os instrumentos de coletas de dados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS
Demonstrar a potencialidade dos empreendimentos que promovem o Turismo Rural e Roraima	Pesquisa bibliográfica
	Pesquisa documental
	Entrevista

	Observação direta
Mapear os atrativos turísticos que impulsionam o turismo rural no Estado	Pesquisa bibliográfica
	Pesquisa documental
	Entrevista
	Observação direta
Analisar a inter-relação entre o turismo rural e a sustentabilidade, no âmbito ambiental	Pesquisa bibliográfica
	Entrevista
	Observação direta

A sustentabilidade das propriedades rurais foi mensurada por meio da dimensão ambiental, adaptada de Santos e Cândido (2014). Quanto ao roteiro de entrevista, um dos instrumentos de pesquisa que foi utilizado para a análise da dimensão ambiental de Falcão e Gómez (2012), com adaptações, conforme o Quadro 09.

O uso deste modelo de dimensões facilitou a avaliação da sustentabilidade nas propriedades rurais no Estado de Roraima, da seguinte forma:

A dimensão ambiental está diretamente relacionada com o meio natural, uso e preservação dos recursos naturais, gestão dos resíduos gerados, gestão do uso da água e da energia. Esta dimensão associa-se ao fator social, quando o indicador de educação ambiental se preocupa com o acesso à educação ambiental e com a valorização dos funcionários, quanto com as instruções para melhor conservação do patrimônio ambiental. Na dimensão ambiental analisada nesta pesquisa os descritores estudados foram oito: **consumo e qualidade da água, geração e manejo dos resíduos sólidos, poluição, consumo de energia, tratamento de esgoto, áreas naturais preservadas, iniciativas de educação ambiental e capacidade administrativa de gestão ambiental** – subdividindo-se em indicadores específicos para cada descritor, conforme observados no Quadro 09.

A sustentabilidade pode ser entendida como o “princípio de assegurar que nossas ações hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as gerações futuras” (ELKINGTON, 2012, p. 20). Ainda, a dimensão ambiental foi analisada de acordo com os descritores e os indicadores específicos, sendo a fonte adaptada de Santos e Cândido (2014).

Quadro 9 – Dimensão ambiental, descritores e indicadores.

DIMENSÃO AMBIENTAL	
DESCRITORES	INDICADORES
CONSUMO E QUALIDADE DA ÁGUA	Quantidade de água consumida compromete a quantidade de água disponível da propriedade
	Existe algum programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na propriedade
	Há monitoramento para verificar a qualidade da água
GERAÇÃO E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Há coleta seletiva na propriedade
	Os resíduos sólidos gerados por turistas num período não afeta a qualidade de vida dos moradores e demais hóspedes na propriedade
	Existe uma quantidade de coletores de lixo suficiente para armazenar o lixo gerado num período
	Como ocorre a destinação final dos resíduos sólidos
POLUIÇÃO	Visual/sonora ocorrem
CONSUMO DE ENERGIA	A energia consumida por turistas num período não afeta a distribuição da energia do município
	A propriedade utiliza energia renovável
TRATAMENTO DE ESGOTO	No propriedade há processos de tratamento de esgotos
ÁREAS NATURAIS PRESERVADAS	Há áreas preservadas ou em processo de recuperação na propriedade
INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	A propriedade incentiva e educa os funcionários quanto a execução de programas que sejam orientados para a educação ambiental
	Projetos de Educação Ambiental
	A propriedade disponibiliza placas indicativas de destinação de lixo aos turistas
CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DE GESTÃO AMBIENTAL	O controle pela propriedade em relação à capacidade para suportar turistas em período de alta temporada
	Os turistas/visitantes demonstram mobilização em prol do meio ambiente

Fonte: Adaptado de Santos e Cândido (2014).

O roteiro de entrevista destinou-se aos proprietários ou responsáveis pelas propriedades que praticam o turismo rural no Estado, gestores de entidades responsáveis pelo desenvolvimento do projeto “Turismo Rural em Roraima” do Sebrae e um proprietário de uma agência de turismo local que, na época, foi um dos gestores responsáveis pelo projeto e que também respondeu sobre o roteiro que as agências promotoras de turismo disponibilizam aos turistas, o roteiro “Vivendo Roraima pelos Cavalos Lavradeiros”.

3.4 População e Amostra

Para Gerhardt e Silveira (2009), uma amostra é uma parcela significativa da população ou do universo pesquisado que aceita representativamente. Ao realizar um levantamento prévio de informações junto ao Departamento de Turismo da SEPLAN (Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento) e ao Sebrae-RR, para o conhecimento das empresas que praticam o turismo rural local, foram identificadas oito propriedades que já desenvolviam a atividade no Estado e participaram do projeto “Turismo Rural em Roraima”, conforme pode ser observado no Quadro 10.

Quadro 10 – Propriedades que praticam o turismo rural no Estado de Roraima.

Identificação da Propriedade	Município	Sujeito da Pesquisa
Fazenda A	Cantá	Esposa do proprietário
Fazenda B	Boa Vista	Proprietário
Fazenda C	Amajari	Proprietária
Fazenda D	Iracema	Funcionário da propriedade
Fazenda E	Cantá	Proprietário
Fazenda F	Amajari	Gerente da propriedade
Fazenda G	Bonfim	Proprietário
Fazenda H	Cantá	Filha dos proprietários

Fonte: Roraima (2015)¹.

No Quadro 10 elencam-se as oito propriedades rurais que foram estudadas nesta pesquisa: duas delas situam-se no município de Amajari, uma no município de Boa Vista, uma delas no município de Bonfim, três propriedades localizadas no município do Cantá e uma propriedade em Iracema. Essas oito propriedades estão dispostas em panfletos de divulgação de turismo rural em Roraima, disponibilizados pelo Sebrae e pelo Departamento de Turismo da SEPLAN.

Mantendo a confidencialidade das propriedades, elas aqui são nomeadas como **Fazenda A**, **Fazenda B**, **Fazenda C**, **Fazenda D**, **Fazenda E**, **Fazenda F**, **Fazenda G** e **Fazenda H**. Dos oito empreendimentos, apenas a Fazenda E autorizou a divulgação do nome da propriedade.

Do total de propriedades analisadas, em quatro delas não foi possível a visita *in loco* para realizar a dimensão ambiental, em função da ocorrência de

¹ RORAIMA. **Roraima**: turismo rural. Boa Vista: SEBRAE, 2015.

alguns impedimentos como: fatores climáticos, ou por parte do proprietário em não receber a pesquisadora ou por não haver ninguém na propriedade por estar fechada. Contudo, foram buscadas informações via relatórios, revistas e conversas informais a consultores do projeto, e com pessoas da redondeza que conheciam a propriedade, sendo elas: Fazenda A, Fazenda B, Fazenda C e Fazenda D. Nas quatro demais propriedades analisadas (Fazenda E, Fazenda F, Fazenda G e Fazenda H) foi possível a aplicação dos instrumentos de pesquisa, bem como todas as outras formas de obtenção de informações.

Os resultados da pesquisa estão dispostos em dois blocos: Bloco 1 e Bloco 2. No Bloco 1 estão as Fazendas A, B, C e D, e, neste bloco, serão descritos os resultados das propriedades onde não foi possível realizar a análise da dimensão ambiental E, no Bloco 2, estão apresentadas as propriedades onde foram realizadas as entrevista e a análise da dimensão ambiental.

3.5 Análise dos Dados

A análise dos dados em uma pesquisa é extremamente importante, pois é o que definirá se a resposta da pergunta surgida no início do projeto vai ser atendida por meio dos resultados que serão descobertos no seu final. Na análise dos dados é feito o levantamento de todas as respostas obtidas durante a pesquisa, e esses dados são analisados. Os dados obtidos em uma pesquisa geram informações que fazem valer o objetivo do trabalho estudado.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, após a realização das visitas, das entrevistas e da observação, os dados foram analisados, descritos e organizados em tabelas para que os objetivos deste trabalho fossem concluídos e alcançados. O nível de sustentabilidade foi medido por meio dos indicadores pela dimensão ambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentadas as análises dos dados da pesquisa realizada, os quais estão organizados com a finalidade de atender aos objetivos propostos.

4.1 Roraima e as Modalidades de Turismo

O turismo é uma atividade cada vez mais crescente, que ganha proporção a cada instante em que se dissemina pelo fato de gerar desenvolvimento econômico e social no local onde se desenvolve. Também é considerada uma atividade transformadora de espaço, porque sofre algumas transformações segundo normas e valores que são próprios e respeitam limites espaciais. Esses territórios são selecionados e são resultados de uma intenção construída coletivamente (DUHAMEL; VIOLIER, 2009).

Em Roraima, o turismo é uma atividade que vem ganhando cada vez mais espaço. O Estado de Roraima está situado na Região Norte do país, numa região periférica da Amazônia Legal onde há predominância de floresta amazônica e uma enorme faixa de savana. Com uma população estimada de 284.313 pessoas, tem por limites a Venezuela ao norte e noroeste, a Guiana ao leste, o Pará ao sudeste e o Amazonas ao sul e oeste (IBGE, 2010).

Boa Vista é a capital do Estado de Roraima localizada no extremo Norte do Brasil. Concentra dois terços da população total do Estado e se localiza na margem direita do rio Branco. No último Censo, sua população foi estimada em 326.414 habitantes (IBGE, 2010).

Neste Estado, na década de 1990, ocorreu um intenso fluxo migratório, demanda proveniente e intensificada devido ao garimpo de ouro e de diamante promovido pela divulgação oficial do Governo do Estado incentivado pela facilidade de distribuição gratuita de bens de consumo, alimentos, casas, etc., o que aumentou a motivação e propiciou a migração na época (FREITAS, 2009).

Diniz (2003) aponta que os nordestinos garimpeiros que chegaram ao Estado de Roraima, apesar de alguns se instalarem nas áreas rurais, muitos estabeleceram suas residências na cidade de Boa Vista, transformando-a em um centro de apoio

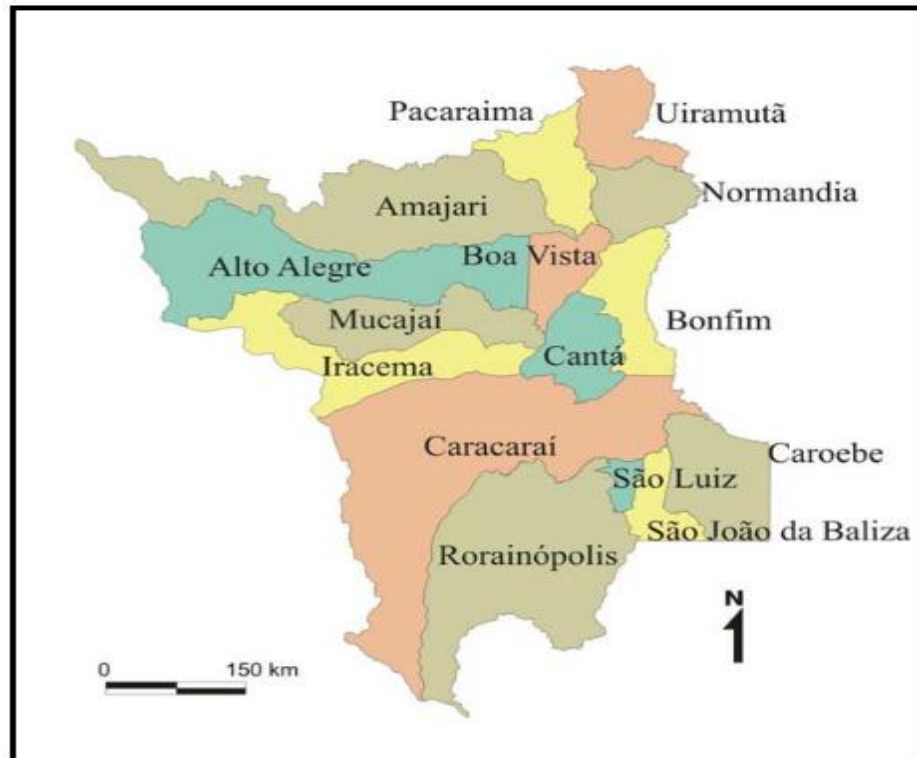
para a atividade mineradora, com pontos fixos para fontes de ferramentas, remédios e armas. Dessa maneira, eles passavam meses no garimpo e retornavam a Boa Vista para descansar, reabastecer, visitar seus familiares e, principalmente, comercializar os metais e pedras preciosas provenientes da atividade garimpeira.

O nordestino é responsável pela mais recente territorialidade, ocorrida em Roraima; em particular o maranhense, que vem produzindo novas territorialidades e novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território de caráter econômico e social, com uma carga de influência absorvida pela população nativa expressa em nome de estabelecimentos comerciais, nome de bairros, grupos folclóricos, nomes de pessoas etc., havendo, dessa forma, uma nova territorialização do espaço roraimense, que se modifica por meio da influência de um povo simples, que mantém valores tradicionais do lugar de origem (VALE, 2006).

Quanto à influência dos diferentes tipos de migrações que ocorreram em Roraima, cada indivíduo que chegou ao Estado trouxe uma parcela de contribuição para a diversidade de costumes encontrados na região. A forma como o homem se posiciona e as suas relações contribuem com o fator de influência na gênese das formas da paisagem, que estão sujeitas a mudanças pelo desenvolvimento de técnicas ou sobreposição de culturas, por meio das quais o homem expressa o seu lugar na natureza como um agente modificador das condições naturais originais (VALE, 2006).

O último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) demonstra que Roraima possui uma área territorial de 5.687.037 km², a qual, atualmente, é composta por 15 municípios, sendo eles: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista (capital do Estado), Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz e Uiramutã, conforme representado na Figura 04.

Figura 4 – Municípios do Estado de Roraima.



Fonte: Adaptado de ABEP (2006).

A temperatura média ocorrida durante o ano varia entre 20°C em pontos de relevos com maiores altitudes, e 38°C em áreas de relevo suave ou plano. Quanto a sua economia, é baseada principalmente no setor terciário, por meio do qual registra uma alta taxa de crescimento. Roraima apresenta oferta turística, podendo esta ser encontrada em sites de busca na internet e em trabalhos científicos. Assim como qualquer outra região do país, Roraima é visitado diariamente por turistas que estão de passagem ou a negócios, e por aqueles que vêm visitar familiares que residem no Estado.

A oferta turística é considerada um conjunto de bens e serviços oferecidos ao turista e consumidos por eles (RUSCHMANN, 1999). Jesus e Silva (2010, p. 33) concordam ao afirmar que a oferta turística é “a quantidade de bens e serviços turísticos que os produtores estão dispostos a vender a um determinado preço em determinado período de tempo”. A oferta turística em um município é representada por planos documentais estruturados que permitem o conhecimento e servem de base para o planejamento do turismo. Geralmente, é base para os planejamentos plurianuais que são desenvolvidos pelas secretarias municipais e estaduais de turismo.

Sendo assim, esta oferta representa um conjunto de informações que permite a melhor compreensão dos atrativos turísticos encontrados na área, bem como verifica a modalidade de turismo existente, predominante ou correspondente ao local, servindo, também, para o desenvolvimento de novos projetos e planos de melhoria no setor.

Para a disseminação do que possui de melhor para o seu visitante, seja por qualquer motivo particular que se visite o Estado, é necessária uma exposição daquilo que se tem de melhor a oferecer. No caso de Roraima, o órgão responsável por esse planejamento é a SEPLAN (Departamento de Turismo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima); já em Boa Vista, a Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista (FETEC) é responsável pelas ações de turismo na capital.

O primeiro inventário realizado no município de Boa Vista/RR foi uma iniciativa do Departamento de Turismo do Estado de Roraima, em 2002, pela consultora e professora Doris Ruschmann, porém não há registros físicos sobre este inventário. Segundo Cavalcante (2016, p. 40), “em 2009 foi realizado o primeiro inventário junto à parceria com o Ministério do Turismo e a prefeitura”. Nesse inventário, já é possível encontrar alguns registros e a disponibilização do material, inclusive na internet.

O inventário realizado vem sendo atualizado com o passar dos anos e, segundo o Plano Nacional de Turismo (PNT), objetiva incentivar os municípios a desenvolver políticas disseminadoras das atividades turísticas para o desenvolvimento local e regional (CAVALCANTE, 2016).

Segundo a Embratur (2006), o inventário da Oferta Turística é o resultado de um levantamento, da identificação e do registro de todos os atrativos, e dos serviços de apoio ao segmento. De modo geral, “o Projeto de Inventário da Oferta Turística surge para melhor mapearmos esse potencial turístico existente em cada canto do país” (CAVALCANTE, 2016, p. 41). O inventário turístico, que é uma boa opção que descreve o potencial de uma região, permite que, por meio do levantamento de dados, ocorra a identificação dos pontos a serem visitados (CAVALCANTE, 2016).

Na prática, o inventário consiste em uma “lista detalhada de todas as estruturas, serviços, equipamentos e atrativos relacionados à localidade de interesse do planejamento turístico” (STIGLIANO; CÉSAR, 2005, p. 5). Nele, é possível encontrar informações descritivas dos atrativos particulares existentes em cada um

dos municípios de Roraima. O Quadro 11 apresenta os roteiros propostos pelos pesquisadores do inventário e as principais informações de cada lugar.

Quadro 11 – Roteiros contidos no inventário proposto pelo Ministério do Meio Ambiente.

Serra do Tepequém	O município de Amajari engloba os atrativos da própria Serra do Tepequém, como as cachoeiras do Paiva e do Funil e a trilha do Ouro Fino, e da Estação Ecológica de Maracá, a uma distância relativamente pequena.
Pacaraima	Engloba os atrativos localizados na Terra Indígena São Marcos, como a trilha em Nova Esperança, as corredeiras do Rio Surumu, a maloca de Boca da Mata e o sítio arqueológico de Pedra Pintada. O local serve, ainda, de ponto de partida para o <i>trekking</i> até o topo do Monte Roraima no Parque Nacional de Monte Roraima, atualmente acessível apenas por território venezuelano.
Uiramutã	Engloba os atrativos próximos à cidade, como as cachoeiras de Urucá, do Paiuá e de Sete Quedas, as corredeiras e cachoeiras do Rio Cotingo, servindo, ainda, de base para a visitação às regiões remotas da Serra do Sol e do Parque Nacional Monte Roraima. A forte presença de culturas indígenas na região é um atrativo a ser considerado; aqui, cabe destacar a importância do Parque Nacional do Monte Roraima que abriga o maior monte da região, com 2.875 metros de altitude, além de ser um dos maiores atrativos do Estado. Possui uma flora diferenciada, com ocorrência de espécies endêmicas de orquídeas, além de formações rochosas moldadas pelos ventos e afloramentos de cristais. O Monte Roraima assinala o encontro das três fronteiras: Brasil, Venezuela e Guiana, sendo elevados montes de constituição de arenito, cujos lados, na maioria cortados a pique, formam profundos precipícios. É composto por inúmeros veios d'água que correm em todas as direções e de grande altura, projetando-se para as bacias Orinoco, Essequibo e Amazonas. Após as chuvas, pode-se apreciar, do alto do Monte Roraima, diversas quedas d'água que se precipitam para formarem o Cotingo, o Arabopo, o Kukenan, o Paikwa, entre outros. Apesar do local ter sido pouco explorado pela ciência, sabe-se que a vegetação se formou a cerca de 120 milhões de anos e estima-se que reúne mais de duas mil espécies diferentes, das quais 50% são endêmicas. Na hidrografia da região ressaltam-se os rios Cotingo e o Mau. Tais características apresentam-se como enormes potenciais para atração de ecoturistas na região, desde que a atividade seja organizada, conforme sugestões apresentadas na Síntese da Estratégia do Ecoturismo para o Estado de Roraima.
Cantá	Engloba os atrativos da região da Serra Grande do Cantá e a comunidade indígena de Canaunim.

Fonte: Adaptado de Ministério do Meio Ambiente (2002).

Quanto aos atrativos específicos de cada município do Estado de Roraima, é possível observar, no Quadro 12, os atrativos levantados no inventário, o que permite ao turista saber quais lugares era possível conhecer no ano em que foi lançado o inventário.

Quadro 12 – Municípios e principais atrativos turísticos.

Município	Atrativos
Amajari	Cachoeira do Paiva Cachoeira do Funil Estação Ecológica de Maracá Serra do Tepequém
Boa Vista	Praia do Cauamé Praia da Polar Praia do Curupira Praia Grande e Ilha da Praia Grande Centro Histórico Fazenda São Marcos
Bonfim	Lago do Bicho e Buritizal Grande O aspecto cultural é representado através das Malocas do Jacamim e do Apum, e as Ruínas do Forte São Joaquim
Cantá	Serra Grande Banho do Sacolejo Em relação aos atrativos culturais, destaca-se a Maloca do Canauanim
Caracaraí	Corredeiras do Bem-Querer Complexo Ecoturístico Ilha do Jaru Parque Nacional da Serra da Mocidade e Parque Nacional do Viruá
Caroebe	Praia do Sol Rio Jatapu Cachoeira da Pedra ou Granito
Iracema	Praia do Rio Branco Cachoeira do Leonardo Lago do Alípio Cachoeira sem Nome As manifestações culturais mais importantes são: a Festa do Bumba-Meu-Boi, a Festa de Nossa Senhora Aparecida e a de Santa Luzia e o Festival de Praia
Mucajaí	O município faz parte da terra indígena ianomâmi e não conta com atrativos naturais significativos
Normandia	Lago do Caracaranã Maloca da Raposa
Pacaraima	Trilha da Nova Esperança Corredeira do Surumu Sítio Arqueológico de Pedra Pintada
Rorainópolis	Rio Anauá Santa Maria do Bioaçu Corredeira do Jauperi Rio Jauperi Pedra da Linha do Equador
Uiramutã	Cachoeira do Urucá Cachoeira do Piauí Corredeira do Contigo Cachoeiras do Orinduque e Uailã Parque Nacional de Monte Roraima

Fonte: Adaptado de Ministério do Meio Ambiente (2002).

Para se enquadrar no Plano Nacional de Turismo, outros espaços foram eleitos como atrativos turísticos aptos à visitação e podem ser encontrados em alguns dos municípios mencionados. Outros atrativos foram desativados por consequências naturais e outra parte dos citados no quadro continua a funcionar até os dias atuais.

Pelas características do Estado, relacionadas ao clima quente, à vegetação e ao predomínio de ambientes naturais e abertos, é possível observar que a maioria das atividades turísticas e dos atrativos encontrados nos municípios do Estado de Roraima ocorre em ambiente natural, o que facilita o desenvolvimento da prática turística nas modalidades de ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, entre outros.

Dos diversos pontos turísticos para visitação, um dos locais bastante frequentados em Roraima é o Rio Branco, que é caracterizado por um período de cheia e outro de seca. Entre março e setembro, as proximidades da margem são, geralmente, alagadas; no período de seca, quando as águas baixam, ocorre a diminuição das navegações e surgem as famosas praias e bancos de areia, bastante frequentadas pelos moradores da região (FREITAS, 2009).

Existem alguns estudos que apresentam as informações e os atrativos de algumas das regiões mais frequentadas em Roraima. Dentre eles, estão o turismo no Baixo Rio Branco, o turismo em Boa Vista, o turismo em Caracaráí, o turismo em Pacaraima, o turismo na Serra do Tepequém e o turismo no Monte Roraima.

No Baixo Rio Branco, localizado ao sul do município de Caracaráí, Estado de Roraima, vêm se desenvolvendo atividades de turismo de pesca e prevalecendo o turismo de base comunitária, pois ocorre dentro de uma comunidade (VITÓRIO; VIANNA, 2016) na busca por valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura local (BURSTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009). Para os autores Silva e Lima (2014) e Nogueira e Ferko (2014), o local apresenta uma beleza exuberante, com corredeiras atraentes aos adeptos de canoagem, caiaque e, também, da pesca esportiva, o que permite um grande potencial turístico.

Levando em consideração ser uma atividade praticada por comunidades indígenas, a pesca esportiva permite a permanência da cultura local e serve de fonte de inspiração para que a atividade continue a ser desenvolvida.

Dentre os benefícios do turismo comunitário estão o respeito às heranças culturais e às tradições locais, servindo de veículo para centralizar sua estruturação e estabelecer uma relação interativa entre visitantes e visitados (BURSTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Outro local bastante visitado, estudado e indicado por Silva, Falcão e Barbosa (2011), pelo Guia Turístico de Roraima (2009) e por Pavani e Moura (2006), é Boa Vista e seu patrimônio cultural, sendo relevante considerar que muitos visitantes do Estado passam pela capital e acabam conhecendo algum dos pontos turísticos e históricos locais. Alguns dos patrimônios mais evidenciados pelas autoras Silva, Falcão e Barbosa (2011) são: a Intendência, a Casa das 12 Portas, a Igreja Matriz, a Casa da Petita Brasil, a Prelazia, a Escola São José, a Catedral Cristo Redentor, o Bar e Restaurante Meu Cantinho, a Igreja São Sebastião e a Casa da Cultura. Outro local bastante frequentado na capital é a Orla Taumanan, considerada um dos cartões postais da cidade, além de ser uma opção de lazer para as famílias roraimenses e para os turistas advindos de diversos lugares do mundo (BEZERRA; FERKO; TOMÉ, 2016).

Nos estudos de Allis (2008) é possível conhecer um pouco mais sobre o município de Pacaraima, localizado no extremo norte de Roraima, que possui a frequente prática do turismo de compras na fronteira entre Brasil e Venezuela devido às facilidades comerciais oferecidas. Por se tratar de um município localizado na fronteira entre Brasil e Venezuela, a circulação contínua de pessoas é constante, o que representa o tipo de turista que mesmo que não tenha “tempo” de conhecer a cidade e seus atrativos, acaba contribuindo e conhecendo, seja para fazer um lanche ou até mesmo pedir uma informação (FALCÃO *et al.*, 2012). Além do turismo de compras, é possível encontrar a Trilha da Nova Esperança, a Corredeira do Surumu e o Sítio Arqueológico de Pedra Pintada, citados no inventário de turismo de Roraima que, também, chama a atenção do turista.

Em Caracaraí, um dos atrativos turísticos que mais chama a atenção dos moradores e visitantes é a Festa Popular Católica, realizada no espaço urbano do Festejo de Nossa Senhora do Livramento, evento que tem atraído muitos devotos no mês de setembro, e isso fez com que, há quase um século, Caracaraí tenha se tornado um atrativo turístico religioso de grande porte, recebendo uma série de visitantes no município (NOGUEIRA; LIMA, 2014).

Outro ponto bastante estudado e visitado no município de Caracaraí, que pode ser citado, é o Parque Nacional do Viruá pela sua riqueza natural, sendo possível encontrar uma exorbitante quantidade de espécies de peixes, o que corresponde a cerca de 500 espécies registradas e de 600 estimadas – considerado o maior número registrado no Brasil – e, aproximadamente, 520 espécies de aves (OLMOS, 2014). O autor ressalta que há muito para se fazer além da observação das aves, como, por exemplo, observar botos e ariranhas presentes nos rios locais.

Outro fator de atração no Estado são as tribos indígenas, sendo elas: Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana, Ianomâmi, Waimiri/Atroari, Waiwai, Pantamona e Maionngng. Os atuais povos indígenas são originários de caçadores vindos do Norte, que há milhares de anos ocuparam a extensão do continente, sendo verdade a descendência comum dos povos da Ásia (FREITAS, 2009).

Nas comunidades indígenas ainda ocorre muita resistência quanto ao turismo, porém no município de Boa Vista, na época da pesquisa, existiam 14 comunidades indígenas, sendo que “duas delas – a Comunidade do Morcego e a Comunidade Vista Alegre – apresentam interesse em receber visitantes” (MATTOS; LUÍNDIA, 2009, p. 5). Convém lembrar a dificuldade maior que é adequar a intervenção no ambiente dessas comunidades e a preservação de sua autenticidade e identidade, como finalizam os autores.

Alguns autores e pesquisadores que estudam o turismo em áreas indígenas são Nogueira e Ferko (2013), Brandão, Barbieri e Reyes-Júnior (2013) e Brandão, Barbieri e João (2014) que, em suas pesquisas, estudaram o etnoturismo em comunidades indígenas, havendo, também, a possibilidade de um turismo sustentável em comunidades indígenas: o etnoturismo como possibilidade para o turismo sustentável em comunidades indígenas. O turismo indígena e a influência no desenvolvimento local são algumas das temáticas em estudos voltados ao turismo indígena, dentre vários outros autores e trabalhos que também podem ser citados além dos já mencionados.

A Serra do Tepequém, localizada no município de Amajari, ao norte do Estado de Roraima, também é favorável à prática do turismo. Nesse caso, predomina o ecoturismo pelo fato de a região apresentar uma imensa área verde e aberta, que permite o desenvolvimento de acampamentos, de camping, de trilhas, com presença de pousadas e restaurantes, além do fácil acesso ao local (SENHORAS; FERNANDES, 2010). Alguns estudos e pesquisas são encontrados

no turismo sobre a Serra do Tepequém, os quais abordam as potencialidades no ecoturismo e suas potencialidades geoturísticas, entre outras pesquisas voltadas ao tema constantemente analisados por Arantes *et al.* (2013) e Cunha, Bezerra Neta e Tavares Júnior (2014).

O Monte Roraima, outro ponto turístico bastante conhecido por quem desenvolve pesquisas sobre o Estado, principalmente pela internet, é um ponto que chama a atenção dos visitantes; porém, quem visita o Monte Roraima apenas passa pelo Estado de Roraima, uma vez que o ponto de subida ao monte só é permitido e possível pela Venezuela (SILVA; CÂNDIDO, 2010). O fato é que o destino Roraima pode ser conhecido e explorado por meio de alguns roteiros regionais, os quais são escolhidos de acordo com o gosto, a personalidade e a particularidade de cada cliente. Por meio da internet, através de algumas agências de turismo, é possível que cada cliente escolha e monte seu roteiro, como pode ser observado na Figura 05.

Figura 5 – Roteiros regionais de acordo com sites de pesquisa.



Fonte: Roraima Adventures (2017).

Outras sugestões podem ser encontradas em sites de pesquisa, como no *TripAdvisor*, que sugere alguns atrativos que podem ser visitados por turistas no Estado, entre os quais se encontram algumas modalidades que serão caracterizadas de acordo com a atividade que for desenvolvida e o local (espaço) em que ela ocorre.

Roraima promove vários tipos de turismo, sendo um exemplo o turismo de pesca, com prática observada no baixo Rio Branco. Essa modalidade pode ser definida como uma atividade que está fundamentada nos movimentos turísticos que

ocorrem especificamente em alguns territórios, sendo levado em consideração a disponibilidade de espécies dos peixes, de acordo com o perfil do turista e seu desejo, considerando, também, a atividade como opção de lazer (VITÓRIO; VIANNA, 2016).

Outra modalidade observada em Roraima é o turismo cultural, atividade facilmente praticada em Boa Vista, que recebe uma quantidade de turistas por diversos motivos, seja por visita a familiares, para negócios e/ou para passagem pela cidade com destino à Venezuela ou Guiana Inglesa.

O turismo indígena, praticado e adotado em algumas comunidades indígenas, é outra modalidade encontrada que, na definição de Hinch e Butler (1996), caracteriza-se por ser uma atividade turística que envolve diretamente os povos indígenas que fazem da sua cultura uma essência de atração para outras pessoas, podendo servir de renda complementar da comunidade e, principalmente, para não ocorrerem modificações na cultura tradicional.

Já o turismo rural é uma modalidade considerada nova e em estudo na região por alguns autores, tais como Bezerra e Ferko (2017). No entanto, já vem sendo praticado em Roraima, promovido pelo Ministério do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2008), e fomentado pelo SEBRAE (2015) e algumas agências locais de turismo, como Makunaima, Roraima Adventures, entre outras, que será o tema abordado na próxima seção.

4.2 Turismo Rural em Roraima

O turismo rural em Roraima, já praticado em algumas propriedades, é ofertado e divulgado pelos próprios empreendimentos em suas redes sociais, assim como também por agências locais promotoras de turismo por meio de sites, redes sociais e mídias sociais no geral (rádio e televisão).

Durante o levantamento documental, foram identificadas oito propriedades que praticam o turismo rural no Estado de Roraima. Esses empreendimentos, ao tomarem conhecimento sobre os projetos que envolveriam o Turismo Rural estadual, buscaram qualificação e aprimoramento na atividade, com os programas de desenvolvimento desta atividade.

As propriedades que praticam o turismo rural em Roraima não se limitam apenas às que estão apresentadas nesta pesquisa. É importante esclarecer que é possível que haja outras propriedades que o fazem; porém, nesta pesquisa, foram evidenciadas as propriedades que participaram do projeto “Turismo Rural em Roraima” e algumas das que estão inclusas no roteiro “Vivendo Roraima pelos cavalos lavradeiros”, que serão esclarecidos no decorrer desta seção.

Em reportagem publicada na Revista Empreendedorismo & Negócios (SEBRAE, 2016), o Sebrae explica que foi criado um roteiro para que o turista tenha a possibilidade de vivenciar e fazer descobertas fantásticas em passeios rápidos. Frisa-se que é possível visitar a maioria dessas propriedades em apenas um dia, pelo fácil acesso e por vias asfaltadas. Neste sentido, faz-se relevante destacar que uma propriedade sozinha não configura um atrativo suficiente para a constituição de um fluxo turístico. Portanto, é necessária a formação de um roteiro específico a um grupo de propriedades que proporcione, assim, uma maior relação com os envolvidos, com o objetivo de alinhar e direcionar as atividades corretas para a prática de turismo rural (ELESBÃO; TEIXEIRA, 2011).

Um dos principais gestores do projeto, que chegou a participar desde o início do processo, se dispôs a compartilhar da experiência durante o desenvolver deste estudo. Sendo assim, *“de início foi criado um roteiro por meio do qual todas as propriedades puderam visitar e conhecer as demais propriedades que participaram do projeto, cada uma seguindo uma rota de visitação específica e conhecendo as potencialidades e particularidades de cada uma delas”* (Fala do gestor do projeto).

As fotos representadas no mosaico da Figura 06 mostram algumas situações que podem ser vividas durante as atividades práticas no ambiente rural das propriedades, as quais incluem o contato direto com a natureza, a brisa do clima que o campo proporciona, os passeios a cavalo, as trilhas ecológicas, os banhos nos balneários e a pescaria.

Um dos principais gestores do projeto enfatizou que, em Roraima, existe a prática do Turismo Rural de modo particular em cada propriedade. Segundo referiu, cada propriedade tem seu jeito de trabalhar, mas nenhuma delas tem no Turismo Rural a atividade principal de renda, ou seja, elas adaptam suas propriedades de acordo com o que elas acham viável. Por exemplo, tem propriedade que consegue funcionar aberta ao público todos os finais de semana, e pelo conhecimento que se tem,   possível encontrá-la aberta; tem outras propriedades que só funcionam por

agendamento e outras que trabalham com grupos religiosos, isto é, cada qual trabalha de acordo com o que lhe convém. Esse costume é considerado comum não somente aqui, mas em outras regiões que têm a prática do Turismo Rural, como no Sul do Brasil onde é muito comum encontrar propriedades que só abrem as portas quando há agendamento prévio.

Segundo informações da atual gestora do Sebrae, Graciela Missio, os projetos que são desenvolvidos por esse órgão partem de uma iniciativa nacional que atende as regiões de acordo com a procura dos interessados. No caso do projeto Turismo Rural em Roraima, houve uma procura de proprietários e empresários que iniciaram suas atividades de turismo rural no Estado para o aperfeiçoamento das atividades voltadas a essa modalidade. *“A partir dessa procura, o Sebrae disponibiliza uma equipe, com gestores e consultores na área, além de disponibilizar um orçamento para ser investido. Nesse caso, abriu inscrições para as empresas interessadas em participar desse projeto”* (Graciela Missio – Gerente Sebrae Boa Vista).

O entrevistado e um dos gestores responsáveis pelo projeto confirmaram, em entrevista, que todo projeto idealizado pelo SEBRAE nacional é adaptado, tem prazo de início e de finalização e, quando é oferecido, busca as regiões que mais se enquadram nos tipos de projeto que costumam desenvolver. Segundo ele, um dos critérios para formalizar o projeto depende de algumas pessoas e até de empresas que buscam a parceria do SEBRAE para o investimento em novas ideias.

No caso do Turismo Rural em Roraima:

“inicialmente, quem procurou a unidade Boa Vista foram o proprietário de uma fazenda no município do Cantá e o proprietário de uma fazenda no município de Amajari. A partir daí, o SEBRAE buscou enquadrar o projeto de Turismo Rural nacional, que já abrangia os estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Rio Grande do Norte e, assim, abriu caminhos para participação de Roraima” (Fala do gestor do projeto).

A respeito de seleção dos participantes, *“não houve critério de escolha aos que desejaram participar do projeto. Os interessados apenas necessitavam se inscrever no SEBRAE e seguir as instruções contidas no contrato de participação”* (Fala do gestor do projeto).

Assim sendo, a partir de uma demanda, foi criado o projeto de “Turismo Rural em Roraima” que teve por objetivo apoiar a criação e o fortalecimento dos negócios

turísticos rurais. Iniciado em 2013, junto as propriedades rurais que participaram foram realizadas atividades de capacitação, de consultorias especializadas e, também, de missões técnicas (RORAIMA, 2015)².

O desenvolvimento do projeto foi uma parceria entre a SEPLAN e o SEBRAE, que capacitou os proprietários que participaram de todo o projeto, desenvolvido entre 2013 e 2015. O SEBRAE disponibilizou um panfleto que contém todas as oito propriedades participantes – conforme anexo deste trabalho. O Quadro 13 apresenta as propriedades e os seus municípios de localização, sendo que, a partir da localização, foi traçado um roteiro de visita e de realização das entrevistas.

Quadro 13 – Identificação das propriedades e o município de sua localização.

Identificação da propriedade	Município
Fazenda A	Cantá
Fazenda B	Boa Vista
Fazenda C	Amajari
Fazenda D	Iracema
Fazenda E	Cantá
Fazenda F	Amajari
Fazenda G	Bonfim
Fazenda H	Cantá

Fonte: Roraima (2015)³.

Para se colocar em prática o projeto, que objetiva apoiar as pequenas propriedades que buscam divulgar seus atrativos e promover o turismo rural, o Ministério do Turismo afirma ser necessário um esforço coletivo para diversificar e interiorizar o turismo no Brasil, promovendo o aumento no consumo do que pode ser consumido dos produtos turísticos no mercado e contribuir para melhorar as condições no país em relação ao turismo rural (BRASIL, 2010).

Os dados para esta pesquisa surgiram com base no folder disponibilizado pelo SEBRAE, que contemplou as oito propriedades participantes do projeto. No primeiro ano, todos os oito empreendimentos participaram de todas as etapas e das ações que o englobavam. Nos últimos meses para conclusão, apenas sete delas chegaram a concluir por motivos não divulgados pelos responsáveis pelos empreendimentos.

² RORAIMA. **Roraima**: turismo rural. Boa Vista: SEBRAE, 2015.

³ RORAIMA. **Roraima**: turismo rural. Boa Vista: SEBRAE, 2015.

Na Revista Empreendedorismo & Negócios (SEBRAE, 2016), que apresenta a matéria completa das propriedades com os atrativos particulares de cada uma, é possível encontrar apenas a descrição das sete propriedades que concluíram o projeto. Entretanto, neste trabalho, os oito empreendimentos estão descritos e são apresentadas as informações obtidas em cada uma.

Em visita ao SEBRAE-RR, foi disponibilizado o relatório finalizado do projeto “**Turismo Rural em Roraima**”, pelo qual é possível obter algumas informações em relação ao público-alvo, ao objetivo geral, aos focos estratégicos, aos resultados padronizados, às premissas e ações – metas de atendimento. Com duração de dois anos (2013 a 2015), o projeto atendeu o empreendedor individual – empresa de pequeno porte –, microempresa e produtores rurais que atuavam em atividades econômicas vinculadas ao turismo no momento do lançamento do projeto, cujo objetivo era apoiar a criação e/ou o fortalecimento dos negócios turísticos rurais, atuando nas diversas atividades econômicas que compõem o segmento.

Com um olhar mais preocupado com a promoção da atividade turística no meio rural e buscando atender aos produtores que pretendiam atuar e que já atuavam no segmento, o projeto visou ao fortalecimento dos negócios turísticos rurais que atuam no segmento; a gestão e a qualidade da atividade turística rural; a articulação de parcerias com entidades públicas e privadas; a promoção e a comercialização de produtos turísticos rurais; e, principalmente, promover a qualificação profissional dos empresários e colaboradores do público-alvo do projeto.

Algumas das informações disponibilizadas ao público sobre o turismo rural em Roraima e as propriedades participantes podem ser encontradas na revista do SEBRAE “*Empreendedorismo e negócios*”, de 2016, na matéria **Produtores Transformam Propriedades Rurais em Negócios Rentáveis de Turismo**. Na reportagem é possível encontrar informações sobre localização, fotos dos empreendimentos e os atrativos encontrados em cada propriedade, além de um aporte geral do sobre o que é turismo rural, o que Roraima tem de diferente e os destinos do Turismo Rural em Roraima, bem como reportagens com os consultores do projeto e o guia turístico considerado referência no mercado local que, também, participou de algumas ações do projeto.

Foi criado, então, um cronograma com uma sequência de datas e ações a serem desenvolvidas para atender as necessidades dos proprietários participantes.

No Quadro 14 é possível observar as ações realizadas (descritas no lado direito) e o período de realização (no lado esquerdo).

Quadro 14 – Datas e ações desenvolvidas nas propriedades durante o projeto.

	DATAS	AÇÕES
1	08/02/2013 a 21/12/2015	Estruturação do projeto – gestão e monitoramento do projeto.
2	08/02/103 a 24/12/2015	Atividades relacionadas à gestão e ao monitoramento do projeto, à mobilização e arregimentação do público alvo e de parceiros, visando o envolvimento e o comprometimento no projeto, compreendendo pessoal de gestão e de suporte administrativo, equipamentos, veículos, diárias, passagens, combustível e outros relacionados a esta atividade.
3	08/02/2013 a 11/12/2015 Acompanhamento da execução das mensurações	Levantamentos periódicos e demais procedimentos necessários à mensuração dos resultados do projeto à luz dos seus objetivos e ações, assim como análise e interpretação dos relatórios da pesquisa.
4	08/02/2013 a 18/12/2015 Acompanhamento da execução das avaliações	Avaliações do projeto e sua revisão com vistas à melhoria de desempenho e aumento da efetividade.
5	08/02/2013 a 24/12/2015 Apoio Operacional	Convênio visando gerar oportunidade de aprendizado ao jovem formando, através de atividades relacionadas à sua futura formação profissional.
6	08/02/2013 a 18/12/2015 Capacitações	Realizar capacitações para melhorar a gestão e a competitividade dos empreendimentos beneficiados do projeto.
7	08/02/2013 a 18/12/2015 Consultorias	Realização de consultorias visando melhorar o nível de gestão, a operacionalização e a competitividade das empresas beneficiadas.
8	08/02/2013 a 18/12/2015 Missões e caravanas	Promover a participação do público beneficiário do projeto em feiras, missões técnicas e eventos com o objetivo de prospectar novos mercados e adquirir novos conhecimentos.

Fonte: Dados do projeto fornecido pelo SEBRAE (2017).

Ainda segundo um dos gestores do projeto, outro quesito destacado foi com relação às atividades que são praticadas em cada fazenda: *“é comum também encontrar aqui na nossa região o turismo ocorrendo em ambiente rural, mas com características não rurais, oferecendo atrativos como área de camping e piscinas construídas”*. Neste sentido, buscando atender as necessidades dos proprietários e a promoção do turismo rural no Estado, foi possível, de acordo com o Quadro 15, serem obtidas as seguintes conclusões.

Quadro 15 – Resultados do projeto “Turismo Rural em Roraima”.

CONCLUSÕES DO PROJETO
O projeto de Turismo Rural em Roraima cumpriu seu objetivo conforme proposto. Seus 3 anos de execução oportunizaram às empresas participantes alcançar um nível de profissionalismo muito superior ao encontrado no início da execução, graças às ações de consultoria, capacitações e missões técnicas empresariais.
Além disso, esse projeto trouxe resultados mais expressivos para a sociedade e para o próprio segmento de Turismo no Estado. Antes desacreditado ou desconhecido, o Turismo Rural em Roraima não era visto como uma opção de desenvolvimento econômico para uma propriedade rural, muito menos para um município; hoje, alguns empreendimentos já são referências na região.
Sem sombra de dúvidas, foi um projeto que teve um alcance maior devido às estratégias definidas durante sua execução. A participação em eventos nacionais, a organização do grupo por meio de uma associação e até mesmo a realização de eventos organizados pelo próprio grupo de empresários mostrou a força deste projeto.
Esse projeto encerrou sua execução no ano de 2015, com todas as suas metas alcançadas, deixando uma mensagem de que é possível realizar projetos inovadores, desde que eles sejam formados por um grupo de empreendedores e equipe de gestão (diretoria, colaboradores, estagiários, consultores e parceiros) comprometidos com o alcance dos resultados propostos.

Fonte: Dados do projeto fornecido pelo SEBRAE (2017).

A partir das informações contidas neste tópico, é possível observar que apesar da prática do turismo rural no Estado de Roraima, o projeto buscou contribuir para o aperfeiçoamento dos proprietários de empreendimento rurais que já trabalhavam com a atividade do turismo rural em suas propriedades e necessitavam de maior conhecimento a respeito dessa modalidade de turismo para somar e contribuir na promoção do turismo rural, podendo esta ser considerada uma atividade de altíssimo potencial de desenvolvimento.

A partir da conclusão do primeiro projeto de “Turismo Rural em Roraima”, foi lançado um roteiro que promove a divulgação para a prática do turismo rural no Estado de Roraima e, ao mesmo tempo, apresentar os cavalos lavradeiros e as riquezas naturais encontrados na região.

No ano de 2015 foi promovido o projeto “Vivendo Roraima pelos Cavalos Lavradeiros”, resultado de uma parceria entre o Departamento de Turismo da SEPLAN (Departamento de Turismo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima) juntamente com uma empresa privada e nacional de turismo, que estava contemplado no Plano Plurianual do Governo do Estado (FOLHAWEB, 2015).

Ao acessar a internet e fazer pesquisas relacionadas aos cavalos lavradeiros, é possível encontrar uma agência promotora de turismo no Estado de Roraima

(Roraima Adventures), como pode ser observado no Quadro 16, intitulado “**Fronteiras Selvagens dos Cavalos Lavradores de Roraima/Brasil**”. O roteiro permite viver momentos únicos, reunindo beleza natural, cultura local e, principalmente, os cavalos lavradores que são de natureza livre, trazidos pelos colonizadores que, nos Lavrados de Roraima, encontraram a liberdade e se adaptaram ao ambiente local, vivendo e buscando adaptação à sobrevivência (RORAIMA, 2017).

Quadro 16 – Promoção do roteiro pelo site de agência nacional de turismo.

RORAIMA RURAL: EXPERIÊNCIAS CAVALOS LAVRADEIROS



FRONTEIRAS SELVAGENS DOS CAVALOS LAVRADEIROS: RORAIMA
BRASIL Cavalos Selvagem Eliakin Rufino



Fonte: Brasil Rural (2017).

O destino principal do roteiro é o interior do Estado de Roraima, com cheiro de terra, com degustação de comidas típicas, com banhos nos igarapés e com vistas para árvores centenárias. Ainda, é possível andar a cavalo, apreciar as aves e com um pouco de sorte encontrar o Tamanduá Bandeira, animal símbolo do Lavrado (RORAIMA BRASIL, 2017). As regiões abrangidas pelo projeto contemplam os municípios de Amajari, Cantá, Bonfim, Iracema e Boa Vista. Cada propriedade tem sua particularidade, com a recepção de turistas e a produção agroalimentar, sendo independentes e possuindo, também, características distintas; os empreendimentos funcionam separadamente, cada uma com horário e dias específicos de funcionamento.

“Quando o pacote é buscado pelo turista, nós acionamos os proprietários, informamos as datas que estaremos nas propriedades e é organizado o roteiro para que eles conheçam o local e as propriedades conseguem se preparar melhor para receber o turista” (Fala do gestor do Projeto do SEBRAE no período da realização do projeto).

As propriedades que integram o “Vivendo Roraima pelos Cavalos Lavradores” têm base no modo de vida simples do homem do campo. Já nas que trabalham com hospedagem, é possível encontrar ar condicionado, televisão, sala de convivência comum a todos os hóspedes, áreas abertas para camping, lazer, trilhas, passeios a cavalo e nas plantações das propriedades, e muito mais (FOLHAWEB, 2015).

Segundo afirma Hélio Zanona, um dos entrevistados da pesquisa que participou do projeto e, atualmente, é sócio proprietário de uma agência de turismo local (Makunaima Expedições), todas as agências têm as suas particularidades e se destinam a trabalhar com pacotes específicos, ficando difícil dizer qual é a incidência de procura do Turismo Rural devido à falta de estudos específicos (dados estatísticos) sobre o assunto.

O entrevistado declarou, ainda, que trabalha com pacotes que envolvem algumas das propriedades que participaram do projeto e afirmou que existe, sim, a prática do Turismo Rural em Roraima. Contudo, segundo declarou, essa atividade deixa a desejar já que o ideal seria uma parceria maior entre as próprias fazendas no sentido de promover o turismo local, uma vez que o incentivo governamental é considerado pouco provável (Hélio Zanona – sócio proprietário da agência de turismo Makunaima Expedições). Na próxima seção serão abordados os casos particulares de cada propriedade em virtude das atividades praticadas, sua participação no projeto e no desenvolvimento do turismo rural no Estado.

4.3 Propriedades Envolvidas com o Turismo Rural no Estado

O foco da pesquisa, a princípio, foram oito propriedades que estavam inseridas no projeto “Turismo Rural em Roraima”, segundo informações divulgadas pela mídia local. Com o decorrer da pesquisa, ao iniciar o levantamento das informações a respeito do projeto com a SEPLAN e o SEBRAE, foi possível obter um folheto do projeto que nomeava oito propriedades que iniciaram sua participação no projeto. Deste quantitativo, sete das propriedades chegaram a concluir a participação; contudo, aqui serão descritos os oito empreendimentos.

As propriedades estão distribuídas em cinco municípios do Estado de Roraima, localizadas em: Boa Vista, Cantá, Iracema, Bonfim e Amajari. Para uma

melhor compreensão dos resultados, foram realizados: pesquisa de campo por meio de entrevista direta com os proprietários de cada empreendimento, além de observação direta e de registros fotográficos para evidenciar as informações.

O roteiro da entrevista tem como sequência os itens abaixo:

- ✓ Localização da propriedade (município);
- ✓ História da propriedade;
- ✓ Como foi a participação da propriedade no projeto;
- ✓ Atividades oferecidas na propriedade; e,
- ✓ Análise da dimensão ambiental nos quesitos (coleta de lixo, uso e aproveitamento da água e da energia, consciência ambiental percebida pelos proprietários em relação aos turistas/visitantes, riscos ambientais presentes e dificuldades existentes) (quando se aplicar).

Para manter a confidencialidade das propriedades, elas aqui foram nomeadas como: **Fazenda A**, **Fazenda B**, **Fazenda C**, **Fazenda D**, **Fazenda E**, **Fazenda F**, **Fazenda G** e **Fazenda H**. Ressalta-se que em quatro das propriedades não foi possível fazer imersão *in loco* para realizar a dimensão ambiental, haja vista que os impedimentos foram: fatores climáticos, ou por parte do proprietário em não querer receber a pesquisadora ou por não haver ninguém na propriedade por estar fechada; contudo, foram buscadas informações via relatórios, revistas, conversas informais e com consultores do projeto e com pessoas da redondeza que conheciam a propriedade, as quais foram: Fazenda A, Fazenda B, Fazenda C e Fazenda D. Nas demais propriedades analisadas (Fazenda E, Fazenda F, Fazenda G e Fazenda H) foram possíveis aplicações dos instrumentos de pesquisa, bem como todas as outras formas de obtenção de informações.

Os resultados da pesquisa estão dispostos em dois blocos: BLOCO 1 e BLOCO 2. No Bloco 1 estão as Fazendas A, B, C e D, em que serão descritos os resultados das propriedades onde não foi possível realizar a análise da dimensão ambiental devido a fatores climáticos decorrentes no período da pesquisa, e por não oferecerem mais atividades nas propriedades. No Bloco 2 estão apresentadas as propriedades onde foram realizadas as entrevistas e a análise da dimensão ambiental.

Quanto aos atrativos encontrados nos empreendimentos rurais que participaram da pesquisa, é possível observar, no Quadro 17, as propriedades e

todas as atividades oferecidas. A fonte está de acordo com as informações fornecidas pelo panfleto do Sebrae nas propriedades onde não se obteve a entrevista direta e com os dados da pesquisadora nas propriedades em que foi possível concluir a pesquisa.

Quadro 17 – Atrativos encontrados nos empreendimentos rurais.

Propriedade	Atividades Oferecidas
Fazenda A	Balneário Área para camping
Fazenda B	Produção de Açaí
Fazenda C	Hospedagem Passeio a cavalo Trilhas
Fazenda D	Hospedagem Produção Agropecuária Criação de cavalos
Fazenda E	Hospedagem Restaurante Passeio a cavalo Passeio de barco Passeio de charrete Trilha Produção agrícola Criação de animais de pequeno porte (galinhas, patos, coelhos) Piscina Pedalinho Área de jogos Pesque-Pague Área para reuniões
Fazenda F	Trilha Área para camping
Fazenda G	Produção agrícola Produção de animais Produção de fruticultura
Fazenda H	Criação de animais de pequeno porte Área para reuniões e palestras

Fonte: Roraima (2015)⁴.

4.4 Descrição das Propriedades

Quanto a análise da dimensão ambiental, utilizou-se a sequência apresentada no Quadro 18 que aborda os aspectos relacionados às propriedades quanto ao meio ambiente.

⁴ RORAIMA. **Roraima**: turismo rural. Boa Vista: SEBRAE, 2015.

Quadro 18 – Dimensão ambiental, descritores e indicadores analisados em cada propriedade.

DIMENSÃO AMBIENTAL	
DESCRITORES	INDICADORES
CONSUMO E QUALIDADE DA ÁGUA	Quantidade de água consumida compromete a quantidade de água disponível da propriedade
	Existe algum programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na propriedade
	Há monitoramento para verificar a qualidade da água
GERAÇÃO E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Há coleta seletiva na propriedade
	Os resíduos sólidos gerados por turistas num período não afetam a qualidade de vida dos moradores e demais hóspedes na propriedade
	Existe uma quantidade de coletores suficiente para armazenar o lixo gerado num período
	Como ocorre a destinação final dos resíduos sólidos
POLUIÇÃO	Visual/sonora ocorrem
CONSUMO DE ENERGIA	A energia consumida por turistas num período não afeta a distribuição da energia do município
	A propriedade utiliza energia renovável
TRATAMENTO DE ESGOTO	Na propriedade há processos de tratamento de esgotos
ÁREAS NATURAIS PRESERVADAS	Há áreas preservadas ou em processo de recuperação na propriedade
INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	A propriedade incentiva e educa os funcionários quanto a execução de programas que sejam orientados para a educação ambiental
	Projetos de Educação Ambiental
	A propriedade disponibiliza placas indicativas de destinação de lixo aos turistas
CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DE GESTÃO AMBIENTAL	O controle pela propriedade em relação à capacidade para suportar turistas em período de alta temporada
	Os turistas/visitantes demonstram mobilização em prol do meio ambiente

Fonte: Adaptado de Santos e Cândido (2014).

4.4.1 Bloco 1

Nesta seção serão apresentadas as propriedades nomeadas de Fazenda A, Fazenda B, Fazenda C e Fazenda D.

FAZENDA A

A primeira fazenda analisada fica localizada no município do Cantá. No projeto do Departamento de Turismo da SEPLAN (Departamento de Turismo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima) do Estado de Roraima, em parceria com o SEBRAE, era possível encontrar na propriedade área de lazer com oferta de gastronomia típica, trilhas na mata e ervas medicinais.

Nas diversas tentativas de contato com os proprietários não foi possível localizar, tampouco conhecer, a propriedade e nem aplicar a entrevista. No primeiro momento, a impossibilidade foi causada pelo não funcionamento do local nos últimos meses, justificado pelo período chuvoso na região. Logo após o período chuvoso, em mais algumas tentativas, também não foi obtido sucesso no retorno das ligações para se conhecer o local, cujo responsável informou que, no momento, era incerto informar quando ou se o estabelecimento voltaria a funcionar novamente, pois, por motivos particulares, continuaria fechado.

Dimensão ambiental

Por não ser possível a visita e a entrevista direta com os responsáveis da Fazenda A, a dimensão ambiental não pode ser analisada devido à inexistência da prática de turismo rural na propriedade durante o período de realização desta pesquisa, o que leva a concluir que não há interesse, no momento, pela prática no empreendimento.

FAZENDA B

A Fazenda B fica localizada no município de Boa Vista. No projeto do Departamento de Turismo da SEPLAN (Departamento de Turismo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima) do Estado de Roraima, junto ao SEBRAE, é possível conhecer a propriedade por meio do agendamento de visitas e o plantio sustentável de açaí, além da degustação de açaí na tigela.

Em diversas tentativas de conhecer o local, apenas por telefone foi possível obter as seguintes informações, diretamente com o proprietário: *“pra conhecer a propriedade tem que agendar a visita diretamente comigo, que sou o proprietário, aí*

a gente mostra a plantação de açaí”. Aos interessados em comprar o açaí, “a cada 15 dias a gente separa o açaí de vender, aqui mesmo no sítio, mas como eu – o proprietário – trabalho fora, em outro município, eu não me dedico somente à plantação, então tem que agendar pra saber se vai ter o produto”.

A propriedade está voltada apenas para a produção de açaí e, além de ser uma produção pequena, só atende a compradores locais. Sendo assim, não apresenta atividades voltadas para o campo, que é uma característica básica para a prática do turismo rural, uma vez que ele se caracteriza como “a atividade turística correlacionada a atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural” (RODRIGUES, 1999, p. 103).

Dimensão ambiental

Pelo prévio contato com o proprietário do empreendimento, apenas por telefone, foi possível compreender que a Fazenda B não pratica o turismo rural, apenas recebendo visitantes por um período limitado de tempo e em dias agendados. A propriedade tem como foco apenas a plantação de açaí; logo, concluiu-se que não há predominância da atividade de turismo rural no empreendimento.

FAZENDA C

A propriedade está situada no município do Amajari, em Roraima, situada bem antes da vila do Tepequém. De acordo com o panfleto disponibilizado pelo SEBRAE, no local era possível encontrar hospedagem, passeios a cavalo e trilhas. Em visita ao local, a propriedade estava ocupada com os familiares dos proprietários; quem se encontrava no local era a proprietária da fazenda, que ao ser questionada sobre o funcionamento da mesma, respondeu:

“Nós funcionamos por agendamento, todos os finais de semana. A partir da quinta-feira, eu venho ou meu filho vem para cá, mas quem quer vir para ficar hospedado aqui liga, e a gente vê a disponibilidade, porque normalmente quem frequenta a fazenda é a minha família” (Fala da proprietária da fazenda).

Ao se questionar quem seria o público presente no dia da visita, ela prontamente relatou a situação atual: *“nossa fazenda geralmente recebe apenas*

meus familiares. Esse pessoal que vocês estão vendo aqui são filhos e netos” (Fala da proprietária da fazenda).

Quanto a participação da propriedade no projeto “Turismo Rural em Roraima”, a proprietária informou apenas que ela, junto com seu falecido esposo e um de seus filhos, chegaram a participar sim, mas apenas no momento das visitas, ou seja, quando os donos das outras propriedades visitaram sua fazenda, eles os receberam. As visitas nas demais propriedades quem realizou foi seu falecido esposo e seu filho:

“Nós participamos sim, desse projeto, mas quem estava à frente de tudo era meu esposo, que faleceu pouco tempo depois que o projeto terminou, e meu filho. Eu só participei quando os outros donos das outras fazendas vieram aqui pra nossa nos visitar. Acho que quem pode ajudar vocês é meu filho, que deve vir aqui hoje, mas não me confirmou nada ainda e pelo horário também não sei dizer se ele vem, porque nós moramos em Boa Vista e costumamos vir pra aqui só aos finais de semana” (Fala da proprietária da fazenda).

A proprietária sugeriu que procurássemos o seu filho para adquirir mais informações a respeito, mas nas tentativas de ligar para o contato passado, a ligação não completava. Mesmo que na propriedade exista a prática de turismo rural, não foi possível concretizar as informações que estão disponibilizadas na reportagem da Revista Empreendedorismo & Negócios (SEBRAE, 2016) e nem no panfleto fornecido pelo SEBRAE.

Dimensão ambiental

Pelo prévio contato com a proprietária do empreendimento, não foi possível realizar a análise da dimensão ambiental, tal como algumas das localidades anteriormente estudadas. Entretanto, foi possível concluir que na propriedade é possível que ocorra a prática do turismo rural, que segundo o entrevistado e o proprietário de uma agência de turismo local, *“quando algum turista contrata o pacote de viagens que o destino passa pela região onde a Fazenda C está localizada, também entramos em contato com a propriedade da fazenda e nós agendamos, e a incluímos na programação, de acordo com a disponibilidade da fazenda”*. Diferente disto, a propriedade tem funcionado para uso apenas dos familiares da proprietária.

FAZENDA D

A Fazenda D está localizada no município do Iracema, no Estado de Roraima. Com base no projeto do Departamento de Turismo da SEPLAN (Departamento de Turismo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima) do Estado de Roraima, junto ao SEBRAE, eram oferecidas na propriedade visitas técnicas na produção agropecuária e na criação de cavalos, além de cursos técnicos com hospedagem e alimentação.

No primeiro momento, em visita à propriedade, o filho dos proprietários se prontificou a participar da entrevista e explicou apenas que a propriedade estava passando por um momento de ampliação dos quartos para hospedagem e que seria mais viável que a pesquisa fosse realizada quando as atividades retornassem, prometendo uma data de, em média, 15 dias para a realização da entrevista com ele mesmo. Assim sendo, após o período combinado, retornou-se ao local e já não foi possível encontrá-lo. Um dos funcionários da fazenda disponibilizou o telefone do responsável, mas não foi obtido êxito nas ligações. Por mais três tentativas de ida ao local, encontrava-se fechado, e os proprietários não estavam presentes para a entrevista, conforme combinado por telefone.

Durante a pesquisa foi possível registrar, por meio de fotografia, a entrada da propriedade, o que pode ser observado na Figura 06.

Figura 6 – Imagens da entrada da Fazenda D.



Em uma das tentativas de realização da pesquisa, o caseiro responsável pelo local informou que há algum tempo o rancho não recebe visitas e que a propriedade

tem parceria com as faculdades de Boa Vista e de Rorainópolis ao promover cursos voltados para a área de agropecuária. Informou, também, que realizava visitas técnicas para os alunos dos cursos dessas faculdades e que no momento a fazenda continua fechada porque estão pensando em aumentar as instalações para voltar a receber turistas.

Dimensão ambiental

Pelas diversas tentativas de contato, não foi possível realizar a análise da dimensão ambiental na Fazenda D. Se analisado a partir do que foi observado, a propriedade possui estrutura para praticar a modalidade de turismo rural pela sua localização e pela oferta de atividades que são confirmadas pelo panfleto do Sebrae. Porém, o não funcionamento da propriedade e o contato não concluído com os responsáveis pelo empreendimento a exclui das localidades que estão ativas na prática do turismo rural em Roraima.

Desta forma, a partir dos resultados expostos no Bloco 1, observou-se que durante a realização da pesquisa tais propriedades possuem alta potencialidade para oferecer o turismo rural analisando-se o espaço, as características presentes, os equipamentos turísticos e os atrativos em todas as propriedades deste bloco, isso segundo análise documental e levantamento de informações com vizinhos próximos as propriedades. Entretanto, a oferta de turismo rural não ocorre nesses empreendimentos.

4.4.2 Bloco 2

Nesta seção serão apresentadas as propriedades nomeadas Fazenda E, Fazenda F, Fazenda G e Fazenda H.

FAZENDA E

A Fazenda E fica localizada no município do Cantá, no Estado de Roraima, e desenvolve atividades rurais há, aproximadamente, 25 anos, sendo que o turismo rural é uma atividade que vem sendo praticada há sete anos.

Antes do início das atividades voltadas para a modalidade de turismo rural, os proprietários desenvolviam a bovinocultura de corte. No entanto, algumas limitações surgiram à medida que a propriedade pretendia expandir a criação devido à legislação ambiental que limita a área de desmatamento voltada para essa atividade. Garutti (2003) destaca que, para não ocorrer degradação da natureza e a ocorrência de multas relacionadas aos crimes ambientais, é necessário o conhecimento adequado sobre a legislação vigente. Assim, com as limitações na bovinocultura, foi inserida a piscicultura, com criação de peixes em tanques que, logo após seu início, também surgiram limitações que, nesse caso, incluíam o domínio do comércio local limitado e a dificuldade do fornecimento da ração para os peixes.

Os proprietários já participavam de alguns projetos locais desenvolvidos por programas do Estado, momento em que surgiu a oportunidade de trabalhar o turismo rural na fazenda. Mesmo não sendo, a princípio, uma ideia bem aceita pelos proprietários, segundo suas próprias palavras, tiveram a iniciativa de viajar para o Sul e para o Sudeste do país para conhecer e ter um pouco da vivência em propriedades que praticavam o turismo rural, visto que uma predominância desta prática nestas regiões. “No Brasil, o Turismo Rural apresenta-se distribuído de modo irregular, difuso e pontual, concentrando-se em núcleos mais atuantes do Sul e Sudeste [...] mais precisamente iniciado em Lages em 1984” (TULIK, 2003, p. 60-61). Foi a partir dessa visita que a proprietária, ao voltar mais motivada, resolveu dar o primeiro passo para o início do turismo na propriedade.

Manaktola e Jauhari (2007) afirmam que há impactos negativos advindos da construção e operação de construções voltadas para a hospedagem, e estas se refletem, principalmente, no meio ambiente. Para isso, é importante um prévio conhecimento a respeito da área que se pretende atuar e das atividades que serão inseridas nos estabelecimentos que pretendem promover turismo.

Inicialmente, a fazenda era frequentada pelos familiares e amigos mais próximos. Para a inserção do turismo, foram necessários novos planejamentos e uma reestruturação do local, até porque os cômodos existentes na propriedade pertenciam aos membros da família e precisaram passar por algumas modificações para receber os visitantes. É uma propriedade caracterizada por hotel fazenda, que Silva, Vilarinho e Dale (2000, p. 20-21) definem:

o hotel-fazenda pode ser entendido, antes de tudo, como um hotel similar aos outros, com a particularidade de estar localizado na zona rural (com raras exceções) e não na praia. Daí, oferecer serviços integrados ao local onde se instalou, por exemplo, passeios a cavalo e comidas típicas da zona rural onde se localiza, da mesma maneira que o hotel à beira-mar oferece passeios de jangada e moqueca de peixe. Na fazenda-hotel, a propriedade agropecuária continua com suas atividades produtivas. Além de andar a cavalo, contemplar paisagens e praticar esportes, os hóspedes podem vivenciar rotinas que vão desde as cotidianas ordenha e alimentação do gado até as práticas agrícolas sazonais, como preparo do solo e as colheitas.

Uma das características próprias do hotel fazenda é o nome dos quartos que são homenagens aos membros da família. Com uma área total de 1.250 hectares na fazenda, 30 hectares estão destinados à atividade de turismo rural, em que são oferecidas diversas opções aos visitantes, tais como podem ser vislumbradas na Figura 07, onde é possível observar alguns dos produtos turísticos encontrados na propriedade, como:

- Hospedagem, com nove apartamentos de opções para casal e para até cinco pessoas;
- Alimentação, sendo café da manhã, almoço e jantar (não sendo permitida a entrada de alimentos pelos visitantes, uma vez que toda a alimentação é fornecida pela propriedade); e,
- Área de lazer com duas piscinas, uma infantil e outra para adultos.

Figura 7 – Piscina, restaurante e casa com apartamentos para hospedagem.



As atividades oferecidas na propriedade constam na Figura 08, sendo possível encontrar:

- Pesque-pague;

- Passeio a cavalo;
- Passeio de barco pelo rio;
- Passeio de charrete guiado pelo quadriciclo;
- Pedalinho;
- Área de jogos;
- Trilhas ao redor da propriedade, sendo de curto, médio e longo percursos; e,
- Espaços para reuniões.

Figura 8 – Pedalinho, charrete guiado pelo quadriciclo, rio e área de jogos.



Além do turismo como atividade de complementação de renda, o Ministério do Turismo define turismo rural como um conjunto de atividades turísticas que podem ser desenvolvidas no meio rural, envolvendo produção agropecuária, com ênfase no resgate e promoção o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2003). Na propriedade também são desenvolvidas a bovinocultura de corte (para venda) e de leite (para consumo da propriedade), a piscicultura para consumo e pesque-pague e a produção agrícola de bananas, laranja e limão.

A propriedade conta com quatro funcionários assalariados e com carteira assinada, e aos sábados e domingos contam com apoio de até 12 diaristas, totalizando 16 funcionários para melhor atender os visitantes. O público que visita o hotel fazenda, pelo controle dos proprietários, é representado 60% por indivíduos do Estado de Roraima, 30% de turistas de Manaus e 10% de turistas no geral (do Brasil e de público internacional).

Para o fornecimento de água, foi perfurado um poço artesiano, não havendo reutilização de água em nenhum aspecto da fazenda. Já no caso da energia, esta é

gerada e transformada por meio de transformador. Não existe coleta de lixo na fazenda por parte do município, e todo o lixo gerado durante a semana é levado pelo caminhão da propriedade até a capital Boa Vista. Também não ocorre a separação do lixo e nem utilização de compostagem na fazenda.

O sistema de esgoto é feito por meio de fossa séptica, que foi construída com base no modelo desenvolvido pela EMBRAPA, com bases indicativas de educação ambiental. Segundo De Conto, Corrêa e Zaro (2013), é fundamental o conhecimento sobre a geração de resíduos sólidos nos aspectos de quantidade e nas informações sobre a estrutura organizacional do meio de hospedagem, para que as etapas do gerenciamento dos resíduos sejam previstas ainda no momento do projeto para a criação do estabelecimento.

Segundo os proprietários, as crianças possuem mais consciência sobre o meio ambiente se comparadas aos adultos. Demonstrado-se em porcentagem, 80% dos visitantes são conscientes e seguem as placas indicativas encontradas no local, como pode ser observado na Figura 09, porém os outros 20% são considerados turistas que adotam práticas de vandalismo no local, onde já foram encontrados prejuízos causados por alguns visitantes relacionados à quebra de objetos, roubo de enfeites que são colocados nos quartos e fraldas descartadas irregularmente, além do despejo de muito lixo na estrada que dá acesso à propriedade.

Figura 9 – Placas indicativas de educação ambiental.



Há áreas de proteção permanente (APP) ao redor da propriedade e são indicadas por cercas nessas áreas. Nos períodos de seca na região, apesar de possuir uma área grande, não é comum a ocorrência de queimadas dentro da

propriedade devido ao controle e à fiscalização dos empregados e do próprio proprietário da fazenda. Mesmo assim, já ocorreu início de queimadas dentro da propriedade, que podem ter sido causadas por diversos motivos.

Apesar de ter servido de grande ajuda, o projeto “Turismo Rural em Roraima”, desenvolvido pelo SEBRAE, proporcionou aos proprietários das fazendas o aprendizado e a vivência do turismo rural no Estado. Contudo, após a conclusão do projeto, em 2015, não foram mais fornecidos treinamentos a essas propriedades, principalmente no quesito de educação e conscientização/sensibilização ambiental.

Quando se fala em treinamento eficaz de instrução quanto as questões de gestão ambiental, este é um fator que contribui para que, a partir dos gestores, os colaboradores executem suas tarefas de modo positivo, garantindo o sucesso da empresa na preservação do meio ambiente (OLIVEIRA; SERRA, 2010).

Ainda, por falta de funcionários do próprio município do Cantá que não aceitam trabalhar na fazenda, faz-se necessário importar mão de obra de Boa Vista. Além disso, não existem políticas públicas, nem parcerias entre governo e município, o que, segundo os proprietários, são considerados itens que atrapalham na divulgação e na promoção do turismo rural na região. Compreendem que esta área merece ter uma atenção maior, visto que a maioria dos roraimenses não tem conhecimentos sobre o que realmente é o turismo rural.

Finalizando a entrevista, o proprietário destacou que não é interessante que se desenvolva um modelo único/padrão de turismo rural no Estado, visto que cada propriedade que deseja se inserir nessa atividade possui objetivos particulares e diferentes entre si, ou seja, cada uma atende as suas condições. O que os proprietários sugerem é uma meta de turismo rural que o governo precisaria desenvolver para a promoção e o desenvolvimento do turismo rural em todo o Estado de Roraima.

Dimensão ambiental

Quadro 19 – Dimensão ambiental da Fazenda E.

DIMENSÃO AMBIENTAL		
DESCRITORES	INDICADORES	RESULTADOS
CONSUMO E QUALIDADE DA	Quantidade de água consumida compromete a quantidade de água disponível da propriedade	A água na propriedade é controlada para não comprometer o consumo diário do empreendimento
	Existe algum programa de	Não. A propriedade não

ÁGUA	redução do consumo, desperdício e reuso de água na propriedade	promove atividades de conscientização para redução do consumo de água ou reuso da mesma
	Há monitoramento para verificar a qualidade da água	Não existe
GERAÇÃO E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Há coleta seletiva na propriedade	Não existe
	Os resíduos sólidos gerados por turistas, num período, não afetam a qualidade de vida dos moradores e demais hóspedes na propriedade	Os resíduos gerados são coletados antes de ocorrer o acúmulo que possa chegar a incomodar o bem-estar dos hóspedes e moradores (proprietários) do empreendimento
	Existe uma quantidade de coletores de lixo suficiente para armazenar o lixo gerado num período	Sim. Como pode ser observado na Figura 09, são disponibilizados no local coletores de lixo e os próprios funcionários se responsabilizam em recolher continuamente os resíduos para garantir a ordem e a limpeza na propriedade
	Como ocorre a destinação final dos resíduos sólidos	Os resíduos gerados são coletados pelo proprietário e deixados no centro do município para a prefeitura realizar o recolhimento do lixo
POLUIÇÃO	Visual/sonora ocorrem	Não ocorre, pois não é permitido som externo, apenas o som ambiente
CONSUMO DE ENERGIA	A energia consumida por turistas num período não afeta a distribuição da energia do município	A energia da propriedade é gerada por transformadores
	A propriedade utiliza energia renovável	Não, mas estão pensando em novas formas de inserir na fazenda energia de qualidade, já que, infelizmente, não se pode contar com a energia vinda do município do Cantá
TRATAMENTO DE ESGOTO	Na propriedade há processos de tratamento de esgotos	Existe na propriedade fossas sépticas, mas não existe tratamento de esgoto
ÁREAS NATURAIS PRESERVADAS	Há áreas preservadas ou em processo de recuperação na propriedade	Sim – não entrou em detalhes nesta resposta
	A propriedade incentiva e educa os funcionários quanto a execução de programas que sejam orientados para a	Não. As orientações aos funcionários são apenas as necessárias no momento da contratação

INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	educação ambiental	
	Projetos de Educação Ambiental	Não existe
	A propriedade disponibiliza placas indicativas de destinação de lixo aos turistas	Sim e podem ser observadas placas em vários lugares na fazenda, conforme a Figura 09
CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DE GESTÃO AMBIENTAL	O controle pela propriedade em relação à capacidade para suportar turistas em período de alta temporada	A propriedade recebe apenas a quantidade que ela suporta; a hospedagem é por agendamento e entre quinta e domingo a fazenda recebe visitantes que passam todo o dia no empreendimento
	Os turistas/visitantes demonstram mobilização em prol do meio ambiente	Para alguns sim, mas infelizmente existem alguns que não demonstram preocupação com a conservação do meio ambiente

Fonte: Adaptado de Santos e Cândido (2014) e resultados da pesquisa.

Na Fazenda E é possível observar a predominância do turismo rural em todos os aspectos analisados, sendo recorrente e contínua a prática da atividade de turismo, seja pelos atrativos, pela conservação das tradições na culinária ou hospedagem dos turistas, ou seja pelas atividades que são oferecidas na propriedade e, principalmente, pela preocupação em manter a tradição rural.

Analisada a dimensão ambiental, é possível constatar que, dentro das possibilidades do empreendimento, os quesitos voltados para a sustentabilidade são conservados na medida em que a propriedade se adequa, desde o início destas práticas que a fazenda vem desenvolvendo, permitindo, assim, a caracterização da propriedade na modalidade de turismo rural.

FAZENDA F

A propriedade está situada no município do Amajari, em Roraima, localizada na vila do Tepequém. De acordo com o panfleto disponibilizado pelo SEBRAE, no local era possível encontrar algumas atividades como trilhas ecológicas, visitas aos orquidários naturais, observação da ave-fauna endêmica, camping e eventos culturais.

Em visita ao local, foi possível verificar que o nome da propriedade e as atividades oferecidas aos visitantes sofreram algumas alterações. A primeira delas é

o próprio nome, que sugere e enfatiza a área destinada a camping. Quando procurada a “Pousada das Orquídeas” – nome que se encontrava no projeto –, depois de várias voltas para encontrar o local, foi orientado por alguns moradores do município que a “pousada” procurada passou a se chamar “Tepequém Camping”, conforme pode ser observado na Figura 10.

No momento da pesquisa, o administrador da propriedade informou que o nome mudou logo após a finalização da participação no projeto, mas não soube dar mais detalhes, uma vez que a pessoa responsável e participante do projeto não se encontrava no local.

Figura 10 – Entrada da propriedade.



Quando questionado sobre as atividades desenvolvidas no local, ele respondeu que a atividade predominante é a de camping, como pode ser observado nas figuras 11 e 12, e que sempre estão recebendo grupos de turistas para explorar as cachoeiras e a natureza presente na área da propriedade.

“Aqui sempre tem turista! Nessa época em que estamos agora [carnaval], estamos recebendo um grupo de venezuelanos, público bastante comum por aqui. Como aqui é cercado de uma área verde, que é específica para camping, temos também duas casas de apoio para preparação de alimentação do pessoal e temos dois “iglus” onde, no momento, só um funciona, o outro está em reforma, isso é o que oferecemos aos visitantes” (Fala do gerente da propriedade).

Figura 11 – Casa de apoio e área para camping.



A Figura 11 apresenta a casa de apoio onde podem ser preparadas as refeições pelos turistas e uma das áreas para realização do camping. Já na Figura 12 é notório o espaço para observação das aves e do espaço verde e, também, de outra área da propriedade reservada para o camping.

Figura 12 – Espaço verde para camping e observação da natureza.



Tentou-se conseguir mais algumas informações, porém o gerente do estabelecimento que recebeu a pesquisadora informou que o turismo que ocorre no local é o de aventura e não o turismo rural. Ao procurar o proprietário em algumas

tentativas, este não foi localizado, bem como em outras vezes posteriores não se obteve sucesso na coleta de informações.

Dimensão ambiental

Quando questionado a respeito da propriedade em relação à dimensão ambiental, o gerente do empreendimento apenas respondeu alguns itens, como pode ser observado no Quadro 20, de resultados da dimensão ambiental da propriedade F.

Quadro 20 – Dimensão ambiental da Fazenda F.

DIMENSÃO AMBIENTAL		
DESCRITORES	INDICADORES	RESULTADOS
CONSUMO E QUALIDADE DA ÁGUA	Quantidade de água consumida compromete a quantidade de água disponível da propriedade	Não existe evidência
	Existe algum programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na propriedade	Não existe evidência
	Há monitoramento para verificar a qualidade da água	Não existe
GERAÇÃO E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Há coleta seletiva na propriedade	Não existe
	Os resíduos sólidos gerados por turistas, num período, não afetam a qualidade de vida dos moradores e demais hóspedes na propriedade	Por se tratar de um ambiente de camping, os resíduos gerados são recolhidos pelos próprios turistas
	Existe uma quantidade de coletores de lixo suficiente para armazenar o lixo gerado num período	Sim. Apenas alguns para que os turistas coloquem o lixo que eles produzem durante a estadia
	Como ocorre a destinação final dos resíduos sólidos	Os resíduos gerados são coletados pelo proprietário e deixados no centro do município
POLUIÇÃO	Visual/sonora ocorrem	Não é permitido som automotivo no local
CONSUMO DE ENERGIA	A energia consumida por turistas num período não afeta a distribuição da energia do município	Não se aplica por se tratar de um ambiente aberto para camping
	A propriedade utiliza energia renovável	Não existe
TRATAMENTO DE ESGOTO	Na propriedade há processos de tratamento de esgotos	Não existe
ÁREAS NATURAIS	Há áreas preservadas ou em	Sim, porém o gerente da

PRESERVADAS	processo de recuperação na propriedade	propriedade não soube fornecer mais detalhes
INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	A propriedade incentiva e educa os funcionários quanto a execução de programas que sejam orientados para a educação ambiental	Não se aplica
	Projetos de Educação Ambiental	Não existe
	A propriedade disponibiliza placas indicativas de destinação de lixo aos turistas	Foi respondido que sim, porém não foram observadas pela pesquisadora
CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DE GESTÃO AMBIENTAL	O controle pela propriedade em relação à capacidade para suportar turistas em período de alta temporada	Não existe
	Os turistas/visitantes demonstram mobilização em prol do meio ambiente	Os turistas respeitam o meio ambiente e não promovem atitudes que comprometam o ambiente natural

Fonte: Adaptado de Santos e Cândido (2014) e resultados da pesquisa.

Foi possível observar que a prática das atividades rurais na propriedade não ocorre se levadas em consideração as definições de turismo rural da literatura. A prática presente na Fazenda F está mais próxima à modalidade de ecoturismo, permitindo a seus turistas vivenciar o camping na área aberta presente no local. Sendo assim, conclui-se que a Fazenda F não está inserida na modalidade de turismo rural pelas características de atividades presentes no local.

FAZENDA G

A primeira fazenda analisada, aqui denominada de Fazenda G, está localizada no município de Bonfim, no Estado de Roraima, próximo ao país da República Cooperativista da Guiana. O município faz fronteira com Lethem, uma cidade bastante visitada pela população roraimense e por turistas diversos. A propriedade, cujas atividades foram iniciadas no ano de 1990, tem cerca de 2.176 hectares de área de extensão. Há cerca de 10 anos, os proprietários estão na tentativa de inserir o turismo rural na propriedade.

Quanto ao turismo rural,

os seus objetivos deverão contemplar a otimização e a contribuição do setor do turismo e hospitalidade para melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente, integrando-se de forma harmônica com as demais atividades sociais e econômicas (DENCKER, 2003, p. 47).

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (IDESTUR), o crescimento acelerado pela modalidade do turismo rural acaba gerando uma confusão em face de suas múltiplas concepções, manifestações e definições, o que, em grande parte, é causado pela falta de algumas ações que organizam e incentivam o que oficializa o real sentido do Turismo Rural: “como um segmento turístico, fazendo com que a vasta diversidade cultural e geográfica do país, ao invés de caracterizar e identificar cada lugar, tenda à descaracterização” (IDESTUR, 1998, p. 5).

Segundo o proprietário, *“hoje, o nosso meio de renda, que sustenta a propriedade mesmo, é a criação de animais e, também, a agricultura irrigada por meios de sistemas de irrigação e fertirrigação”*. Ele afirmou que, na agricultura maior, a maior produção é de melancia, maracujá, banana e macaxeira, a qual é vendida para Manaus e algumas frutarias da capital Boa Vista. Além da agricultura, também é realizada a criação de gado para corte e alguns outros animais, como galinhas, marrecos, capivaras, cavalos e porcos; alguns desses animais são criados e domesticados para consumo dos moradores da propriedade.

Como uma alternativa de voltar a receber o público na fazenda, os proprietários se dispuseram a participar do projeto do SEBRAE e, assim, participaram de vários cursos de orientação e capacitação. *“Nós participamos do projeto, conhecemos as outras fazendas que também estavam e foi muito proveitoso”* (Fala do proprietário).

Com o principal objetivo de enquadrar sua propriedade e adaptá-la ao turismo rural em busca da complementação de renda e em busca de novos conhecimentos que somariam para o sucesso do empreendimento, *“aproveitamos a oportunidade para melhorar nossa fazenda pra receber os turistas e ganhar mais conhecimento sobre o turismo”*, afirmou o proprietário.

Após a conclusão do projeto, que teve duração de dois anos, a propriedade chegou a receber alguns grupos organizados pelo SEBRAE, por agendamento, que,

ao visitarem Lethem, na República Cooperativista da Guiana, passaram pela fazenda e puderam desfrutar de momentos de lazer, tranquilidade e degustar uma refeição típica de uma fazenda, além da visita às produções agrícolas e às diversas atividades de lazer encontradas no local. Tudo isso foi possível graças à parceria da fazenda junto ao SEBRAE, que promoveu o pacote de viagem aos turistas: *“fechamos uns pacotes com turistas de fora de Roraima, mas foi uma parceria que, infelizmente, não durou muito tempo”* (Proprietário da fazenda).

Em entrevista, o proprietário afirmou que o modelo de turismo praticado em sua propriedade é diferente do turismo praticado no Estado pelo fato de sua propriedade ser totalmente voltada para a produção agrícola e criação de animais de corte, como meios mantenedores da propriedade, além da busca incansável pelo equilíbrio da natureza.

Devido a sua riqueza natural e ao contato direto com a natureza, além da possibilidade de visitar as plantações da propriedade, o que mais chama a atenção no local é o extenso lago próprio para banho. De acordo com o proprietário, o lago é artificial e foi feito com o objetivo de captar turistas e auxiliar na irrigação em períodos de estiagem: *“o lago nos auxilia nos períodos mais secos e serve de atrativo para o turista”*.

A propriedade também possui espaços para lazer destinados ao banho, como pode ser observado na Figura 13, e, também, vários espaços propícios para a realização de camping, o que pode ser observado na Figura 14.

Figura 13 – Extenso lago artificial.



Figura 14 – Área verde para camping e lazer.



De acordo com o proprietário, *“recentemente, ainda em 2016, a gente recebeu aqui no lago um peixe boi”*, que foi levado ao local por funcionários do IBAMA do Estado de Roraima.

“Até pouco tempo o lago da propriedade era bastante frequentado por alguns moradores do município de Bonfim e alguns visitantes da Guiana Inglesa, sem ser cobrado taxa de utilização do espaço. Mas, por se tratar de um ambiente totalmente natural e que necessita de cuidados na conservação do espaço, percebemos que o local poderia ser explorado e utilizado como turismo rural, até porque sempre tinha gente vindo ao local” (Fala do proprietário da fazenda).

Além disso, *“o projeto nos deu a oportunidade de entender como funciona e o que é o turismo rural. Fomos em busca de aprender mais sobre a atividade e tentar adaptar ao nosso espaço”*, enfatizou o proprietário. Assim sendo, os proprietários estabeleceram um valor mínimo para a utilização e visitação da sua propriedade, com o intuito de complementar a renda e, aos poucos, promoverem o aprimoramento do turismo na fazenda. Contudo, para surpresa destes:

“Logo na primeira tentativa de cobrar a taxa de R\$10,00 (adulto) e R\$5,00 (criança) de entrada para utilizar o lago, logo no próximo final de semana, o número de visitantes caiu drasticamente, chegando a zero visitante e, hoje em dia, a gente não recebe mais ninguém na fazenda” (Fala do proprietário da fazenda).

A placa indicativa encontra-se apresentada na Figura 15.

Figura 15 – Placa indicativa de valores na entrada da fazenda.



De acordo com os proprietários, após a conclusão do projeto proposto e oferecido pelo SEBRAE, não mais conseguiram receber visitantes, motivo pelo qual a prática do turismo encontra-se parada, pois, sem um convênio ou parcerias com empresas de turismo, a divulgação da propriedade não acontece, o que contribui para limitar a prática dessa atividade – concluiu o proprietário ao final da entrevista.

Dimensão ambiental

Quadro 21 – Dimensão ambiental da Fazenda G.

DIMENSÃO AMBIENTAL		
DESCRITORES	INDICADORES	RESULTADOS
CONSUMO E QUALIDADE DA ÁGUA	Quantidade de água consumida compromete a quantidade de água disponível da propriedade	Não. A água é abundante na propriedade e não compromete o consumo diário do empreendimento
	Existe algum programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na propriedade	Não. A propriedade não promove atividades de conscientização para redução do consumo de água ou reuso da mesma
	Há monitoramento para verificar a qualidade da água	Não existe
GERAÇÃO E	Há coleta seletiva na propriedade	Não existe
	Os resíduos sólidos gerados por turistas, num período, não afetam a qualidade de vida dos moradores e demais hóspedes na propriedade	Os resíduos gerados são coletados antes de ocorrer o acúmulo que possa chegar a incomodar o bem-estar dos hóspedes e moradores (proprietários) do empreendimento
	Existe uma quantidade de	Sim. Quando ocorria de

MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	coletores de lixo suficiente para armazenar o lixo gerado num período	algum turista não respeitar os coletores, os próprios funcionários se responsabilizavam em recolher os resíduos para garantir a ordem e a limpeza
	Como ocorre a destinação final dos resíduos sólidos	Os resíduos gerados são coletados pelo proprietário e deixados no centro do município
POLUIÇÃO	Visual/sonora ocorrem	Antes de ser cobrada a taxa de ingresso à propriedade, os turistas abusavam da poluição sonora. Após a cobrança, foi imposto um controle onde o som deve ser controlado e deve ser respeitado o espaço para todos os visitantes
CONSUMO DE ENERGIA	A energia consumida por turistas num período não afeta a distribuição da energia do município	Não há consumo de energia no local pelos turistas, visto que a propriedade não recebe mais visitantes
	A propriedade utiliza energia renovável	Não existe
TRATAMENTO DE ESGOTO	Na propriedade há processos de tratamento de esgotos	Existe na propriedade a fossa séptica, mas não existe tratamento de esgoto
ÁREAS NATURAIS PRESERVADAS	Há áreas preservadas ou em processo de recuperação na propriedade	Não existe
INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	A propriedade incentiva e educa os funcionários quanto a execução de programas que sejam orientados para a educação ambiental	Não. As orientações aos funcionários são apenas as necessárias no momento da contratação
	Projetos de Educação Ambiental	Não existe
	A propriedade disponibiliza placas indicativas de destinação de lixo aos turistas	Não foram observadas placas pela pesquisadora
CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DE GESTÃO AMBIENTAL	O controle pela propriedade em relação à capacidade para suportar turistas em período de alta temporada	Não existe
	Os turistas/visitantes demonstram mobilização em prol do meio ambiente	Não existe evidência

Fonte: Adaptado de Santos e Cândido (2014) e resultados da pesquisa.

Na Fazenda G observa-se uma limitação quanto à prática do turismo rural. De acordo com as informações do proprietário durante a entrevista, a propriedade já

não recebe visitante há algum tempo e isso faz com o que funcione apenas com a produção de algumas frutas. Segundo o entrevistado, que também é proprietário de uma agência de turismo local, *“quando algum turista contrata o pacote de viagens que o destino passa pela região onde a Fazenda G está localizada, o proprietário da fazenda é contatado e nós realizamos toda uma programação para que o turista passe um tempo na fazenda”*. Quando não, a propriedade não mais recebe turistas, caracterizando, assim, a não prática do turismo rural na primeira propriedade que participou desta pesquisa.

FAZENDA H

Apesar de não ter concluído sua participação no projeto, a Fazenda H pratica o turismo rural no Estado desde 2013 e pode contribuir para esta pesquisa. A Fazenda H está localizada no município do Cantá, no Estado de Roraima, e desenvolve atividades rurais desde 1998, sendo o turismo uma atividade nova, que vem sendo praticada desde 2013.

Os proprietários participaram de todo o projeto promovido pelo Departamento de Turismo da SEPLAN (Departamento de Turismo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima) do Estado de Roraima, junto ao SEBRAE. *“Nosso objetivo era inserir a propriedade na prática do turismo rural e tínhamos o intuito de conhecer o potencial da propriedade e, assim, utilizar como ferramenta de captação de novos visitantes”* respondeu a filha dos proprietários que se dispôs a participar da entrevista.

“Eu, juntamente com meus pais, participamos do projeto proposto pelo SEBRAE, iniciado em 2013 e que foi organizado com um roteiro onde todos nós [proprietários das fazendas que integravam o projeto] conhecemos uns aos outros. Nos inteiramos das vivências rurais que cada uma possuía, os costumes, atrativos, e pudemos assim mostrar e, ao mesmo tempo, conhecer aquilo que é oferecido no Estado e que não tínhamos conhecimento algum da existência dessas fazendas” (Fala da filha do proprietário).

E continua:

“o intuito passado do projeto pra nós, participantes, era montar um roteiro onde seria possível os turistas passarem por cada uma das propriedades, da mesma maneira que nós fizemos, e com isso transmitir a riqueza rural

que nossas propriedades possuem. Os meus pais, os proprietários legais da propriedade, residem na fazenda e praticam a criação de animais, plantio de hortaliças para consumo da propriedade, além de ter como objetivo a promoção da cultura e educação” (Fala da filha do proprietário).

A entrevistada afirma, também, que, sobre as atividades oferecidas na propriedade, atualmente,

“na fazenda é possível encontrar um amplo espaço verde e arborizado, com a residência dos proprietários, um espaço para camping, um galpão construído para o provimento de reuniões e palestras e espaços para criação de animais pequenos, como galinhas e marrecos, e para plantio”.

Não é cobrada taxa de entrada no local, e os proprietários trabalham por meio de agendamento e promovem o desenvolvimento em busca de contínua qualidade de vida. Ao agendar a visita ao local, é fechado um pacote que inclui a alimentação do grupo – dependendo da quantidade de pessoas que pretendem visitar a propriedade. Atualmente, há um grupo de religiosos que, mensalmente, frequentam o local. Devido ao período chuvoso, atualmente, não há animais na propriedade, mas, em breve, a criação será reiniciada apenas para o consumo da família.

Durante a entrevista, a proprietária afirmou que as atividades rurais, tais como criação de animais e produção agrícola, eram desenvolvidas no local. Contudo, um dos fatores que dificultam a continuidade do negócio é a barreira para a comercialização desses produtos nas feiras e no comércio local. Um impasse que ocorre na região onde a propriedade está localizada se deve ao período entre março a julho, com o início das chuvas, quando o acesso à propriedade fica ruim e impede a entrada de carros pequenos, o que dificulta a prática do turismo no local. Os impasses encontrados para os incentivos às pequenas propriedades já eram ressaltados por Elesbão (2000, p 246), quando o autor afirmava:

a restrição de crédito para financiar a agricultura, a queda dos subsídios, os juros elevados, a elevação dos preços de insumos levaram a produção primária e, conseqüentemente, o meio rural a uma crise social e econômica sem precedentes nas últimas décadas.

Ao mesmo tempo em que é vista a oportunidade de inserir a atividade de turismo nas pequenas propriedades, também ocorrem os impasses para o seu desenvolvimento. Durante a pesquisa, foi frisado pela entrevistada que sem o apoio técnico do SEBRAE no incentivo e na instrução aos pequenos negócios e sem o

interesse dos proprietários no aprendizado e na promoção de sua propriedade, é impossível inserir o turismo de maneira correta e frequente, bem como de torná-lo uma alternativa rentável à propriedade pela carência dos meios de divulgação, como as agências de turismo. Ou seja, essa parceria é fundamental para o desenvolvimento do turismo rural no Estado, na visão dos pequenos empresários locais.

Em todas as propriedades com estrutura para receber os turistas, o sinal de telefonia celular é quase inexistente e não há oferta de rede sem fio para conexão de internet. Porém, as propriedades utilizam as redes sociais como um dos principais meios de divulgação e promoção local (SEBRAE, 2016).

Quanto ao olhar voltado para a sustentabilidade, é notório que em todas as propriedades analisadas há a interferência mínima no ambiente natural; a busca em promover aquilo que a propriedade tem de mais natural a oferecer é o que caracteriza a propriedade rural.

“Lógico que nós precisamos manter o local de acordo com o que ele tem, mas os turistas/visitantes que vêm à propriedade têm dois perfis: aquele que cuida do que encontra e também temos o tipo de turista que acaba causando algum vandalismo no local. Nós ficamos atentos para preservar o máximo o espaço e manter o que temos” (Fala do proprietário da Fazenda G).

Por serem propriedades localizadas no interior do Estado não existe a coleta de lixo nos empreendimentos, ficando sob a reponsabilidade dos proprietários a separação e o encaminhamento dos resíduos gerados para serem destinados à cidade de Boa Vista, capital do Estado. Desta forma, embora exista a legislação ambiental no Brasil, não há regras específicas que estabeleçam padrões de qualidade e disposição final dos resíduos. E, assim como o lixo, os proprietários também são responsáveis pela manutenção dos caminhos que levam os turistas e visitantes às suas propriedades.

As propriedades que possuem produção agrícola não utilizam o que é produzido integralmente na propriedade, sendo a produção destinada à complementação de renda e, na maioria das propriedades, exportada a outros estados, principalmente Manaus, como são os casos das fazendas A e G. Desta forma, a sustentabilidade local é praticada de acordo com as condições particulares de cada propriedade, que busca manter uma tradição rural e adequar o visitante a

partir da promoção de um lugar aconchegante em área verde, conservando a essência rural, eliminando o desperdício de água, controlando o consumo de energia e destinando o lixo de maneira adequada, conscientizando o turista a manter o local de acordo com o que ele encontra ao chegar à propriedade.

Na propriedade analisada – a Fazenda H – foi possível constatar que por apresentar características rurais e por se tratar de um sítio, não ocorre a predominância do turismo rural. Isso porque as atividades que são desenvolvidas no local são destinadas apenas para reuniões de encontros religiosos e palestras que ocorrem em períodos agendados pelos proprietários, não caracterizando, assim, a prática do turismo na modalidade turismo rural.

Dimensão ambiental

Quadro 22 – Dimensão ambiental propriedade H.

DIMENSÃO AMBIENTAL		
DESCRITORES	INDICADORES	RESULTADOS
CONSUMO E QUALIDADE DA ÁGUA	Quantidade de água consumida compromete a quantidade de água disponível na propriedade	A água na propriedade é controlada para não comprometer o consumo diário do empreendimento
	Existe algum programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na propriedade	Não. A propriedade não promove atividades de conscientização para redução do consumo de água ou reuso da mesma
	Há monitoramento para verificar a qualidade da água	Não existe evidência
GERAÇÃO E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Há coleta seletiva na propriedade	Não existe
	Os resíduos sólidos gerados por turistas, num período, não afetam a qualidade de vida dos moradores e demais hóspedes na propriedade	Os resíduos gerados são coletados antes de comprometer o bem-estar dos turistas
	Existe uma quantidade de coletores de lixo suficiente para armazenar o lixo gerado num período	Sim, o suficiente para os turistas destinarem os resíduos gerados
	Como ocorre a destinação final dos resíduos sólidos	Os resíduos gerados são coletados pelo proprietário e deixados no centro do município para a prefeitura realizar o recolhimento
POLUIÇÃO	Visual/sonora ocorrem	Não ocorre, pois não é permitido som externo
	A energia consumida por turistas num período não afeta	A energia da propriedade é fornecida da rede elétrica

CONSUMO DE ENERGIA	a distribuição da energia do município	disponível na região
	A propriedade utiliza energia renovável	Não existe
TRATAMENTO DE ESGOTO	Na propriedade há processos de tratamento de esgotos	Existe na propriedade fossa séptica. Não existe tratamento de esgoto
ÁREAS NATURAIS PRESERVADAS	Há áreas preservadas ou em processo de recuperação na propriedade	Não existe
INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	A propriedade incentiva e educa os funcionários quanto a execução de programas que sejam orientados para a educação ambiental	Não existe evidência
	Projetos de Educação Ambiental	Não existe
	A propriedade disponibiliza placas indicativas de destinação de lixo aos turistas	Não foram observadas
CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DE GESTÃO AMBIENTAL	O controle pela propriedade em relação à capacidade para suportar turistas em período de alta temporada	A propriedade recebe apenas grupos religiosos e famílias por meio de agendamento
	Os turistas/visitantes demonstram mobilização em prol do meio ambiente	A maioria dos visitantes demonstra, sim, respeito ao meio ambiente

Fonte: Adaptado de Santos e Cândido (2014) e resultados da pesquisa.

A partir das observações descritas no Bloco 2, onde estão apresentadas as fazendas E, F, G e H, é possível concluir que dentre as quatro propriedades analisadas, uma delas, a Fazenda E, oferta na sua amplitude o turismo rural por todas as características, atrativos e demais equipamentos presentes no local. As demais propriedades, fazendas F, G e H, embora tenham espaço, equipamentos e atrativos, não ofertam o turismo rural, mas, sim, o turismo no espaço rural, através de meditação, área para camping, espaços para reuniões, entre outros equipamentos.

Entre as propriedades alocadas no Bloco 1 é possível destacar alguns pontos em comum quanto ao não funcionamento dos empreendimentos, pois nas quatro propriedades não ocorre a prática do turismo rural. As fazendas A, B e D, por exemplo, não funcionavam no período de realização da pesquisa, justificado pelos próprios proprietários em função do período chuvoso. Já a propriedade C costuma receber, costumeiramente, familiares na fazenda. Assim, mesmo possuindo

potencial, essas propriedades não se caracterizam como praticantes do turismo rural no Estado.

Das propriedades encontradas descritas no Bloco 2, observou-se que os pontos em comum quanto a análise da dimensão ambiental, nos indicadores: monitoramento para verificar a qualidade da água; coleta seletiva na propriedade; projetos de educação ambiental; e, tratamento de esgotos, **não existem**. Outro ponto em comum que pode ser destacado é, também, a inexistência da dimensão controle pela propriedade em relação à capacidade para suportar turistas em período de alta temporada nas fazendas F e G. Outro ponto de atenção é com relação a dimensão os turistas/visitantes demonstram mobilização em prol do meio ambiente, que merece um cuidado maior e não foi observado um resultado de 100% quanto a essa atitude por parte dos turistas, bem como pouca preocupação por parte dos proprietários neste quesito.

5 CONCLUSÕES

A prática do turismo rural tem valor significativo ao pequeno produtor, pois oferece oportunidade de ganho de capital nas áreas rurais, sendo necessário, então, um olhar voltado para o futuro dessa atividade no Estado. A qualidade do produto oferecido e a disseminação dos valores locais e culturais são de extrema importância para melhor compreensão do turismo rural, levando em consideração a proteção do meio ambiente.

O turismo em Roraima apresenta-se em várias modalidades, encontrando-se o predomínio de busca por áreas verdes devido a localização do Estado. Neste sentido, um dos principais motivos para a realização da presente pesquisa foi a preocupação em estudar a modalidade de turismo rural em Roraima, atividade esta que teve seu início, de forma prática, como uma nova fonte de atração turística para a sociedade roraimense, em 2013, lançada em mídias digitais, redes de divulgação e mídia local.

Em termos gerais, o projeto “Turismo Rural em Roraima” permitiu aos proprietários aperfeiçoarem suas propriedades e introduzirem atividades relacionadas à modalidade de turismo rural. Sendo assim, é necessário destacar que essa pesquisa possibilitou constatar que o turismo rural é uma atividade incipiente no Estado de Roraima.

Dentre as propriedades analisadas, destaca-se a predominância do turismo rural na fazenda E, na qual foi possível observar diversos pontos positivos que a caracterizam como propriedade com predominância de turismo rural, como a predominância de atividades agropecuárias e agrícolas para a sustentabilidade do empreendimento rural e a valorização da ruralidade. Os proprietários se inserem à frente do negócio, na alimentação e na recepção à visita, além da preocupação com a natureza e a conservação dos ambientes naturais. Contudo, faz-se necessário aplicar metodologia de desenvolvimento sustentável, principalmente para o reuso da água e reciclagem do lixo.

Nas demais propriedades analisadas não foram observados pontos que afirmem suas características na modalidade de turismo rural, como essência, como por exemplo o tipo de atividade e os atrativos disponibilizados aos turistas que não estão voltados para a prática de turismo rural e, sim, para a recepção de familiares,

sendo apenas um amplo espaço para camping ou com plantação de frutas para comercialização no mercado local. Outras propriedades, no entanto, com a não abertura das áreas rurais para atividades que caracterizam a modalidade de turismo rural apresentam, mesmo quando avaliados os quesitos ambientais, potencialidades para praticarem essa modalidade.

Pelas dificuldades encontradas pelos proprietários dos empreendimentos, ficou evidente que, devido ao não retorno esperado em termos econômicos, fica inviável o funcionamento em todos os meses do ano, tendo maior fluxo nos períodos de férias quando familiares fazem as visitas. Ainda, a infraestrutura precária, o acesso ruim, as condições de energia e a falta de coleta de lixo – que precisam ser de total responsabilidade das fazendas –, a falta de apoio financeiro e de divulgação do turismo rural (que não é visto como meta pelo governo do Estado) são considerados, pelos proprietários, como empecilhos graves no desenvolvimento dessa atividade que tanto tem a crescer.

Na dimensão ambiental, objeto de pesquisa deste trabalho, foi observado que as propriedades que praticam o turismo rural não apresentam, até o momento, modificações significativas no ambiente em que estão inseridas. Também não foram relatadas mudanças no cotidiano dos proprietários, nem em serviços e nem em infraestruturas locais, como transporte e estradas, por exemplo, que considerem geração de impactos ambientais no local, podendo, assim, considerar que o impacto causado pelo turismo rural ainda não é agressivo se comparado com outras regiões onde também ocorre essa modalidade de turismo.

Neste sentido, faz-se importante a sensibilização e o comprometimento dos proprietários com as causas ambientais, que devem ser transmitidas aos colaboradores e praticadas pelos proprietários dos empreendimentos. Mesmo que o resgate e a valorização dos recursos naturais não sejam tarefa de responsabilidade única e exclusiva dos empreendimentos, é necessário que haja a sensibilização dos visitantes das propriedades para que sejam predominantes as práticas de respeito e de responsabilidade ambiental em cada empreendimento.

Quanto à participação no projeto, os proprietários afirmaram que no início das ações e das atividades voltadas para o turismo rural, tudo era favorável para que os empreendimentos acrescentassem novas atividades. Porém, com o passar do tempo, em relação às atividades referentes ao projeto, principalmente no quesito financeiro (investimentos), eles perceberam algumas limitações para continuar com

a prática das atividades, como é o caso da propriedade H que participou da maior parte do projeto e depois desistiu.

É interessante destacar que esta pesquisa abre novos leques para outros estudos voltados para o turismo rural no Estado de Roraima, visto que existe a possibilidade de outras propriedades (que aqui não foram analisadas) promoverem a atividade. Ela também abre novos caminhos para o desenvolvimento de outras pesquisas relacionadas à sustentabilidade do turismo rural.

Outro aspecto relevante é quanto à prática do turismo rural no Estado, que tem potencial e algumas propriedades possuem conhecimento e desejo de colocar essa atividade em prática; no entanto, é facilmente observado que algumas dificuldades ganham proporções a ponto de não perdurar a atividade. Portanto, situações como falta da continuação de parcerias com o governo, municípios e empresas nacionais e locais de turismo, incentivos financeiros e a própria legislação inexistente, dificultam o processo de verticalização do turismo rural no Estado de Roraima.

REFERÊNCIAS

ABEP. **Brasil / Roraima**. Minas Gerais, 2006. Disponível em: <www.abep.org.br/mapa/rr>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ALBACH, V. M. **Panorama da Pesquisa em Turismo nos Mestrados em Geografia do Brasil**: o caso do mestrado em Geografia da UFPR. Curitiba: 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná.

ALLIS, T. Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina. In: V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL (SEMINTUR), 06, 2008, Caxias do Sul, **Anais...** Caxias do Sul: (SEMINTUR), 2008. P. 1-15.

ALMEIDA, F. A. B. Turismo, produção do espaço, ruralidade e gestão social. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L. (orgs.). **Turismo, sustentabilidade e Meio ambiente**: contradições e convergências. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 49-71.

ALMEIDA, N. P. Políticas públicas e dinâmicas do turismo no espaço rural. In: THOMAZ, R. C. C.; MARIANI, M. A. P.; MORETTI, E. C. (orgs.). **O turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Campo Grande: UFMS, 2012. p. 59-78.

ALMEIDA, A. R. B. de.; LACERDA, C. S. Indicadores de sustentabilidade na gestão turística – uma abordagem teórica. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO, CULTURA E TURISMO, 1, 2015, Salvador. **Anais...** Salvador: SINCULT, 2015. p. 1-18.

ANDRADE, B. B.; VAN BELLEN, H. M.; Turismo e Sustentabilidade no Município de Florianópolis: Uma Avaliação a Partir do Método da Pegada Ecológica. In: XXX ENCONTRO DA ANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, Setembro 2006.

ARANTES, E. C. *et al.* Potencialidades do ecoturismo na Serra do Tepequém (RR) sob múltiplos olhares. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 4, p.83-102, nov. 2013.

ARAÚJO, G. F. de. **Estratégias de sustentabilidade**: aspectos científicos, sociais e legais – contexto legal – visão corporativa. São Paulo: Letras Jurídicas, 2008.

ARAÚJO, R. M.; LOPES, A. O. B.; TINÔCO, D. S. Turismo como vetor de desenvolvimento local: um olhar através das ideias de Theodor Adorno e Max Horkheimer. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 104-127, abr. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. ABEP. 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_345.pdf> Acesso em: 17 jul. 2017.

BANDUCCI JÚNIOR, A.; BARRETO, M. **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papyrus, 2001.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ ou regional. **Caminhos de geografia**, Minas Gerais, v. 10, n. 14, p. 107-114, fev. 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. Lisboa: LDA, 2009.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 15-29, out. 2003.

BARTELÓ, C. Costas da Bahia. **Viver BAHIA**, Salvador, v. 5, n. 8, p. 30-31, 2000.

BASTOS, C. L. **Aprendendo a aprender**: introdução à metodologia científica. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 9. ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BETTI, P.; DENARDIN, V. F. Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação: justiça ambiental para o desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 176-190, nov. 2013.

BEZERRA, S. S.; FERKO, G. P. S. Cenário do turismo rural em Roraima. In: IV ENCONTRO DE TURISMO COMUNITÁRIO DA AMAZÔNIA. **Anais...** v. 01, n. 01, 2017. p. 48-50.

BEZERRA, S. S.; FERKO, G. P. S.; TOME, D. L. Imagem do Destino Turístico na Percepção dos Visitantes: um estudo na Orla Taumanan - RR. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 9, n. 1, p. 27, dez. 2016.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J. C.; REYES-JUNIOR, E. Desenvolvimento sustentável e turismo indígena: uma análise das oportunidades e limitações do turismo nas comunidades indígenas da Reserva São Marcos (RR). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 211-232, jan./abr. 2013.

BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J. C.; JOÃO, C. M. O Turismo Indígena e sua Influência no Desenvolvimento Local Sustentável: um estudo na Reserva Indígena São Marcos – Roraima. **Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 3-17, set./dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/o/2955271>>. Acesso em: 07 out. 2015.

BRASIL RURAL. Disponível em: <http://www.brasilrural.tur.br/produto_detalhe.asp?id_produto=153>. Acesso em: 08 jun. 2017.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Revista PASOS: turismo y patrimônio cultural**, Espanha, v. 13, n. 1, p. 57-71, jan. 2015.

BURSTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. 2009, p. 86. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Panorama del turismo en el espacio rural brasileño: nueva oportunidad para el pequeño agricultor. In: I CONGRESO BRASILEÑO DE TURISMO RURAL. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999. p. 9-42.

CÂNDIDO, G. A. (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade**: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingenciais específicas. Campina Grande: UFCG, 2010.

CÂNDIDO, G. A.; VASCONCELOS, A. C. F. de; SOUZA, E. G. de. Índice de desenvolvimento sustentável para municípios: uma proposta de metodologia com a participação de atores sociais e institucionais. In: CÂNDIDO, G. A. (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade**: Formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingenciais específicas. Campina Grande: UFCG, 2010. p. 87-117.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campoterritório: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 214-242, 2008.

CAPRA, Fritjof. **Conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: SEMINÁRIO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E O 'NOVO MUNDO RURAL'. **Anais...** São Paulo: Unicamp, 1999.

CASASOLA, L. **Turismo e ambiente**. Trad. Waldelina Rezende. São Paulo: Roca, 2003.

CAVALCANTE, J. de S. Inventário turístico: sua importância para o desenvolvimento local de Boa Vista/RR. **Revista Textos E Debates**, Boa Vista, n. 30, p. 39-54, jul./dez. 2016.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CRAVOL, L. B.; FERREIRA, F. S. Sustentabilidade – uma reflexão a respeito do compromisso das Empresas com o meio ambiente: um estudo de caso da Manfrim Industrial e comercial Ltda. **Revista Hórus**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 37-55, set. 2012.

CLUZEAU, C. O. **Le Tourisme Culturel**. 2. ed. Paris: PUF. 1998.

CRUZ, R. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

CUNHA, L. D.; BEZERRA NETTA, L. C.; TAVARES JÚNIOR, S. S. Potencialidade geoturística da paisagem da Serra do Tepequém-RR: a partir das feições geológica – geomorfológica. **Revista Geonorte**, v. 10, n. 1, ed. esp. 4, p. 77-80, 2014.

CURY, M. J. F. As territorialidades ambientais no meio rural Brasileiro e no oeste do Estado do Paraná. In: THOMAZ, R. C. C.; MARIANI, M. A. P.; MORETTI, E. C. (orgs.). **O turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Campo Grande: UFMS, 2012. p. 141-154.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 01-13, 2008.

DANTAS, N. G. S.; MELO, R. S. O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaiana / PB. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 118-130, jan. 2008.

DE CONTO, S. M.; CORRÊA, L. B.; ZARO, M. Empreendimentos turísticos e a geração de resíduos sólidos: a importância do planejamento de abrigos de armazenamento no projeto arquitetônico de meios de hospedagem. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 3, p. 324-340, 2013.

DELGADO, N. G. *et al.* Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. p. 77-144.

DENCKER, A. de F. M.; BUENO, M. S. (orgs.). **Hospitalidade**: cenários e oportunidades. São Paulo: Thonsom, 2003.

DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, R. **Gestão Ambiental**: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do turismo**: conceitos, normas e definições. Campinas: Alínea, 2002.

DINIZ, A. M. A. A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima. **Cadernos de Geografia**, Belo Horizonte, v. 13, n. 21, p. 44-59, 2003.

DUHAMEL, P.; VIOLIER, P. **Tourisme et littoral**: un enjeu du monde. Belin: Paris, 2009.

ELESBÃO, I. O turismo como atividade não agrícola em São Martinho-SC. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSP, 2000. p. 245-263.

ELESBÃO, I.; TEIXEIRA, A. R. Turismo e agricultura familiar: o papel das iniciativas locais na valorização do mundo rural. In: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (orgs.). **Turismo rural**: iniciativas e inovações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda., 2012.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Anuário Estatístico 2006**. v. 33. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: Relações e Contradições** entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FALCÃO, M. C.; GÓMEZ, C. R. P. Análise da sustentabilidade de destinos turísticos: uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. **Revista Turismo Visão e Ação**, Itajaí, v. 14, n. 3, p. 304-321, set./dez. 2012.

FALCÃO, M. T. *et al.* Reflexões sobre o geoturismo e geopatrimônio na BR-174: trecho Boa Vista- Pacaraima/Roraima. In: COSTA, A. da S.; ANGELI, N. P. (orgs.). **Tendências do Turismo Regional Diante Novo Perfil do Consumidor**. 1. ed. Foz do Iguaçu: Polo Iguassu Feiras & Eventos, 2012. p. 103-117.

FERREIRA, L. D. Estudo analítico das variáveis da macro envolvente de um destino turístico. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 2, n. 4, p. 135-147, out. 2005.

FOLHAWEB. Boa Vista. **Folha de Boa Vista**. 2015. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Primeiro-roteiro-de-turismo-rural-sera-lancado-em-Roraima/10255>>. Acesso em: 29 set. 2015.

FONS, M. V. S.; FIERRO, J. A. M.; PATIÑO, M. G. Rural tourism: A sustainable alternative. **Applied Energy**, [s. l.], v. 88, n. 2, fev. 2011. p. 551-557.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, O. J. M. **Pensando a Amazônia**. Manaus: Valer, 2011.

FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima**. Manaus: GRAFIMA, 1997.

_____. **Geografia e História de Roraima**. Boa Vista: IAF, 2009.

FURLANETTO, E. L.; CÂNDIDO, G. A.; MARTINS, M. F. Sustentabilidade em arranjos produtivos locais: uma proposta metodológica de análise. In: CÂNDIDO, G. A. (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade**: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingenciais específicas. Campina Grande: UFCG, 2010. p. 118-151.

GARUTTI, V. **Piscicultura Ecológica**. São Paulo: UNESP. 2003.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRABOIS, J. Que urbano é esse? O habitat num espaço de transição do norte de Pernambuco. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, maio/jun. 2001.

GRAMMONT, H. C. de. El concepto de nueva ruralidad. In: PÉREZ, C. E.; FARAH, Q. M. A.; GRAMMONT, H. C. de. (orgs.). **La nueva ruralidad en América Latina: avances teóricos y evidencias empíricas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GUIA GEOGRÁFICO. Disponível em: <<http://www.guiageo.com/roraima.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

GUIA TURÍSTICO. **Guia Turístico de Roraima** – Série Guia das Empresas de Turismo do Brasil. Empresa das Artes, Cultura faz parte do seu negócio, 2009.

HINCH, T.; BUTLER, R. **Indigenous tourism: a common ground for discussion**. London: International Thomson/Business Press, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Serviços de Informações. **Banco de dados agregados**. 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Serviços de informações. **Banco de dados agregados**. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2017.

IDESTUR. Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural. Disponível em: <http://www.institutobrasilrural.org.br/navegacao.asp?id_menu=2>. Acesso em: 14 jun. 2017.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.

IRVING, M. de A.; CAMPHOHA, A. L. A sustentabilidade como tendência no discurso turístico do Estado do Rio de Janeiro e Turista, o sujeito oculto da sustentabilidade. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (orgs.). **Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2005, p. 309-328.

IRVING, M. de A. *et al.* Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, p. 1-8, set. 2005.

JERÔNIMO, C. E. de M.; FENTANES, L. Painel de indicadores de resíduos para atividades industriais: *Balanced Scorecard Management of Waste* (BSMW). **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p.698-709, maio/ago. 2014.

JESUS, C. G. de; SILVA, R. D. da. **Economia e Turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

KAYSER, B. **La renaissance rurale**: sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1989.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LANE, B. Turismo rural de segunda geração: prioridades e questões de pesquisa. In: CRISTÓVÃO, A.; PEREIRA, X.; SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (orgs.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2014. p. 18-26.

LEMOS, L. de. **O Valor Turístico na Economia da Sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, ed. esp., p. 37-45, abr. 2007.

LIMA-E-SILVA, P. P. de. **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2002.

MAGALHÃES, D. F.; ANDRADE, E. B.; DIAS, M. C. **Uma reflexão das possibilidades turísticas e ecoturísticas do município de Ferreira Gomes**. Macapá: NAEA, 1999.

_____. **Uma reflexão das possibilidades turísticas e ecoturísticas do município de Ferreira Gomes**. Macapá: NAEA, 2005.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MANAKTOLA, K.; JAUHARI, V. Exploring consumer attitude and behaviour towards green practices in the lodging industry in India. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 19, n. 5, p. 364-377, 2007.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MATTOS, R. M. F. de; LUÍNDIA, L. E. A. Plano de Comunicação: fortalecimento do Turismo na cidade de Boa Vista – RR. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Curitiba, 4 a 7 de setembro de 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo do Estado de Roraima**. São Paulo, 2002.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. **Turismo e ecologia**. Bauru: EDUSC, 2005.

NOGUEIRA, E.; FERKO, G. P. S. Mapas de Hotéis de Selva do Baixo Rio Branco - Roraima Brasil. In: NOGUEIRA, E. M. N.; FERKO, G. P. da S. (orgs.). **Mapas de Hotéis de Selva do Baixo Rio Branco-Roraima, Brasil**. 1. ed. Boa Vista: Ed. Universidade Federal de Roraima, 2014. p. 345-369.

NOGUEIRA, M. M.; LIMA, I. B. de. Indicadores para o planejamento e gestão do turismo religioso municipal: o caso da festa de nossa senhora do livramento, em Caracará, Roraima. **CULTURA**, v. 9, n. 3, p. 101-142, out. 2015.

NOGUEIRA, E.; COSTA NETO, C. P. L.; FERKO, G. P. S. Qualificação profissional como suporte para implantação do etnoturismo na comunidade indígena Ingarikó (RR). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n.1, p. 424-441, 2013.

NOGUEIRA, E. *et al.* Etnoturismo e etnoecologia: possibilidades para o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, p. 121-140, 2013.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Manual para a Redução da Pobreza por meio do Turismo**. Geneva, 2011.

OLIVEIRA, O. J.; SERRA, J. R. Benefícios e dificuldades da gestão ambiental com base na ISO 14.001 em empresas industriais de São Paulo. **Produção**, v. 20, n. 3, p. 429-438 2010.

OLMOS, F. **Parque Nacional do Viruá, um campeão de biodiversidade**. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/blogs/olhar-naturalista/28705-parque-nacional-do-virua-um-campeao-de-biodiversidade/>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

OMT. Organização Mundial de Turismo. **S.A.F.E.:** La estratégia de la organización Mundial del Turismo sobre o fomento de la seguridad y de la facilitación. Madrid, 2004.

PAVANI, J.; MOURA, G. **Panorama fotográfico urbanístico e arquitetônico de Boa Vista**. Brasília: Coronário, 2006.

PERES JÚNIOR, M. R.; REZENDE, D. C. Gestão da sustentabilidade no segmento hoteleiro: estudo dos meios de hospedagem de Monte Verde, MG. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.234-252, ago. 2011.

PORTUGUEZ, A. P. *et al.* **Turismo no espaço rural**: enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006.

PRIMEIRO roteiro de turismo rural será lançado em Roraima. In: **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 26 set. 2015. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Primeiro-roteiro-de-turismo-rural-sera-lancado-em-Roraima/10255>>. Acesso em: 29 set. 2015.

RABINOVICI, A. Ambientalismo, Organizações Não Governamentais e a Busca pela Sustentabilidade no Turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 1, p. 44-70, abr. 2011.

RAMEH, L. M.; SANTOS, M. S. T. extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontros e desencontros no campo pernambucano. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 49-66, abr. 2011.

RODRIGUES, A. A. **Turismo e Espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, E. *et al.* (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999. p. 23-56.

RORAIMA ADVENTURES. Disponível em: <<http://roraima-brasil.com.br/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

RORAIMA BRASIL. Disponível em: <<http://www.roraimabrasil.com.br/cavalos-lavradores-de-roraima/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção ao meio ambiente. 5. ed. Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.

_____. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 14. ed. Campinas: Papirus, 2008.

_____. Turismo rural e desenvolvimento Sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDI, M. (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, J. G. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo**: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE. Recife: 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. Sistema de indicadores de sustentabilidade para o turismo: Aplicação de uma abordagem participativa em destino Praiero. In: XVII SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS. 8, 2014, São Paulo, **Anais...** São Paulo, SIMPOI, 2014. P. 1-10.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo Rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. 1. ed. Bauru: Edusc, 2000. p. 14-50.

SCÓTOLO, D.; NETTO, P. A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Revista de Cultura e Turismo**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 36-59, fev. 2015.

SEBRAE. Produtores transformam propriedades rurais em negócios sustentáveis. **Revista Empreendedorismo & Negócios**, Boa Vista, v. 7, n. 26, fev./mar. 2016.

SENHORAS, E. M.; FERNANDES, R. B. Geografia Do Turismo e o Tepequém diante das Redes Internacionais de Ecoturismo. **Revista Textos & Debates**, Boa Vista, n.18, p. 251-268, jan./jun. 2010.

SILVA, E. V. Ecoturismo, turismo rural e patrimônio cultural. In: SEABRA, G. (org.). **Turismo de base Local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007.

SILVA, E. I. da.; LIMA, I. B. de. Pesca esportiva como uma atividade de potencial turístico no município de Caracaraí, no Baixo Rio Branco, Roraima, Amazônia Setentrional. In: LIMA, I. B. de (org.). **Abordagens Turísticas na Amazônia**: Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima. Caracaraí/Boa Vista: Universidade Estadual de Roraima/MultiAmazon, 2014. p. 355-401.

SILVA, M. G. da; CÂNDIDO, G. A. Método de construção do índice de desenvolvimento local sustentável: uma proposta metodológica e aplicada. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 76, n. 9, p.17-35, jan./fev./mar. 2010.

SILVA, G. P.; FALCÃO, M.T. ; BARBOSA, M. A. F. O caso e o descaso do patrimônio cultural da cidade de Boa Vista - Roraima. **Revista de Cultura e Turismo**, UESC, p. 61-75, ago. 2011.

SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Papirus: Campinas, 2000. p.15-63.

SILVEIRA, I.; GATTI, M. Notas Sobre a Ocupação de Roraima, Migração e Colonização. **Boletim do Museo Paraense Emilio Goeldi: Antropologia**, v. 1, n. 4, p. 43-64, 1988.

SOUZA, E. G. de; ANDRADE, E. O.; CÂNDIDO, G. A. A aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável: um estudo exploratório nos municípios produtores de leite bovino no Estado da Paraíba. In: CÂNDIDO, G. A. (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade**: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingenciais específicas. Campina Grande: UFCG, 2010. p. 152-175.

STIGLIANO, B. V.; CÉSAR, P. de A. B. **Inventário Turístico**: primeira etapa da elaboração do plano de desenvolvimento turístico. Campinas: Alínea, 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, L. G. G. Hospitalidade no turismo rural. In: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (orgs.) **Turismo rural: iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011. 315-343.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

USP. **Sucessão Ecológica**. Disponível em: http://www.ib.usp.br/ecologia/sucessao_ecologica_print.htm. Acesso em: 29 dez. 2016.

VALE, A. L. F. Imigração de nordestinos para Roraima. **Revista Scielo**, São Paulo, v. 20, n. 57, may/aug. 2006.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

VITÓRIO, L. S.; VIANNA, S. L. G. Turismo de base comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 126-149, ago. 2016.

WAHAB, S. A. **Introdução à Administração do Turismo**. São Paulo: Pioneira. 1977.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ZIMMERMANN, A.; CASTRO, I. (orgs.). **Turismo rural – um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROPRIEDADES QUE PRATICAM O TURISMO RURAL – INSERIDAS NO PROJETO

DIMENSÃO AMBIENTAL

- 1- Existem projetos de Educação Ambiental? Como se dá o processo de educação ambiental na propriedade? Quais os eventos e ações executadas neste destino que objetivam promover a consciência ambiental?
- 2- Quais entidades contribuem para promoção da educação ambiental tanto de visitantes como de funcionários?
- 3- Qual é a relação com as instituições de ensino do município? Como vocês encontram-se articulados com essas instituições?
- 4- Como os turistas/visitantes demonstram mobilização em prol do meio ambiente?
- 5-Quais os projetos ou ações que possam ilustrar isso?
- 6- Como é realizado o controle pela propriedade em relação a capacidade para suportar turistas em período de alta temporada?
- 7-Quais as principais dificuldades para que sejam mantidas as regularidades nas fiscalizações?
- 8- Como se dá o processo de monitoramento dos atrativos naturais (rurais)?
- 9- Quais os riscos ambientais existentes no turismo rural?
- 10- No período da estiagem o que é feito para evitar e/ou controlar as queimadas?
- 11-Como se dá o processo de coleta e destinação do lixo?
- 12-Quais as principais fontes de energia da propriedade? O que tem feito para se reduzir o impacto ambiental da produção de energia?
- 13-Em relação à água, ela representa um problema para o destino? Qual a origem da água? Ocorre falta da água? O que falta para melhorar a situação?
- 14- Existe saneamento básico? Qual o destino dos resíduos gerados?
- 15- Como é realizado o controle de visitantes?
- 16- Como é realizada a capacitação e o treinamento dos novos funcionários contratados? E na reciclagem dos que já trabalham desde o início das atividades turísticas nas propriedades?

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTORA DO SEBRAE E O GESTOR DO PROJETO

- 1- Como o Sebrae desenvolve e investe em projetos?
- 2- Este foi o primeiro projeto que envolveu o turismo rural no estado?
- 3- Existe algum projeto original com objetivos, metas, ações, resultados?
- 4- Quais propriedades participaram do projeto?
- 5- Quais os critérios para a seleção das propriedades participantes?
- 6- Quais os passos desenvolvidos no projeto?
- 7- Como foi divulgado o projeto?
- 8- Quantas propriedades iniciaram e quantas concluíram o projeto?
- 9- Os resultados do projeto foram satisfatórios?
- 10- Existe algum projeto para dar continuidade ao projeto?

ANEXO C – CÓPIA DO FOLDER DISPONIBILIZADO PELA SEPLAN (Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento)

